



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA AMÉRICA
LATINA (PPGICAL)**

**O AMBIENTE ACADÊMICO DA UNILA E AS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À
HOMOFOBIA, 2010 - 2015**

FABIO CASTANHEIRA

Foz do Iguaçu
2017



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA
AMÉRICA LATINA (PPGICAL)**

**O AMBIENTE ACADÊMICO DA UNILA E AS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À
HOMOFOBIA, 2010 - 2015**

FABIO CASTANHEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses.

Foz do Iguaçu
2017

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

Castanheira, Fabio.

O ambiente acadêmico da UNILA e as estratégias de combate à homofobia,
2010 - 2015 / Fabio Castanheira. - Foz do Iguaçu, 2017.

114 f.: il.

Orientador: Gerson Galo Ledezma Meneses.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto
Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP),
Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL).

Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP).

Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL).

1. Homofobia - discussão - Ensino Superior. 2. Universidade da
Integração Latino-Americana (UNILA) - homofobia. 3.

FABIO CASTANHEIRA

**O AMBIENTE ACADÊMICO DA UNILA E AS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À
HOMOFOBIA, 2010 - 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestre em Integração Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses.
Universidade Federal da Integração Latino-Americana- UNILA

Prof^a. Dr^a. Débora de Fátima Einhardt Jara
Instituto Federal Catarinense - IFC

Prof. Dr. Leonardo dos Passos Miranda Name
Universidade Federal da Integração Latino-Americana- UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

DEDICATÓRIA

Este trabalho é fruto de diferentes histórias. Todas, porém, carregadas de desejos, de sonhos, de vida! São eles, os sujeitos envolvidos nelas, que fazem desta, uma história de luta e esperança. Assim, este trabalho está dedicado à luta diária destas pessoas, e em especial, à luta contra o fascismo, o machismo e o sistema patriarcal que tenta nos encobrir e nos tornar invisíveis. Assim, esta pesquisa é dedicada ao combate e enfrentamento à todas as formas de normatização e opressão.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Aqui, construímos o sonho de uma universidade que resiste e luta contra todo pensamento colonizador e opressor.

Ao meu orientador, que acreditou e confiou no meu trabalho. Obrigado pelos conselhos e por fazer de mim, um ser humano melhor.

Ao meu marido. Obrigado pela grande parceria que, de maneira incansável, dedicou afeto e compreensão pelos intermináveis dias na escrita dessa dissertação. Você foi essencial nesse processo. Hoje estamos colhendo juntos, os frutos do nosso empenho. Esta vitória também é sua. Gratidão eterna por me trazer serenidade e por sempre ser esta pessoa positiva.

À minha família. Obrigado por acreditar no meu sucesso.

Às amigas e amigos. Obrigado pelas alegrias, tristezas e gargalhadas compartilhadas. Com vocês, às pausas entre um parágrafo e outro da produção, me transformou em um ser melhor.

À todos aqueles que, de alguma forma, estiveram e estão próximos de mim, escrevendo minha história de vida e fazendo que está, possa valer cada vez mais a pena.

Finalmente, às pessoas envolvidas nas entrevistas deste trabalho. Suas vozes foram essenciais na construção dessa dissertação. Sem vocês, não haveria sentido esse mestrado. Vocês foram essenciais e a chave para que eu pudesse compreender aquilo que, na teoria, aprendi e vivenciei.

CASTANHEIRA, Fabio. O ambiente acadêmico da UNILA e as estratégias de combate à homofobia, 2010 – 2015. 2017. Dissertação (Integração Contemporânea da América Latina) – Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu/PR, 2017.

RESUMO

Atualmente a América Latina apresenta um panorama favorável à discussão da homofobia, uma vez que o tema está cada vez mais em evidência nos discursos e ações políticas, nas mídias e na sociedade. A discussão ultrapassa as fronteiras. Segundo Borrillo (2009), homofobia é a violência física e simbólica contra lésbicas, gays, travestis e transexuais ou ainda, uma atitude de hostilidade para com os homossexuais, uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. Assim, o objetivo desta dissertação será discutir a formação da homofobia e suas consequências no âmbito da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), apresentando um panorama geral sobre os dados e estatísticas que resultam em violência, causada em razão da orientação sexual homoafetiva. Desta forma, oferecer-se-á subsídios que permitam entender a discussão das causas que levam a homofobia e conseqüentemente ao comportamento homofóbico e, propor uma discussão que vise a compreensão dos discursos que levam à prática homofóbica, embasando esta discussão dentro da teoria colonial/decolonial. Discutiremos sobre a Universidade Federal da Integração Latino Americana neste contexto colonizador, fazendo uma breve análise de alguns Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) verificando se estes, contemplam ou não disciplinas que discutam as raízes do preconceito homofóbico, entre eles o machismo e o patriarcado. No último capítulo, apresentaremos uma discussão através de entrevistas realizadas ao longo do mestrado e com pessoas de diferentes segmentos, etnia, idade, classe social e origem, sobre como se dá a homofobia e o combate a mesma dentro e fora da UNILA, através de diferentes ações realizadas por discentes, servidores da Universidade, militantes ou não e grupos organizados.

Palavras-chave: Homofobia. Colonialidades. Universidade. Violência. Preconceito.

RESUMEN

Atualmente, la América Latina presenta un panorama favorable para la discusión de la homofobia, una vez en que el tema, esta cada día en destaque em nuevos discursos y discusiones políticas, em las mías y en la sociedade. La discusión va más allá de las fronteras. Según Borrillo (2009), la homofobia es la violencia física y simbólica em contra de los gays, lesbianas, travestis y transexuales u todavía, uma actitud de hostilidad en relación a los homosexuales, una manifestación arbitraria que consiste en calificar al otro como contrario, inferior o anormal. Así, esta disertación objetiva discutir la formación de la homofobia y sus consecuencias en la Universidad Federal de la Integración Latinoamericana (UNILA), presentando un escenario general sobre los datos y estadísticas que resultan en la violencia motivada en razón de orientación sexual homoafetiva. Así, se ofrecerá subsidios en el intento de comprender la discusión de las causas que llevan a la homofobia, dentro de la perspectiva de la teoría de la colonialidad y la decolonialidad. Discutiremos sobre la Universidad Federal de Integración Latinoamericana, en este contexto colonizador, haciendo un breve análisis de algunos de los Proyectos Pedagógicos de Cursos (PPCs) y si estos, contemplan o no, asignaturas que discutan las raíces del prejuicio homofóbico, entre ellos, el machismo y el patriarcado. En el último capítulo, será presentada una discusión por medio de las encuestas realizadas a lo largo de la maestría y con personas de diferentes edades, etnias, clase social y origen sobre las diferentes formas de como ocurre la homofobia y como combatirla dentro y fuera de la UNILA, valéndose de acciones que son hechas por discentes, trabajadores de la universidad, militantes o no y grupos organizados.

Palavras-chave: Homofobia. Colonialidades. Universidad. Violencia. Prejuicio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distribuição das vítimas de homofobia por faixa etária em 2013.....	17
Figura 2 – Local da violação	18
Figura 3 – Tipos de violação	18
Figura 4 – Matriz colonial do poder	22

LISTA DE SIGLAS

CAN	Centro Acadêmico da Unila
CONSUN	Conselho Superior Universitário
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições de Ensino Superior
IMEA	Instituto Mercosul de Estudos Avançados
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais e Queer
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PTI	Parque Tecnológico Itaipu
RI	Relações Internacionais
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A HOMOFOBIA DENTRO DA VISÃO COLONIAL	15
2.1 A COLONIZAÇÃO PÓS 1492	20
3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA (UNILA) NO CONTEXTO COLONIZADOR	31
3.1 FASE DE IMPLANTAÇÃO DA UNILA	32
3.2 A UNILA E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO	35
3.3 PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS – A FORMAÇÃO OFERECIDA E O PERFIL DO EGRESSO	37
3.3.1 PPC – Antropologia – Diversidade Cultural Latino Americana	37
3.3.2 PPC – Arquitetura e Urbanismo	38
3.3.3 Projeto Pedagógico do Curso em História – América Latina	40
3.3.4 PPC - Relações Internacionais (RI)	41
3.3.5 PPC - Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade	42
3.4 O IMPACTO DO OCULTAMENTO DA DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	43
4 A COMUNIDADE LGBT+ INTERNA E EXTERNA DA UNILA, SUA REALIDADE E AS DIFERENTES DISCUSSÕES PARA UMA UNIVERSIDADE E UMA SOCIEDADE INCLUSIVA, DESCOLONIZADA E DIVERSA	46
4.1 AS VOZES DOS OPRIMIDOS COMO INSTRUMENTO DE HUMANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69
ANEXO I - ENTREVISTAS	74

1 INTRODUÇÃO

A violência homofóbica é um tipo de violência social, que ocorre de forma verbal ou física e atinge a comunidade LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, Intersexuais e Queer) e/ou os que com ela se confundem.

Na América-latina, a homofobia está enraizada culturalmente, motivada pelo preconceito com a diversidade sexual, que transpassa as diferentes classes sociais, crenças, etnias, entre outros.

Para combater a homofobia, é preciso trabalhar na desconstrução do preconceito através do debate claro e profundo por meio da discussão da diversidade sexual. Neste sentido as Instituições de Ensino são fundamentais para desempenhar este trabalho.

As Instituições de Ensino Superior (IES), são locais de ampla discussão e formadoras de opinião. Estes espaços tem papel fundamental para mudanças de pensamento e comportamento na sociedade, pois constroem o conhecimento que estruturam o saber. Porém, este processo ocorre paulatinamente e depende dos princípios que conduzem os trabalhos e as discussões acadêmicas. Se o espaço acadêmico reproduz os pensamentos da sociedade normativa ao contrário de discuti-los e transformá-los, então a consequência é a perpetuação destes pensamentos. No entanto, se o espaço acadêmico se propõe a promover o debate sobre o comportamento social e o combate ao preconceito, então, de forma gradual, serão inseridos na sociedade, agentes transformadores que, aos poucos descontroem estes conceitos. Assim, as IES podem modificar ou perpetuar a cultura do preconceito.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) é peculiar em seu aspecto multicultural. Com alunos e servidores de diferentes nacionalidades, constitui uma comunidade acadêmica plural, integrada por diferentes culturas, crenças, etnias e sexualidades. Considerando a formação humana, a UNILA desempenha papel fundamental de transformação social, pois, os egressos atuarão em diferentes áreas por toda a América-latina e poderão transmitir a formação adquirida na desconstrução de preconceitos e na luta contra as diferentes colonialidades.

Porém, como outras IES, a UNILA não se exclui da violência homofóbica. Nas IES a violência homofóbica pode estar presente nas relações interpessoais, se dar através da ausência de discussões sobre o tema, e/ou na falta de políticas institucionais que direcionem para a conscientização contra o preconceito.

A discussão sobre a homofobia nos espaços acadêmicos, a presença de princípios como respeito a diversidade sexual em legislações e documentos institucionais, e a criação de políticas voltadas para o combate ao preconceito no processo de ensino/aprendizagem, são fundamentais para o processo de transformação social contra o machismo e as diferentes hierarquizações, que leva conseqüente a situações de homofobia.

Neste complexo contexto, este trabalho abordou o tema da homofobia dentro da Universidade Federal da Integração Latino-Americana em um recorte temporal de 2010 à 2015. O período foi determinado especialmente por entender que foi a partir do ano de 2010 o marco inicial da Universidade Federal da Integração latino-americana e, portanto, onde se deram as primeiras ações que visibilizaram o combate ao preconceito dentro dela, com mobilizações pontuais e específicas, chegando a 2015, ano de término da presente pesquisa de campo, período em que ocorreram as entrevistas e investigações. Questiona-se ao decorrer dos capítulos, como a UNILA, sendo esta uma instituição de Ensino Superior destinada a Integração Latino-Americana, tem desenvolvido e tratado a violência homofóbica, quais estratégias tem utilizado no combate ao preconceito e como a comunidade LGBTQ+ tem percebido a homofobia dentro da instituição.

Assim, objetivou-se, analisar como a homofobia se manifesta dentro da UNILA e quais estratégias a universidade apresenta para combatê-la.

Como objetivos específicos, foi proposto apresentar um panorama sobre o que promove a homofobia no contexto colonizador; verificar as propostas de desconstrução de preconceitos nos documentos institucionais da UNILA; e discutir a violência homofóbica e suas conseqüências no âmbito da Universidade Federal Latino-Americana.

Com os resultados oferecer-se-á uma discussão embasada no pensamento colonial, com subsídios que permitam entender as causas que levam a este tipo de violência.

Para atingir aos objetivos propostos, foram realizados estudos teóricos e pesquisas qualitativas com a comunidade acadêmica e externa da UNILA.

Assim, no primeiro capítulo será apresentada uma discussão sobre a homofobia no contexto colonizador. No segundo capítulo, será apresentada uma análise da Universidade Federal da Integração Latino Americana no contexto colonizador, com breve análise de alguns Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), onde serão verificadas as disciplinas dos cursos que contemplem e discutam as raízes do surgimento da

homofobia, tais como a presença de bibliografias que abordem questões como o machismo e o patriarcado. No terceiro capítulo será apresentado o resultado das entrevistas qualitativas com pessoas de diferentes segmentos, etnia, idade, classe social e origem, além da discussão sobre como se dá a homofobia na UNILA e, como ocorrem os trabalhos de combate à homofobia dentro e fora da Universidade.

Finalmente, dentro deste mesmo contexto e capítulo, será apresentada uma discussão sobre a necessidade da construção de uma Universidade Inclusiva, descolonizada e Diversa.

2 A HOMOFOBIA DENTRO DA VISÃO COLONIAL

Atualmente, a América Latina apresenta um panorama favorável à discussão da homofobia, uma vez que o tema está cada vez mais em evidência nos discursos e ações políticas, nas mídias e na sociedade. A discussão ultrapassa as fronteiras. Segundo Borrillo (2009), a homofobia é a atitude de hostilidade para com os homossexuais, rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas, uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal.

Neste contexto, historicamente e segundo Ferrari (2016), a expressão homofobia foi utilizada por primeira vez nos Estados Unidos em meados dos anos 70 e, a partir dos anos 90, difundida ao redor do mundo. A palavra fobia denomina uma espécie de aversão irracional a homossexualidade. Aversão esta que tem levado a uma violência simbólica, verbal e frequentemente física, acompanhada muitas vezes da morte do homossexual.

Segundo o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: 2012 (BRASIL, 2013), as persistentes violações de Direitos Humanos de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT) são claros exemplos da postura homofóbica. Apesar da importância de se obter informações sobre a homofobia e atuar na criação de mecanismos de combate a esta violência através da educação, da informação, entre outros, no Brasil houve pouca dedicação ao tema. Tardamente e só em 2012, pela primeira vez foram lançados dados oficiais sobre as violações de Direitos Humanos da população LGBT+ e reportados ao Poder Público Federal brasileiro por meio do Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil no ano de 2011.

Se por um lado a população LGBT+ vem conquistando direitos historicamente resguardados por uma elite heteronormativa, tais como o casamento civil, representações artísticas na TV aberta, e aprofundado o debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, por outro, assistimos a aterradora reação dessa mesma elite em sua pretensão de perpetuar o alijamento desses sujeitos e seus afetos, na tentativa de perpetuar o machismo e com ele a heteronormatividade e todos os preconceitos a ela atrelados e, assim, a continuidade do poder hegemônico, centrando sua tentativa de dominação nas diferentes colonialidades e que, segundo Baldi (2015) atiraram ao longo da história quase metade da população à marginalização. Neste caso em específico, a comunidade LGBT+ também se inclui neste contexto. Assim, são

lançados a toda sorte de infortúnios, à morte lenta da história, dos guetos, do mocambo, da favela, do analfabetismo, da doença, do crime, prostituição (NASCIMENTO, 1982). Casos assim, é sobremaneira imposto especialmente sobre a população transexual que acaba ficando à margem da sociedade.

Neste contexto, entendemos a homofobia e a transfobia, assim como outras diferentes formas de preconceito, como uma atitude de posicionar o outro, no caso, o homossexual, na condição de inferioridade, de anormalidade, toda ela fundamentada no domínio da lógica heteronormativa que segundo Louro (1997) é silenciar-se diante das pessoas homoafetivas e que ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda 'eliminá-los', onde aqui o silenciamento – a ausência da fala, aparece como uma espécie de garantia da 'norma. Este silenciamento por grande parte da população, se dá pelo fato de que não querem saber a respeito e não querem que falem. Que permaneçam no armário que, é talvez para esses, o lugar de onde nunca deveriam ter saído. Devido a estas circunstâncias abarrotadas de preconceito é que muitos LGBTQ+ permanecem escondidos. Dinis (2011), referindo-se a este contexto, diz que a situação de gays e lésbicas que tentam esconder sua orientação sexual também não é mais fácil, já que o silenciamento e o ocultamento de sua sexualidade é também uma forma de violência. Empoderar as pessoas LGBTQ+ é, portanto, sinônimo de reconhecimento da sua humanidade e fundamentalmente quebrar os laços da colonialidade da sexualidade e de gênero.

A homofobia possui várias formas e abrange muito mais do que as violências tipificadas pelo código penal. Ela não se reduz à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, pois também é uma manifestação que qualifica o outro como contrário e, como já dito, inferior ou anormal. Devido à sua "diferença", esse outro é excluído de sua humanidade, dignidade e personalidade. Entender a homofobia sob este prisma, nos faz refletir que esta violência deixa marcas profundas e, muitas vezes, difíceis ou impossíveis de apagar.

É notável que a homofobia não faz distinção de idade, nem de gênero, atingindo as diferentes faixas etárias. O Relatório de Violência Homofóbica no Brasil da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos 2013 (BRASIL, 2016) traz informações que dizem respeito à faixa etária das vítimas. Os dados apresentados seguem a tendência de anos anteriores e de estudos mais amplos sobre segurança pública no Brasil em relação a maior vitimização dos jovens. A grande maioria das vítimas se concentra nesta população, com 54,9% de vítimas entre 15 e 30 anos. Em 2012, a população entre 15 e 29 anos foi a grande maioria

dos infringidos pela violência homofóbica, somando 61,16%. Cabe mencionar que a população mais jovem é também a população que tem mais acesso às redes sociais e a informações sobre os canais de denúncia ao poder público. A figura 1 representa estas informações.

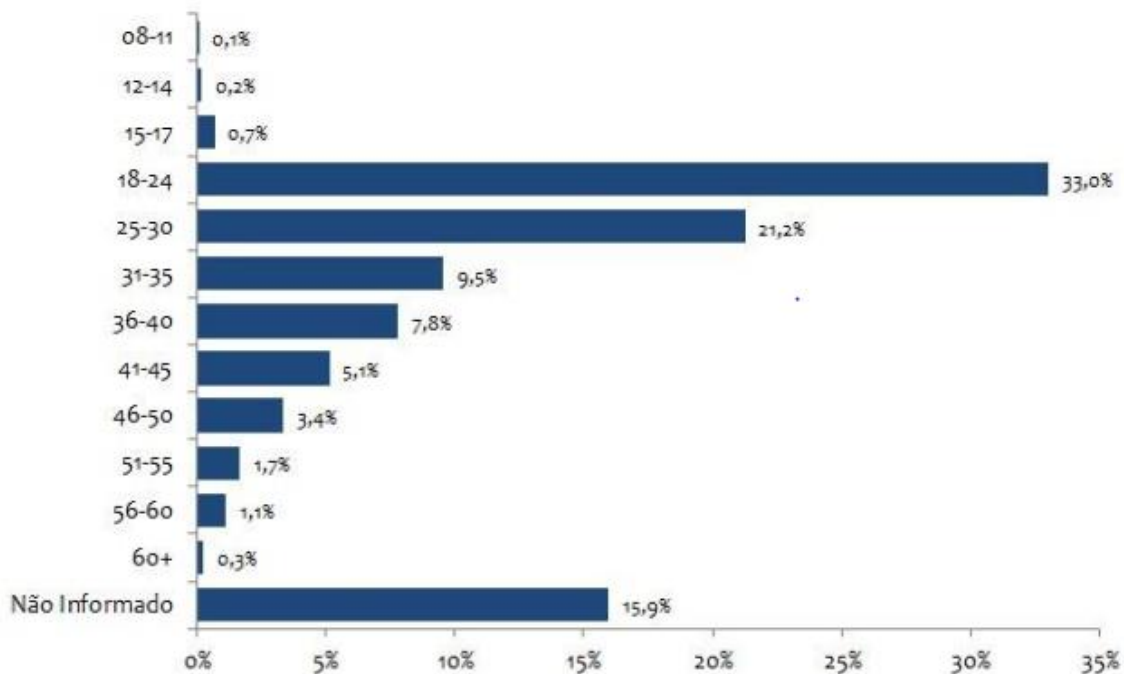


Figura 1: Distribuição das vítimas de homofobia por faixa etária em 2013. *Extraído de: Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013 (BRASIL, 2016).*

Entender que tal violência contra as populações LGBT+ deve ser combatida, se faz urgente e necessário. Verifica-se de acordo com a figura 1 que, a violência homofóbica não está relacionada à idade, já que o aumento expressivo destas agressões vem tomando proporções gigantescas em diversas faixa etárias, ainda que o maior índice se dá entre os 18 e 24 anos, atingindo em sua maioria, a juventude deste país.

Segundo Diniz (2011), a homofobia se tornou, no mundo contemporâneo, um dos últimos preconceitos ainda tolerados. Assistimos quase que cotidianamente, uma infinita violência contra lésbicas, gays, transexuais, travestis e bissexuais. Outro tipo de violência vivenciada cotidianamente pela população LGBT+ e que segundo Diniz (2011) não é menos grave, é o fato do silenciamento e o ocultamento da sexualidade por parte deste grupo. Louro (1997) diz que tal silenciamento também se dá ao fato quando diz que ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda 'eliminá-los'.

Discursos inflamados de ódio contra essa população, têm levado conseqüentemente a graves e violentos ataques. São inúmeros os casos de agressões verbais e inclusive físicas, podendo não raramente levar a morte de muitos homossexuais. O Relatório de Violência Homofóbica no Brasil da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos de 2013 (BRASIL, 2016), apresenta através do gráfico abaixo, alguns dos potenciais locais da agressão homofóbica, sendo que as próprias casas onde vivem, são locais expressivos desta violência.

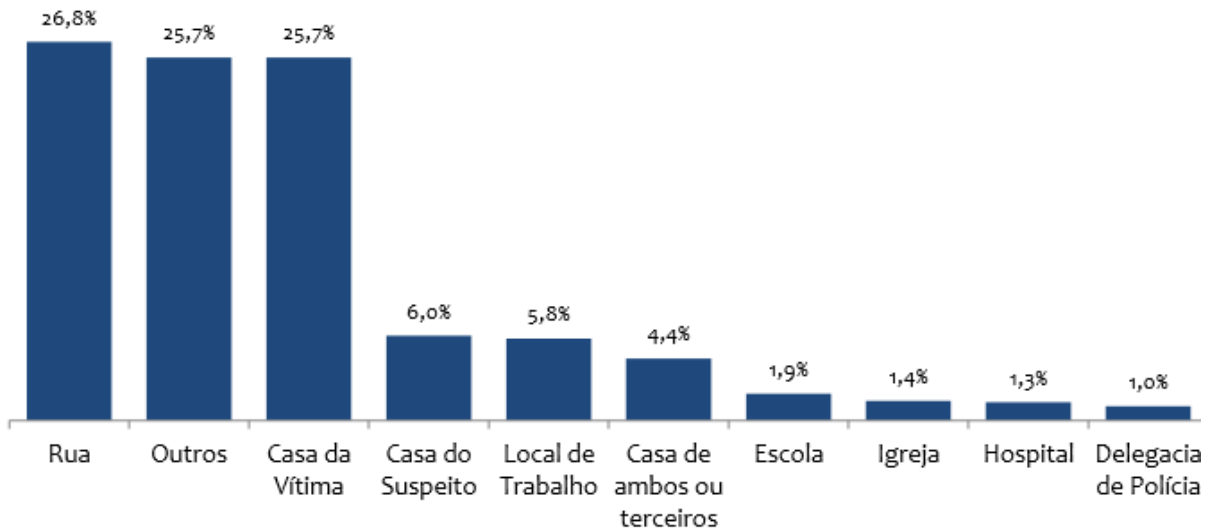


Figura 2: Local da violação, extraído de: *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013 (BRASIL, 2016)*.

O mesmo Relatório de Violência Homofóbica no Brasil da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos de 2013 (BRASIL, 2016), apresenta os diferentes tipos de violações sofridas pela população LGBT, conforme se observa no gráfico 3

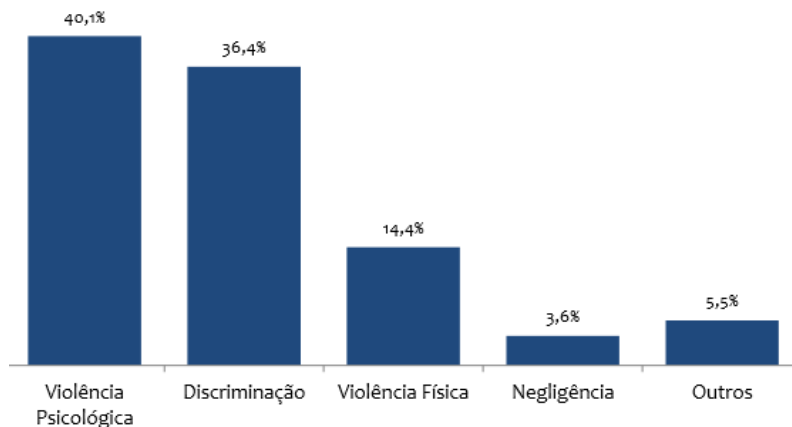


Figura 3: Tipos de violação, Extraído de: *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013 (Brasil, 2016)*

De acordo com Borrillo (2009), expressões como crime abominável, amor pecaminoso, tendência perversa, prática infame, paixão abjeta, pecado contra a natureza, vício de Sodoma, são, entre outras tantas, designações que durante séculos serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo. O homossexual colocado como relegado ao papel de marginal ou excêntrico é tido pela “norma social” e pela criação do conceito do “mito da modernidade”, como bizarro, estranho ou disparatado. O autor exemplifica que na França, por exemplo, qualificou-se a homossexualidade de “vício italiano”, “costume árabe”, “vício grego” ou, ainda, “costume colonial”. O homossexual, assim como o negro, o judeu ou o estrangeiro, é sempre o outro, o diferente, aquele com o qual qualquer identificação é impensável.

Especialmente por este pensamento agressivamente homofóbico e colonial, debater a homofobia e a violência à população LGBTQ+, vai além da simples discussão e de estudos teóricos. São necessárias efetivas ações que levem a desconstrução de tal pensamento que, historicamente foi se enraizando na sociedade. No entanto, quando se trata de desconstruir algo que, desde a colonização da América Latina foi impregnado como norma e padrão social, demanda a responsabilidade de compreender esta construção através de estudos específicos do significado do pós 1492 e o julgo deixado a partir desta fatídica data.

Para uma compreensão ainda mais profunda deste tema, foi em 1492 que ocorreu o chamado “mito moderno” e, com ele, o nefasto encobrimento do Outro. A partir de então, a América Latina passou por mudanças de cultura, crenças e valores, e os povos foram adaptados à realidade de mundo do estrangeiro dominador/colonizador que, na ânsia de tomar para si as riquezas desta América, determinou suas regras e implantou sua cultura impregnada de preconceitos, de controles que permeiam nossa sociedade até os dias atuais. Dussel (1993) define este momento da seguinte forma:

O ano de 1492, é a data do “nascimento da Modernidade”, embora sua gestação – como o feto – teve um tempo de crescimento intra-uterino. A Modernidade originou-se nas cidades europeias medievais, livres, centros de enorme criatividade. Mas nasceu quando a Europa pode se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pode se definir como um ego descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria modernidade. O autor continua referindo-se a este momento não como se o Outro fosse descoberto pelo Outro, mas por este fosse “encoberto” como a si mesmo.

O ano de 1492 é então o momento em que vemos o início da Modernidade como conceito, é portanto, o surgimento de um “mito” onde a violência e o rebaixamento do “Outro” se dá de forma notória, classificando o não europeu como povo periférico, dentro de uma visão totalmente classificatória e eurocentrada.

Este é o contexto histórico colonizador pelo qual passou a América Latina e em especial o Brasil. Demanda-se uma análise crítica das normas e preceitos que foram impostos e estabelecidos ao longo dos séculos através das diferentes colonialidades pelo homem branco, cristão, machista, racista e heteronormativo para entender em profundidade este encobrimento do “Outro”, profundamente atrelado a um discurso que, segundo Bragato (2014), situa as suas origens na Modernidade Ocidental projetando-se como um discurso hegemônico.

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão (LUGONES, 2014)

Assim e em uma relação simplista, o ano de 1492 e a colonialidade são sinônimos de violência e classificação, de eurocentrismo, de racismo. Para Mignolo (2008), a colonialidade visa o controle do conhecimento, da subjetividade dos sujeitos coloniais, do gênero, da sexualidade mediante o modelo de família cristã-colonial, latifundiária e burguesa, e da normativa sexual.

Assim, diante do exposto, a proposta do presente trabalho é, a partir deste contexto da sexualidade e da “normativa sexual”, oferecer subsídios para a discussão das causas que levam a homofobia e conseqüentemente ao comportamento homofóbico, e discutir ferramentas necessárias para entender tais discursos e atitudes homofóbicas à luz do pensamento colonial. Trata-se de analisar a homofobia sobre a ótica colonizadora, que leva à compreensão da falsa crença de que somos povos livres.

2.1 A COLONIZAÇÃO PÓS 1492

Se avaliarmos nossa história a partir do ano de 1492, percebemos que nos encontramos a cada momento mergulhados em preconceito e, em discursos inflamados de ódio com relação àqueles que diferem do chamado “padrão” que foi estabelecido dentro do sistema mundo, colonizador, machista, patriarcal, branco e homofóbico. Assim, a fim de exemplificar, podemos citar a escravidão do negro, a perseguição às bruxas, a determinação da mulher na condição de inferior ao homem e a

determinação do homossexual na condição de doente. O preconceito sempre intrínseco na cultura da moralidade e dos bons costumes, que na contemporaneidade, se traduz em reações como o racismo, a homofobia, entre outros.

Desta forma, para entendermos a perpetuação dessa sociedade sustentada por preconceitos, recorreremos ao que é e, como se dá a colonização da América no pós 1492 com a agressiva colonialidade do poder. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder, é segundo Quijano (2000), a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial. Segundo o autor, na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. Portanto, nota-se neste contexto que o capitalismo racializou e inferiorizou o ser-humano perpetuando isso através de gerações até a atualidade.

Colonizar segundo definições de diferentes dicionários, é a ação de dominar um território de maneira imperialista, dominando suas riquezas minerais, vegetais, econômica e política. No entanto, este conceito simplista não se faz suficiente para compreender os efeitos da colonização.

Maldonado - Torres (2007) conceitua o termo colonizar como um padrão de poder:

Un patrón de poder que emergió como resultado del colonialismo moderno, pero que en vez de estar limitado a una relación formal de poder entre dos pueblos o naciones, más bien se refiere a la forma como el trabajo, el conocimiento, la autoridad y las relaciones intersubjetivas se articulan entre sí, a través del mercado capitalista mundial y de la idea de raza. Así, aunque el colonialismo precede a la colonialidad, la colonialidad sobrevive al colonialismo. La misma se mantiene viva en manuales de aprendizaje, en el criterio para el buen trabajo académico, en la cultura, el sentido común, en la autoimagen de los pueblos, en las aspiraciones de los sujetos, y en tantos otros aspectos de nuestra experiencia moderna. En un sentido, respiramos la colonialidad en la modernidad cotidianamente.

Essa abordagem mais ampla, nos leva a uma discussão mais profunda sobre esta questão, em especial sobre a colonialidade do poder e brevemente a colonialidade do ser e os efeitos gerados por estas no que diz respeito à homofobia. Para ilustrar os controles exercidos pela colonialidade do poder, observa-se na figura 4 o que Mignolo (2010) sugere ser a matriz colonial do poder uma estrutura complexa de níveis entrelaçados, como mostra a figura abaixo:

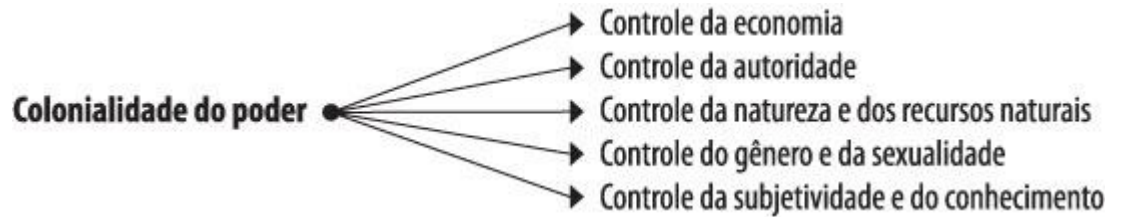


Figura 4: Matriz colonial do poder segundo Mignolo (2010).

Ballestrin (2013) ilustra a colonialidade do poder como aquela que controla a economia, a autoridade, a natureza e os recursos naturais, a subjetividade e o conhecimento e também o gênero e a sexualidade. Trata-se de um mecanismo de controle, de determinação do certo e errado, do bom e do ruim, da dominação no sentido de poder afirmando também que o conceito de colonialidade foi estendido para outros âmbitos que não só o do poder.

Silva *et al* (2012) afirmam que a colonialidade do poder se refere aos processos de dominação por meio da inferiorização cultural de um povo frente a um padrão pré-estabelecido de organização social. Como exemplo, frisam a relação imposta de subordinação histórica dos povos das áreas rurais em relação aos povos urbanos, onde o urbano inferioriza o rural.

Grosfoguel (2008) diz que:

Colonialidade do poder designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da colonialidade global imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

Entende-se assim, portanto, o início dessas inferiorizações e processos de dominações na América Latina, por meio da invasão, onde se deu o início de tais colonialidades.

Apesar disso, o processo de colonização foi relatado pelos historiadores em geral com outro viés, construído a partir do heroísmo do colonizador, tratando-se como um processo positivo para a América Latina. Observa-se uma história com um grande número de historiadores que se designam a “inventar” uma história na tentativa de legitimar o que está sendo escrito e repassado. Estes, por exemplo, registram Roma e

Grécia como berço do ocidente e assim o fazem porque lhes convém manter a perpetuação do atual sistema mundo. Da mesma forma, inventam que o Brasil, por exemplo, têm suas raízes na Península Ibérica.

Partindo desta análise, observamos que a história como a conhecemos foi relatada por historiadores e, portanto, são versões construídas e influenciadas por estes. Desta forma, uma história relatada por homens brancos, heterossexuais e cristãos, repleta de suas convicções, crenças e valores. A história da América Latina relatada por seus colonizadores, não nativos, não índios, negros, gays, entre outros. Essa construção de conhecimentos é de grande importância para compreender como os povos, ao longo da história, aceitaram e aceitam essa posição subalterna. Nossa história foi legitimada com características deste homem branco através da colonialidade do saber que, segundo Silva (2015), é a interiorização da condição de inferioridade pelos povos subalternizados e a aceitação da condição de superioridade dos povos colonizadores. Trata-se de um sistema de educação destinado a manter o sistema, de aceitação da inferioridade, e de submissão aos poderosos, onde os diferentes são marginalizados e excluídos. Silva (2015), compara em certa medida, com o que Freire (2005) denomina de Hospedeiro do Opressor, em que a Colonialidade do Ser é um fenômeno individual e coletivo, atingindo tanto o sujeito como o grupo ao qual está inserido, o que imprime a falsa ideia de que a Colonialidade do saber é legítima, alçando as subjetividades em diversos níveis de (auto) percepção de valores socioculturais e de referências ontológicas. Essa dimensão da Colonialidade é a construção de uma cultura naturalizada de classificação e de hierarquização dos sujeitos que é incorporada pelos grupos e seus respectivos membros.

Mignolo (2007), relata que:

La colonización del ser consiste nada menos que en generar la idea de que ciertos pueblos no forman parte de la historia, de que no son seres. Así, enterrados bajo la historia europea del descubrimiento están las historias, las experiencias y los relatos conceptuales silenciados de los que quedaron fuera de la categorías de seres humanos, de actores históricos y de entes racionales.

Assim, este modelo de sociedade colonial, moderna e capitalista, instaurado a partir de 1492, legitimou a exclusão dos diferentes. Conforme aponta Silva (2015), a sociedade colonial trouxe consigo a classificação e a hierarquização que é transformada em uma matriz de poder do sistema mundo capitalista, moderno e colonial. Segundo Wallerstein (2005) a América foi o elemento fundante da economia mundo-capitalista e para o estabelecimento desta economia mundo-capitalista foram necessários

três fatores: a expansão geográfica do mundo de então; o desenvolvimento de vários métodos de controle do trabalho para diferentes produtos e zonas distintas da economia-mundo e a criação das instituições de Estado. Ressalta-se que Wallerstein é um estudioso minucioso deste sistema-mundo. Conforme relato do autor: “Yo mismo me he dedicado y he escrito acerca de análisis de sistemas-mundo durante los últimos treinta años. Lo he utilizado para describir la historia y los mecanismos del sistema-mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2005).

Além de Wallerstein, outros autores incorporam esta discussão. Quijano e Grosfoguel a partir de Dussel ampliam a discussão sobre o sistema mundo e qualificam este para além de capitalista e dizem que o mesmo é colonial, moderno e patriarcal. O que foi inventado na América, é instituído como modelo de dominação do mundo pelos europeus dos países hegemônicos para os povos latino-americanos.

Desta forma, pode-se dizer que colonial é sinônimo de capitalismo e a herança deixada a partir deste fatídico 1492 são exatamente as colonialidades, em especial a do poder que são ferramentas ideológicas de dominação. Saliencia-se portanto que de acordo com Quijano, colonialidade do poder é:

Uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/étnica de la población del mundo como piedra angular de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y subjetivas, de la existencia social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de America (QUIJANO, 2000).

Desta forma, Quijano mostra como o capitalismo racializou e buscou inferiorizar desde o período da colônia até a atualidade.

Diante disso, Dussel (1993) afirma que a América Latina foi a primeira colônia da Europa moderna - sem metáforas, já que historicamente foi a maior “periferia” antes mesmo da África e a Ásia. De acordo com o autor, a colonização da vida cotidiana do índio, do escravo africano pouco depois, foi o primeiro processo europeu de “modernização”, de civilização. Tratava-se de alienar ao outro como “o mesmo”, mas agora já não mais como objeto de uma práxis guerreira, de violência pura, mas de uma práxis erótica, pedagógica, cultural, política, econômica, ou seja, de domínio dos corpos pelo machismo sexual, da cultura, dos tipos de trabalhos, de instituições criadas por uma nova burocracia política, de dominação do Outro. Dussel (1993) considera que foi o começo da domesticação, da estruturação, da colonização do modo como aquelas pessoas viviam e reproduziam sua vida humana. Então, sobre o efeito desta colonização

mundial da vida, se constituíra a América e, conseqüentemente, o nascimento do Estado Colonial e com ele as diferentes opressões, tal como a da sexualidade.

Neste contexto de uma realidade sórdida e de opressão, nos deparamos com o surgimento de um mundo cruel, onde se subjuga o outro na tentativa de colonizá-lo e domesticá-lo nos padrões de uma hierarquia absolutamente heteronormativa, racista, homofóbica e patriarcal. Em análise a este contexto, Segato (2003), escreve em uma de suas discussões e afirma que todas as conexões existentes nos diferentes níveis de violência, giram em espiral partindo de uma célula elementar que prolifera ad infinitum, que é a cena elementar do patriarcado com seu mandato de poder.

Esta crueldade e opressão são percebidas com o surgimento de um sistema/mundo, que nas relações humanas, é perverso. Um exemplo é a exploração de trabalho em que o colonizador, se aproveitava da mão de obra grátis ou barata para construir suas riquezas e, posteriormente, passou a usar escravos africanos para servir aos seus fins. Neste contexto, Lemos (2013) relata que tanto os índios como os negros não eram considerados sujeitos de direitos e lhes foi imposta a condição de sujeito de favor. Lugones (2014) escreve que só os civilizados são homens ou mulheres. De acordo com a autora, os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. Assim, o colonizador os encobria e os subjugava e, esta, parece ser a característica principal do colonizador. Afim de exemplificar tais contextos, Dussel (1993) é categórico ao comentar sobre o julgo desta conquista com relação aos índios e a religião que vem a ela atrelada:

Se predica el amor de una religión (el cristianismo) en medio de la conquista irracional y violenta. Se propone de manera ambigua y de difícil interpretación, por una parte, al fundador del cristianismo que es un crucificado, una víctima inocente en la que se funda la memoria de una comunidad de creyentes la Iglesia; y, por otra, se muestra a una persona humana moderna, con derechos universales. Y es justamente en nombre de una tal víctima y de tales derechos universales que se victimiza por ejemplo a los indios. Los indios ven negados sus propios derechos, su propia civilización, su cultura, su mundo... sus dioses en nombre de un dios extranjero y de una razón moderna que ha dado a los conquistadores la legitimidad para conquistar. Es un proceso de racionalización propio de la Modernidad: elabora un mito de su bondad ("mito civilizador") con el que justifica la violencia y se declara inocente del asesinato del Otro.

Assim, nota-se uma construção contraditória, de conquista e imposição, fundamentada em princípios que não justificam a ação da colonização. Porém, o estado colonizado se estrutura, se fortifica e se estabelece.

Neste Estado colonizado, a partir das independências, surge a configuração e a formação dos chamados Estados-nacionais, os quais herdaram as colonialidades e as usam no controle do trabalho, das mentalidades e da sexualidade entre outras. Essas colonialidades vão se estabelecendo e se consolidando e, é por isso que na atualidade, as colonialidades estão presentes. O Estado nacional se apresenta como altamente patriarcal, e por isso, ele é machista, racista e heteronormativo. Neste mesmo contexto, a igreja se une ao poder do Estado para controle da sociedade. Diante disso afirma-se então que o Estado nacional é homofóbico e usa da colonialidade do poder para se perpetuar.

A sociedade foi, portanto, dentro deste contexto, submetida a uma falsa liberdade, uma falsa igualdade e a um condicionamento colonial que conforme Dussel (1993) foi excluindo muitos rostos, sujeitos históricos e oprimidos, e desta forma, consequentemente levando a sociedade atual à intolerância, ao machismo ao racismo e ao preconceito generalizado, em especial a aqueles que fogem do chamado “padrão”. Esta realidade colonizadora, nos leva a um retrato da violência contra mulheres, animais, índios, negros e em especial a população LGBTQ+, que vem se tornando alarmante nos últimos anos. É notório que uma corrente de intolerância às diferenças, identidade de gênero e orientação sexual se mostra cada vez mais presente. Combater estas violências, sejam elas simbólicas, verbais ou físicas, se faz urgente e necessário.

Nesse sentido, conforme afirma Junqueira (2008), é importante que no campo da educação falemos de educação na diversidade, para a diversidade e pela diversidade, incluindo negros, índios e as LGBTQ+, pois isso diz respeito ao aprendizado da convivência social, cidadã e democrática, além de possuir um papel estratégico na promoção da igualdade de oportunidades na inclusão e na integração social e assim incluir o outro e não diminuí-lo e excluí-lo. Grosfoguel (2010) deixa evidente esta questão quando diz que a colonização busca diminuir e inferiorizar o ser humano como não humanos, procurando congelá-los no tempo e os chama de sujeitos sem escritura, sem história.

As desigualdades na sociedade atual se sobrepõem e se reforçam, assim por exemplo, o sujeito político por excelência é homem, branco e heterossexual e em torno dele se constrói todo um universo de diferenças desvalorizadas, de sub-cidadãos e

sub-cidadãs (Carrara, 2009). É um sistema de poder, de representação do poder, e para isso, é necessário que haja a submissão para a perpetuação deste poder.

Assim, tal dominação nos leva a pensar esta história carregada de hierarquias que inferiorizam e, trazem consigo, uma carga de preconceito e diminuição do outro.

Esta discussão vem atrelada a questão do racismo e daí se desprende o atual padrão de poder mundial que, segundo Quijano (2000), consiste na articulação da colonialidade do poder, isso é, a ideia de raça como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social.

Diante desse contexto, pode-se destacar aqui, as palavras da socióloga Segatto (2013) que ao referir-se a Quijano, diz que este ao formular a perspectiva crítica da Colonialidade do Poder, faz uma ruptura de grande impacto no pensamento crítico nos campos da história e das ciências sociais na América latina.

É importante analisar que tais pensamentos se constroem através do questionamento do que significa este “mito da modernidade”, ou seja, o grande mito nascido em 1492 e que Dussel (1993) classifica como a violência que busca se justificar e se impor frente as populações que não se assumem “modernas”.

Quijano (2000) afirma que a construção do preconceito na América Latina se deu a partir da ideia de raça. Segundo o autor, a América se constituiu como o primeiro espaço/tempo de um novo padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade. Ele traz a tona a discussão da ideia de raça reforçando que este é um dos principais eixos norteadores que justificam a opressão/colonialidade do poder, ou seja, a ideia de que biologicamente uns eram diferentes dos outros e portanto, um era inferior ao outro.

Ressalta-se ainda que, a ideia de raça segundo Quijano, no seu sentido moderno, não possui nenhum registro conhecido antes da América. Algo portanto criado e estabelecido pelos conquistadores que se auto intitulam brancos para inferiorizar e oprimir o outro. Foi com o tempo que os colonizadores codificaram cor às características fenotípicas dos colonizados e assim assumiram como característica emblemática da categorial racial. Da mesma forma o fizeram com a sexualidade e o gênero, normatizando padrões e categorias por meio de uma classificação baseada no cristianismo que inferioriza e exclui. A norma inventada conceituou que as relações só são válidas entre homem e mulher, e a justificativa simplista se deu pela condição biológica de procriação. Da mesma forma o homem se sobrepõe a mulher como ser superior, mantenedor da família. Nada que foge a estes preceitos é aceito. Essa construção de conceitos exclui

qualquer forma de relação que não se enquadra nesses padrões. Neste sentido, os diferentes são marginalizados, esmagados pela sociedade, que mergulhada na hipocrisia, não permite a manifestação do outro como sujeito dotado de direitos.

Nota-se, portanto que, historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas das relações de superioridade/inferioridade, entre dominados e dominantes. Desde então, tais aspectos demonstraram ser os mais eficazes e duradouros instrumentos de dominação social universal, pois, a partir deste instrumento, passa a depender inclusive outro, igualmente universal, só que mais antigo, o intersexual, ou o de gênero. Os povos conquistados e dominados foram situados em uma posição natural de inferioridade e em consequência, também suas características fenotípicas, assim como seus descobrimentos mentais e culturais. Percebe-se assim em outras palavras, o modo básico de classificação social universal da população mundial (QUIJANO, 2000).

Entender a modernidade sobre este prisma colonizador é essencial para compreendermos que no contexto do “mito da modernidade” se desprende a opressão, a exploração, a inferioridade e a submissão. Dussel (2005) diz que a modernidade, como novo paradigma de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico. O século XVII já é fruto do século XVI; Holanda, França e Inglaterra representam o desenvolvimento posterior no horizonte aberto por Portugal e Espanha. A América Latina entra na Modernidade (muito antes que a América do Norte) como a “outra face”, dominada, explorada, encoberta.

Nesta perspectiva, Dussel (2005) diz que:

La otra-cara negada y victimada de la “Modernidad” debe primeramente descubrirse como “inocente”: es la “víctima inocente” del sacrificio ritual, que al descubrirse como inocente juzga a la “Modernidad” como culpable de la violencia sacrificadora, conquistadora originaria, constitutiva, esencial. Al negar la inocencia de la “Modernidad” y al afirmar la Alteridad de “el Otro”, negado antes como víctima culpable, permite “des-cubrir” por primera vez la “otra-cara” oculta y esencial a la “Modernidad”: el mundo periférico colonial, el indio sacrificado, el negro esclavizado, la mujer oprimida, el niño y la cultura popular alienadas, etcétera (las víctimas de la “Modernidad”) como víctimas de un acto irracional (como contradicción del ideal racional de la misma Modernidad).

É justamente neste contexto de mundo periférico, de exploração e discriminação que se encontram os grupos LGBTQ+, que são oprimidos, desvalorizados e minimizados numa tentativa de encobri-los e não lhes permitindo dar voz aos seus gritos

que clamam por justiça, respeito e dignidade. Aquietar-se nesse contexto é assumir condição passiva na história, de invisibilidade.

Lutar por uma descolonização efetiva de si e da sociedade, é necessário e apremiante para a construção de um pensamento social/coletivo inclusivo, diverso e livre das amarras colonizadoras/preconceituosas.

A exemplo do que fizeram os movimentos juvenis, sobretudo, nos fins dos anos sessenta e começo do século XX, que segundo Quijano (2013), se organizaram e lutaram, minoritariamente em todo o mundo, não somente contra a exploração do trabalho, contra o colonialismo, contra o imperialismo e contra as guerras colonial-imperiais (nesse período, Vietnã era o caso emblemático), senão também contra a ética social do produtivismo e do consumismo; contra o pragmático autoritarismo burguês e burocrático; contra a dominação de raça e de gênero; contra a repressão das formas não convencionais de sexualidade e por uma nova relação estética/ética/política. É necessário enfrentar tais monstros e batalhar conseqüentemente para poder vislumbrar horizontes de sentido histórico, efetivamente oposto ao implicado na Colonialidade/Modernidade/Eurocentrada.

É preciso reconhecer que a história também é cíclica, e que são necessárias lutas tanto para conquistar direitos, como para mantê-los. Isso implica que este grupo, as pessoas LGBT+, que historicamente veem sofrendo os efeitos desta colonialidade de forma agressiva, totalitária e opressora, compreendam que lutar por demandas de igualdade e justiça são mais que necessárias, é também essencial e imprescindível em primeiro lugar, lutar por uma descolonização deste pensamento hegemônico e patriarcal que insiste em ocupar um lugar na sociedade atual.

A partir daí, se desprende o pensamento de que pessoas LGBT+ são parte desta história e que igualmente a tantos outros, foram colonizados e subjugados. Suas vozes gritam diariamente para que não sejam colocadas nesta zona periférica, onde o colonialismo, o machismo e o patriarcalismo querem deixá-las, subjugá-las e maltratá-las na tentativa de calá-las, jogando no limbo suas demandas e vivências. Devido a isso, segundo Borrillo (2009), o medo às vezes pueril que a homossexualidade ainda suscita resulta da formação cultural do Ocidente judaico-cristão. Segundo o autor, dos textos sagrados às leis laicas, passando pela literatura científica e pelo cinema, a tentativa de promover a heterossexualidade não hesita em condenar ao anátema não somente a homossexualidade, mas também qualquer manifestação de afeto entre pessoas do mesmo sexo buscando a invisibilidade destes.

Não obstante, a perpetuação deste sistema continua nos dias atuais, de geração para geração, propagada na forma de conhecimento, sendo impressa na sociedade através da cultura e dos sistemas formais de educação, desde os níveis fundamentais até a universidade, que apesar de seu papel crítico de discussão, não é capaz de reconhecer e discutir a desconstrução deste modelo opressor que está impregnado no processo de formação. Assim, no capítulo II, será discutido o contexto colonizador que envolve o ensino superior, tendo como objeto de estudo, a Universidade Federal da Integração Latino Americana.

3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA (UNILA) NO CONTEXTO COLONIZADOR

A compreensão da colonialidade da América Latina e suas influências como fenômeno que se perpetua no contexto atual, se mostra fundamental para a construção de um pensamento crítico, voltado em especial para os marginalizados e oprimidos, para a revisão de suas histórias e para a construção de uma discussão aprofundada que tem entre suas finalidades a desconstrução do pensamento opressor e a reparação social. Neste contexto, as instituições acadêmicas tem papel fundamental na realização deste processo, pois são nestes espaços, que se constroem, se discutem e se perpetuam o conhecimento. Além disso, o ensino superior forma entre outros, docentes que participarão do processo de formação das gerações futuras. Portanto, nestas instituições, espera-se a construção de um pensamento crítico voltado para o respeito e a dignidade humana, de valorização da vida, de quebra de preconceitos, de sustentabilidade e de equilíbrio social entre outros.

Para tanto, as políticas institucionais, bem como seus currículos, devem incluir este tipo de formação para que este se efetive de forma concreta a construção deste pensamento.

Porém, ante a necessidade desta discussão no universo acadêmico, é preciso também analisar a forma como estes espaços reconhecem as populações marginalizadas, como estes indivíduos estão inseridos neste contexto e como são tratados. É notório o conhecimento sobre as políticas de cotas, incluídas nos últimos nas Universidades brasileiras em que se destinam vagas exclusivas à negros, pardos e índios. De acordo com Amaral (2010), no estado do Paraná, a partir de 2002 foram destinadas vagas exclusivas nas Universidades Estaduais para índios, aderindo também em seguida, a Universidade Federal do Paraná. Na ocasião, as IES públicas do Paraná e tampouco os indígenas como principais sujeitos desse processo, tinham a ciência sobre o adequado debate acerca desta ação e da saga trajetória que ela iniciaria. Foram necessárias exaustivas discussões para que isso fosse de forma paulatina, sendo implementado.

Uma outra transformação recente que tornou-se efetiva com a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, foi a reserva 50% das vagas em todos os cursos nas instituições federais de ensino superior levando em conta critérios sócio-raciais, nas quais parte das vagas são exclusivas para negros.

Da mesma forma, transexuais tem pouco a pouco conquistado o direito ao nome social em registros das Instituições de Ensino Superior, a exemplo desta luta,

podemos citar a Universidade Federal do Maranhão, que em 2015 foi uma das primeiras Universidades brasileiras a atender esta demanda. A UNILA, através da Resolução do CONSUN n° 11 de 19 de agosto de 2016 também regulamentou a utilização do nome social por discentes, servidores e demais usuários nos seus espaços.

Ainda que estas ações sejam recentes e até mesmo pequenas frente ao histórico opressor que ainda existe e persiste, constituem um resultado de muitas lutas e demandas por igualdade desses grupos.

Nesta perspectiva de análise, este capítulo tem por objetivo identificar na Universidade Federal da Integração da Integração Latino Americana, se a Instituição propõe este debate através de suas políticas institucionais de acesso e permanência dos estudantes e de seus currículos.

Para discussão deste capítulo, foram analisados os documentos fundacionais da UNILA e uma amostragem dos Projetos Pedagógicos de Curso, sendo seis cursos de graduação de um total de 29. Não foram analisados os cursos de pós-graduação. Nestes documentos foram pesquisados o perfil do egresso que a Universidade pretende formar, as disciplinas que compõe os currículos dos cursos e as referências teóricas destas disciplinas. Foi realizado um breve histórico de implantação desta universidade e uma abordagem sobre as políticas nacionais de inclusão da qual a UNILA faz parte.

3.1 FASE DE IMPLANTAÇÃO DA UNILA

A UNILA é uma universidade nova, ainda em fase de implantação, e a construção de sua identidade ainda está em andamento, possibilitando espaços de discussões capazes de alterar o futuro da instituição.

A fundação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana propõe um intercâmbio numa proposta multicultural e multilíngue para o desenvolvimento tecnológico de inovação com bases humanísticas. Tal proposta apresenta-se como um rompimento com os modelos tradicionais de ensino superior público no Brasil.

A criação da UNILA remonta a dezembro de 2007, quando o Ministério da Educação submeteu ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, um Projeto de Lei propondo a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, instituição para ter sua sede em Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, devido à confluência nessa cidade da fronteira de três países sul-americanos, o que favorece a ideia de diálogo

e interação regional, (IMEA, 2009). Então, em 12 de janeiro de 2010, a Lei 12.189 foi sancionada pelo presidente Lula, em cerimônia realizada em Brasília.

O primeiro desafio foi o de pensar a UNILA como universidade sem fronteiras, no contexto da região tri nacional, envolvendo o nordeste da Argentina, o leste do Paraguai e o oeste brasileiro. A vocação da UNILA é de ser uma universidade cuja missão será a de contribuir para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as universidades, organismos governamentais e internacionais. (IMEA, 2009). De acordo com Pontes & Tavares (2014),

A proposta de criação da UNILA tem como objetivo a alta formação de recursos humanos, no intuito de contribuir para o desenvolvimento e integração cultural tendo em vista sociedades mais justas, estimulando o desenvolvimento e o intercâmbio científico e tecnológico entre as universidades e institutos de pesquisa na região. A contribuição para a promoção de uma rede de cooperação solidária e intercâmbio acadêmico entre os países da América Latina constitui também um dos objetivos de criação da UNILA.

Neste contexto e ainda segundo o IMEA (2009) a missão da UNILA é a de contribuir para o avanço da integração da região, com uma oferta ampla de cursos de graduação e pós-graduação em todos os campos do conhecimento abertos a professores, pesquisadores e estudantes de todos os países da América Latina. Como instituição federal pública brasileira pretende, dentro de sua vocação transnacional, contribuir para o aprofundamento do processo de integração regional, por meio do conhecimento compartilhado, promovendo pesquisas avançadas em rede e a formação de recursos humanos de alto nível, a partir de seu Instituto Mercosul de Estudos Avançados, com cátedras regionais nas diversas áreas do saber artístico, humanístico, científico e tecnológico e de forma interdisciplinar.

Pontes & Tavares (2014), em entrevista realizada com a pró-Reitoria de Relações Internacionais, constata-se que a proposta de aplicação de um projeto interdisciplinar é um princípio estruturante da universidade; em relação a isso refere o seguinte:

[...] Como alcançar é um grande desafio, porque toda a estrutura institucional da UNILA foi pautada na interdisciplinaridade. Não há como nas outras federais, não há departamentos na UNILA. Não existem faculdades, não há especialização do conhecimento. A tentativa é inversa. Por isso que nós temos os centros interdisciplinares. Eu diria que o coração da UNILA, com base nos seus documentos, estatutos, regimentos e documentos iniciais, o

coração, a potência da UNILA está em seus centros interdisciplinares. Esses centros congregam cursos de graduação [...]

Pensada desta forma e no contexto de uma universidade criada para promover a integração latino-americana, atraiu olhares de acadêmicos de todas as partes com a expectativa de instituir-se uma Universidade de vanguarda, paritária, e atuante na construção de uma sociedade mais igualitária. Entrevistas com estudantes gays, lésbicas e transexuais (abordadas no capítulo 3), mostram que estas pessoas vieram atraídas por vislumbrar uma universidade inclusiva e diversa.

No entanto, desde sua concepção, nos documentos oficiais que normatizam esta universidade, houve quase nenhum espaço para a promoção da diversidade sexual.

No livro *A UNILA em Construção: Um projeto universitário para a América Latina* (IMEA, 2009), encontramos o relato da quinta reunião da Comissão de implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana que ocorreu na cidade de Curitiba em setembro de 2008 que diz entre outras coisas que:

Na abertura da reunião a presença da reitora da UFPR em exercício, Márcia Mendonça. A estudante Fabiana Zelinski, Presidente da União Paranaense de Estudantes, também participa como convidada. A reitora toma a palavra fazendo uma descrição e breve análise do Debate Público, ocorrido em Foz do Iguaçu/PR no dia 19 de setembro de 2008, no Parque Tecnológico de Itaipu. Em sua exposição destaca os temas: integração e desenvolvimento regional; modelo novo de universidade; integração pelo conhecimento; diversificação e interiorização das IFES; conhecimento para o entendimento das diferenças; promoção da cultura da paz, da tolerância e da diversidade.

A mesma Comissão de implantação ao referir-se a missão e aos objetivos da UNILA quanto a sua fundação, diz:

A missão da UNILA é contribuir por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, próprias das instituições universitárias, para uma América Latina mais justa, plural, democrática e solidária, procurando desenvolver (através do conhecimento) uma cultura de integração entre os povos latino-americanos que valorize o es - tudo de questões sociais, econômicas e culturais, em áreas de interesse comum à região e a inserção soberana do continente no contexto internacional.

Os objetivos são apresentados da seguinte forma:

Constituir um espaço de diálogo e de reflexão sobre questões emergentes e desafios comuns à América Latina, tornando a UNILA um centro catalisador de cientistas e pensadores de várias procedências. • Promover a integração e cooperação internacional solidária, contribuindo para a geração de uma cultura de paz. • Desenvolver um projeto pedagógico que enfatize a produção e difusão do conhecimento inter e transdisciplinar. • Elaborar uma visão prospectiva da sociedade latino-americana, para o fortalecimento da região no cenário internacional. • Valorização dos saberes tradicionais e das expressões socioculturais dos povos da América Latina, buscando a equidade social e a cidadania plena.

Nota-se que ao fazer tal análise da missão e dos objetivos, percebe-se a falta explícita de propostas que versem sobre o respeito e a promoção de políticas internas que abordem o tema da diversidade sexual, do combate ao racismo, ao sexismo e a xenofobia, já que esta última é de suma importância ser abordada no contexto da integração latino-americana por ter seus acadêmicos advindos de diferentes países.

Outro aspecto é que ao analisar o próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o quinquênio 2013-2017, (PDI – 2013-2017) de domínio público, analisa-se também que não existe neste plano, nenhuma iniciativa/objetivos que tratem de combate ao preconceito, desta promoção da cultura da paz que também significa promover a inclusão daqueles e daquelas que são discriminados em razão de sua orientação sexual homo/lesbo/bi/transafetiva. Não se concretizou numa ação efetiva de combate, de construção do entendimento das diferenças, da promoção da cultura da paz por parte dos gestores da UNILA, a fala da então Reitora da Universidade Federal do Paraná – UFPR (instituição tutora da desta universidade) que ela, a UNILA está para o entendimento das diferenças. Desta forma, faz-se um balanço de que a Comissão de implantação gestora da UNILA, não apresenta em seu documento fundacional, estratégias de combate à discriminação e aos diferentes preconceitos geradores de violência.

3.2 A UNILA E AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

A UNILA, diferente das demais Instituições Federais de Ensino brasileiras destina 50% de suas vagas a estudantes estrangeiros oriundos dos países latino-americanos. Esta iniciativa é pioneira e a transforma na primeira Universidade brasileira com o objetivo de promover a integração dos povos. Trata-se de um processo de inclusão

do estrangeiro, e da convivência e inserção da comunidade acadêmica nas diferentes culturas, de respeito à diversidade e que segundo Pontes & Tavares (2014),

A UNILA seu projeto fundador surge, com clareza, a dimensão de internacionalização ao integrar no projeto de educação superior os países da região. Um dos desafios que se coloca à esta universidade, é a sua capacidade para responder às demandas, não só nacionais como internacionais. A universidade se propõe em produzir um alto nível de qualidade, tanto na questão acadêmica quanto na questão social, fundamentadas em uma ética de respeito pela diversidade e pelos direitos humanos universais, questões que deveriam ser debatidas, incluídas e efetivamente pensadas nas matrizes curriculares de seus cursos.

Além disso, assim como as demais Instituições Federais de Ensino Superior , (IFES) no Brasil, a UNILA obedece a Lei Federal nº 12.711/2012 que garante a reserva de 50% das vagas a alunos oriundos integralmente do ensino médio público. A conquista da Lei Federal nº 12.711/2012 foi uma etapa importante na batalha pelo reconhecimento de direitos e pela equidade, um caminho para a igualdade (AMARAL et al, 2016). Essas vagas reservadas às cotas, de acordo com a lei são subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também é considerado o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Amaral et al (2016), a lei foi um grande avanço porém acabou por produzir consequências indesejadas: muitas instituições públicas federais de ensino superior haviam adotado iniciativas de ação afirmativa para povos indígenas que sofreram retrocesso para a adaptação das regras das instituições à nova norma federal. Assim, a lei de cotas universalizou a adoção de reserva de vagas para todas as instituições federais de ensino, mas parece ter sufocado iniciativas mais corajosas de promover a inclusão de estudantes indígenas. Neste contexto, a lei não proibiu a criação de cotas além das descritas na Lei federal 12.711/2012, mas também não as incentivou. A UNILA tem adotado o que a lei federal prevê.

Para a população LGBTQ+, um avanço a se considerar na UNILA foi o reconhecimento do nome social através da resolução 11/2016, aprovada em agosto de 2016. O nome social significa respeito às pessoas e à individualidade. Uma vez

normatizada, torna-se necessário a conscientização da comunidade acadêmica por meio de trabalhos e discussões.

3.3 PROJETOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS – A FORMAÇÃO OFERECIDA E O PERFIL DO EGRESSO

A formação acadêmica ofertada pela Universidade se formaliza através de seus documentos legais. Os Projetos Pedagógicos de Cursos devem materializar as diretrizes, filosofias e pressupostos das políticas pedagógicas propostas pela instituição, sendo responsáveis diretos pela qualidade da formação oferecida pelas instituições de educação superior (HAAS, 2010). Quando nos remetemos aos cursos ofertados pela Universidade, identificamos como elemento principal os currículos, que devem considerar as diretrizes curriculares nacionais e demonstrar o percurso formativo, além de deixar claro o perfil do egresso a ser formado.

Observa-se que a UNILA oferece 29 (vinte e nove) cursos de graduação, em diversas áreas do conhecimento. Cada curso precisa construir o seu projeto pedagógico. Os PPCs são construções coletivas que tem como objetivo estruturar a formação oferecida de modo a nortear a construção do conhecimento. Assim, ao analisar os PPCs é possível identificar o perfil do profissional que a Universidade Federal da Integração Latino Americana pretende formar. Dos vinte e nove cursos existentes, foram escolhidos cinco para a análise de seus respectivos PPCs, onde buscou-se identificar na formação acadêmica, propostas pontuais sobre discussões de preconceitos, aspectos relacionados a inclusão, do respeito à diversidade sexual, combate ao racismo e a igualdade de gênero. Os cursos foram escolhidos aleatoriamente, considerando abranger cursos em diferentes institutos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Neste contexto, seguem as análises dos PPCs dos seguintes cursos: Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana, Arquitetura e Urbanismo, História – América latina, Relações Internacionais e Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade.

3.3.1 PPC – Antropologia – Diversidade Cultural Latino Americana

Segundo o PPC de Antropologia – Diversidade Cultural Latino Americana, este curso foi criado pela Portaria 103, de 05 de novembro de 2010, tendo sua primeira turma iniciada no primeiro semestre letivo de 2011.

O Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana, contempla uma disciplina voltada para Direitos Humanos, em que prevê o reconhecimento simultâneo da diversidade humana e dos direitos universais e as implicações da norma universal perante o relativismo cultural.

Constata-se no perfil do curso que o mesmo procura formar um profissional cuja experiência e conhecimentos buscam superar os obstáculos e enfrentar os desafios das sociedades contemporâneas.

O curso oferece disciplinas como a de Raça, gênero e etnia e também a discussão em torno de cultura e direitos humanos.

Importante ressaltar aqui a disciplina de Nacionalidades, Fronteiras e Migrações que entre outras coisas, traz a seguinte discussão:

A construção dos Outros racionalizados e/ou culturalizados nas sociedades nacionais latino-americanas: os outros das nações. Os Outros originários: indígenas e negros. Os novos Outros, imigrantes recentes. Redefinições políticas dos movimentos étnico-raciais e demandas de cidadania e direitos sociais e culturais. Contribuição dos estudos póscoloniais.

O PPC inclui redefinições políticas dos movimentos étnico-raciais e demandas de cidadania e direitos sociais e culturais. Também inclui contribuição dos estudos pós-coloniais. Visa discutir a dimensão da Antropologia como ciência e alguns de seus conceitos, entre eles, Diferença, Cultura, Diversidade e Alteridade.

3.3.2 PPC – Arquitetura e Urbanismo

O curso iniciou suas atividades com o ingresso da primeira turma de alunos, no primeiro semestre de 2012, sendo a segunda turma de ingressantes no primeiro semestre de 2014 sendo este em período integral e ofertando 30 vagas anuais.

O Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo apresenta o compromisso social frente ao ensino-pesquisa-extensão voltado para a autonomia e emancipação social com ênfase na habitação e nos direitos humanos, particularmente no direito à cidade, no direito à moradia e no direito à arquitetura. Prevê o debate de conceitos de democracia participativa, participação popular, direitos humanos, movimentos sociais, emancipação, empoderamento e o papel do arquiteto e urbanista neste contexto.

De acordo com o perfil do egresso do curso, o profissional terá profundo entendimento da função social da profissão refletindo profundamente sobre o ensino, a

prática e a crítica da arquitetura e do urbanismo na atualidade e, diferenciar-se-á pela formação bilíngue em sintonia com as tendências contemporâneas de respeito à diversidade e ambiente, o respeito pela diferença e de solidariedade, com especial atenção para os desafios dos contextos de carência econômica e/ou de recursos materiais. Além disso, o estudante deste curso e segundo o PPC do mesmo, terá a possibilidade da discussão sobre questões de gênero e etnia através de disciplina optativa intitulada: Arquitetura, Cidades, Relações Étnicas e de Gênero. Assim, preparado para uma atuação profissional plural, o egresso apresentará competências para a qualificação dos espaços e redução das desigualdades sócio-espaciais e passará a entender a prática democrática e os processos participativos como elementos basilares para a construção de uma sociedade mais equilibrada e inclusiva. Neste contexto, o profissional egresso, será preparado para o aperfeiçoamento do arranjo federativo para implementação de políticas públicas como o de direito à habitação, erradicação da pobreza no trabalho intenso que possibilite a diminuição da desigualdade social. Segundo o PPC deste curso, o futuro arquiteto e urbanista, precisa compreender que o pensamento crítico, a capacidade de refletir sobre o que faz, deve ir além, precisa transcender exclusiva valorização do projeto arquitetônico, indo em direção do entendimento da arquitetura e do urbanismo como ação política. Que o profissional desta área seja empoderado para responder as diferentes necessidades sociais que se apresentem, tendo em conta o que o próprio PPC deste curso propõe como balizador e teórico de seu projeto de formação que vem sustentado em aspectos propostos por Paulo Freire, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Milton Santos que são:

De Freire, o curso se propõe a extrair o aporte teórico e metodológico de sua proposta de educação voltada para a libertação dos países pobres com vistas ao empoderamento e à emancipação das populações em situação de pobreza ou subalternidade. Da obra de Dussel e Quijano, o Centro Acadêmico da Unila (CAU), ambiciona incorporar o profícuo debate a respeito da reconstrução histórica da Modernidade e da superação do eurocentrismo nas ciências, preparando um egresso que identifique as assimetrias de poder entre os povos e os lugares e que seja capaz de se engajar na construção de uma centralidade epistêmica em torno da América Latina; de Milton Santos, apropria-se da espacialização crítica em torno do conceito de território, de modo a compreender os objetos arquitetônicos, as práticas projetuais e o ambiente construído resultante como parte da espacialização tanto das culturas quanto das relações entre sociedade e natureza, particularmente aquelas imbricadas com as disputas de poder e com os conflitos em torno do acesso à terra.

O PPC propõe que enfatiza sobre a importância do engajamento a comunidades locais e respeito à diversidade das culturas arquitetônicas pelo mundo afora, no pensamento de que o estudante precisa ampliar seu repertório e por isso o curso propõe de forma transversal por meio de diferentes disciplinas, discutir as produções e processos arquitetônicos através do pensamento crítico que não estejam referenciadas na literatura hegemônica e dominante e que estejam voltadas para os problemas latino-americanos.

3.3.3 Projeto Pedagógico do Curso em História – América Latina

O curso de História- América Latina da Universidade Federal da Integração Latino Americana, foi criado pela Portaria 103/2010, pensando a história a partir de uma perspectiva latino-americana e caribenha. Destaca-se aqui a justificativa para a criação deste curso que é:

Contribuir para a integração latino-americana por meio da circulação e valorização de culturas e de saberes nacionais, regionais e locais, pelo incentivo às políticas afirmativas que promovam e respeitem as diversas etnias e identidades humanas, compreendendo também que a integração deva evitar a segregação e o isolamento dos grupos sociais (PPC História – América Latina).

Na proposta elaborada no PPC deste curso, nota-se uma preocupação que busca estar em consonância com a missão institucional e por isso o curso de História – América Latina constitui-se por dois princípios fundamentais: a interdisciplinaridade e a valorização da diversidade cultural, descritos assim em seu projeto de curso e que é a base para a construção da integração latino-americana e de sua projeção internacional. Este é um desafio que é assumido por meio do conhecimento que a história oferece, de suas diferentes perspectivas teórico-metodológicas, de suas subáreas e temáticas de trabalho e pelo diálogo com as demais disciplinas sociais e humanas.

O curso de História – América Latina da UNILA se diferencia daqueles que insistem em valorizar as bases políticas, filosóficas, científico-técnicas, culturais e identitárias apenas da Europa, sem considerar as bases indígenas, africanas e, inclusive, asiáticas da história da América Latina, também presentes no Caribe e no norte do continente americano. O posicionamento crítico perante às visões eurocêntricas, por meio do diálogo atual entre a pesquisa histórica e as áreas afins, norteia a construção deste curso, que busca pensar a história a partir de uma perspectiva latino-americana e caribenha. Segundo Meneses (2012),

No primeiro semestre de 2011 inaugura-se o Curso de História da América Latina, cujo interesse principal é desvincular a História da América da História da Europa. Pensar o continente de forma independente, com bases próprias desde o ponto de vista das culturas e das identidades, no sentido de combate ao colonialismo intelectual e dependência teórica legada pela França especialmente. Um Curso onde se acredita que a História da América tem mais de 50.000 anos e não apenas 500 conforme os cursos de História no Brasil e na América Latina.

Nota-se, portanto, que o diferencial do curso de História – América Latina da UNILA é, ainda, buscar o rompimento com a perspectiva de saber eurocêntrico ou ocidental, possibilitando ao aluno uma visão de criticidade sobre uma hegemonia que muitas vezes lhe é imposta através de estudos eurocentrados. Esta desconstrução de estudos com base no modelo hegemônico europeu, se percebe através das seguintes disciplinas ministradas ao longo do curso, tais como: História dos indígenas da América do Sul; América: invasão, colonização e resistência; Modernidades, Estados Nacionais e capitalismo na Europa; História, eurocentrismo e encobrimento da África e da Ásia; Invenção da América; Independência, Estados Nacionais e setores populares na América Latina; África contemporânea: colonização, independência e resistência à modernidade; Diversidade cultural e grupos étnicos na América Latina sendo que nesta última, contempla o estudo de temáticas ligadas às produções de Alteridades na História da América latina: sexualidades, gênero, gerações, classes e identidades e à produção das subjetividades, na perspectiva da História cultural, da expressão artística e da cultura material e imaterial. Propõe um estudo que investiga as formas históricas de manifestação do poder e dos contra poderes, articulando-as aos conceitos de poder, gênero, gerações e etnia dentre outras alteridades.

3.3.4 PPC - Relações Internacionais (RI)

No descritivo do PPC do referido curso, nota-se que a graduação em Relações Internacionais e Integração não privilegia somente as questões relativas à história, mas também ao presente e ao futuro das relações internacionais da região – sem prejuízo da abordagem teórica apoiada nos clássicos que configuram o corpo teórico do campo das Relações Internacionais (RI). Segundo o mesmo descritivo, pode-se observar que existe uma preocupação com relação às questões contemporâneas no contexto do desenvolvimento desigual do capitalismo e a análise dos problemas transnacionais que permeiam a agenda das políticas externas e dos organismos multilaterais e que estas,

sejam adotadas nas atividades conjuntas de ensino e pesquisa, em busca de análises e propostas voltadas para consolidar estratégias de desenvolvimento democrático, autonomia e justiça com um olhar latino-americano.

Segundo o próprio PPC, o Curso de Relações Internacionais e Integração da UNILA dedica-se, em suma, ao estudo das estruturas, processos, instituições, atores e culturas que caracterizam o Sistema Internacional, deixando de discutir em suas disciplinas e não privilegiando assuntos que se refiram a formação do cidadão quanto sujeito inclusivo e com uma percepção crítica que não esteja dentro dos padrões hegemônicos e a serviço do capital exploratório. Existe em seu corpo de disciplinas, apenas uma optativa com a seguinte nomenclatura: Tópicos especiais em direitos humanos, porém sem definir que tópicos são estes e que ênfase é dada a esta disciplina. O curso contempla a disciplina intitulada Direitos humanos na América Latina, que se propõe segundo o próprio PPC:

Discutir uma concepção possível dos Direitos Humanos para a realidade da América Latina, com ênfase no tema da Proteção Regional dos Direitos Humanos. Abordagem das vulnerabilidades comuns na América Latina: a questão de gênero, indígena, a pobreza, educação, o direito ao trabalho, migração, fome, proteção social, refugiados ou outros temas relevantes da atualidade que traduzam as principais assimetrias dos países latino-americanos.

No entanto, tanto os tópicos especiais em direitos humanos quanto a disciplina de Direitos humanos, não contempla de forma direta a discussão sobre os padrões normativos que subjagam a sexualidade homoafetiva ou questões relacionadas a violência sexual.

3.3.5 PPC - Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade

O Curso foi criado em agosto de 2010, ano em que se dá início as atividades acadêmicas na UNILA. A justificativa da criação do curso se dá em razão da preferência por áreas de interesse mútuo dos países da América Latina e Caribe, com ênfase em temas envolvendo recursos naturais e biodiversidades transfronteiriças.

O PPC deste curso apresenta, em sua estrutura inicial, conteúdos curriculares básicos, específicos, estágios, atividades complementares e avaliações atendem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas dispostas pelo Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação brasileiro, conforme Parecer 1301/2001, sem prejuízo em relação ao caráter interdisciplinar do curso

e com garantia de uma formação teórica consistente e crítica, esperada do profissional biólogo.

Segundo o mesmo PPC, o profissional formado no curso de Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade terá uma formação teórico-prática consistente, com um olhar crítico favorecido pelas práticas interdisciplinares às quais o discente será exposto ao longo da graduação. Isso permitirá ao egresso atuar em diferentes áreas de acordo com as leis que regulamentam a sua profissão. O biólogo poderá orientar, dirigir, assessorar e prestar consultorias para empresas, fundações, sociedades e associações de classe, entidades autárquicas, privadas ou do poder público, relacionadas à gestão, conservação, manejo e inventário da biodiversidade e dos recursos naturais. Neste contexto, percebe-se que o futuro profissional de Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade estará pronto para o mercado no contexto da perpetuação da exploração do capital.

Frisa-se no entanto, segundo um dos aspectos presentes na introdução de apresentação do curso, que o profissional desta área, deverá ser preparado para combater todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças linguísticas, sociais, culturais, nacionais, éticas, religiosas, de gênero e de orientação sexual. Neste contexto, nota-se que é um avanço temas propostos como a discussão sobre gênero e orientação sexual, mas tais temas não se encontram contemplados em nenhuma bibliografia específica ou disciplina deste curso.

3.4. O IMPACTO DO OCULTAMENTO DA DISCUSSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

No estudo atual, constatou-se no panorama geral dos PPCs dos cursos analisados, que somente um dos cursos apresenta disciplinas específicas sobre gênero, diversidade sexual, etnia entre outros.

Notou-se portanto, nos documentos norteadores dos cursos de graduação, a falta de iniciativas de discussões que vislumbrem e fomentem o combate ao preconceito, a discriminação e a questão do gênero e sexualidade.

Tal análise permite uma reflexão mais aprofundada com relação às consequências da omissão desta discussão nos documentos institucionais, permitindo espaço para a perpetuação das diferentes discriminações.

Como exemplos práticos de consequências advindas da falta deste debate na instituição, observam-se dentro da UNILA: reações de desrespeito à

diversidade sexual, tais como as frases com teor homofóbico constatadas nas portas dos banheiros da instituição; a situação de estudantes gays e lésbicas que se propõe a mascarar sua condição de vida, através do silenciamento e o ocultamento de sua sexualidade, constituindo também uma forma de violência (DINIS, 2008) e a situação de transexuais e homossexuais assumidos que sofrem diariamente com a violência da discriminação.

Assim, é necessário lutar para que um dos aspectos que se colocam em pauta e se impõe à educação e conseqüentemente aos espaços acadêmicos, nas suas diferentes e múltiplas dimensões e níveis, é a da descolonização das mentes. Neste contexto, Mignolo (2010) diz que:

(...) Si el conocimiento es un instrumento imperial de colonización, una de las tareas urgentes que tenemos por delante es descolonizar el conocimiento. En los últimos tres o cuatro años, en los trabajos y conversaciones de los miembros del proyecto de investigación modernidad/colonialidad la descolonialidad se convirtió en la expresión común emparentada con el concepto de colonialidad y se extendió la colonialidad del poder (económico y político) a la colonialidad del conocimiento y la colonialidad del ser (de género, sexualidade, subjetividade y conocimiento); éstos fueron incorporados al vocabulario básico de los miembros del proyecto de investigación.

Este exemplo mostra que os espaços acadêmicos não se furtam à perpetuação das opressões e preconceitos construídos ao longo da história. Geralmente as Instituições de Ensino tem se mostrado espaços heteronormativos, frequentados em sua grande maioria por gente branca, racista e homofóbica.

As análises dos PPCS mostraram que, o espaço acadêmico discute e constrói os conhecimentos fundamentados pela visão colonizadora, focada no capitalismo. No perfil esperado do egresso não se mostra nenhuma tentativa de apresentar um egresso descolonizado, sem preconceitos e que respeita a diversidade humana em todos os seus aspectos. Tratam-se de descritivos superficiais e não aprofundados que propõe em linhas gerais a perpetuação de formação das Universidades: o modelo colonial/colonizador.

Trata-se da tentativa de imposição dos saberes hegemônicos perpetuados pela luta de poder em seu contexto fundacional e de funcionamento. Assim, a academia perpetua os conhecimentos europeus e conseqüentemente seguem enraizadas no grande mito moderno. Nota-se em seus atos normativos que a Universidade se constrói a partir destes saberes, sem se importar ou querer dar voz ao índio, ao homossexual e ao negro, pois as universidades muitas vezes, são lugares

estratégicos que ajudam a perpetuar as colonialidades já que a mesma está imergida num sistema hegemônico de reprodução do machismo e do padrão heteronormativo e portanto das colonialidades, em especial a do saber e do poder.

É importante lembrar que a universidade é outra no contexto histórico do pós 1991 que com a queda da União Soviética a utopia marxista deixa de existir, surgindo portanto, um modelo conformado nos moldes neoliberais que perdura até os dias atuais. Neste contexto, a academia constitui um centro de saber excludente, reproduzidor do sistema mundo, que difunde as ideias da colonização.

Neste sentido, resistir a este sistema pré-estabelecido e lutar por espaços na construção do conhecimento faz-se necessário para promover mudanças significativas. São debates que determinam o futuro dessas instituições, a formação por elas promovidas, e conseqüentemente a cultura acadêmica.

4. A COMUNIDADE LGBT+ INTERNA E EXTERNA DA UNILA, SUA REALIDADE E AS DIFERENTES DISCUSSÕES PARA UMA UNIVERSIDADE E UMA SOCIEDADE INCLUSIVA, DESCOLONIZADA E DIVERSA

As universidades são também, espaços onde os saberes são construídos e desconstruídos, onde se discutem temas voltados para a transformação da sociedade. Nestes espaços se espera a formação de um pensamento crítico voltado ao respeito e a dignidade humana, para a quebra de preconceitos e formação de uma consciência crítica e emancipatória.

Entretanto, segundo Amaral (2013), por ser a universidade um espaço tipicamente dominado por um grupo específico, por uma elite, ela constrói/sustenta relações de poder e hierarquias em que algumas vozes são consideradas legítimas enquanto outras são silenciadas. Nesta construção hierárquica se formam grupos dominantes e grupos dominados e se erguem sistemas de controle para manutenção do poder.

Neste contexto, dentre as diferentes formas de subalternização na universidade, destacam-se neste trabalho as hierarquias e desigualdades de gênero e sexualidade, as quais legitimam a superioridade da experiência másculo-heterossexual; as hierarquias de raça, pautadas em uma pretensa superioridade estética e intelectual branco-europeia; e as hierarquias de classe, justificadas pela discriminação quanto à territorialidade, a cultura, ao restrito acesso a bens de consumo, entre outros (CRUZ et al. 2010).

Por outro lado, contra estas hierarquias, formam-se grupos de resistência, e vê-se a necessidade da construção e propagação deste pensamento de resistência às relações de poder e hierarquias, através de uma luta incessante do não silenciamento das diferentes sexualidades que constantemente são oprimidas nestes espaços.

Porém, para que esta discussão se torne visível e notória, é necessário que as relações hierárquicas que enaltecem grupos específicos em detrimento de outros sejam expostas por meio da visibilidade dos sujeitos.

Assim, tomando como campo de estudo a UNILA, dentro da perspectiva de visibilizar indivíduos de diferentes sexualidades, integrantes da comunidade acadêmica da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e da comunidade externa de Foz do Iguaçu foram introduzidos neste trabalho possibilitando que suas vozes sejam ouvidas como forma de luta contra a tentativa de silenciá-los.

Foi realizada uma pesquisa empírica com entrevistas aplicadas à comunidade interna da UNILA que compreende servidores docentes, técnicos e alunos e a comunidade externa que compreende integrantes da sociedade civil que participam de projetos de extensão desta universidade ou que em determinados momentos, tiveram participação em atividades diversificadas da mesma.

A identificação dos sujeitos entrevistados ocorreu por indicações. Tal metodologia foi adotada considerando que muitos destes indivíduos, não expressam a sua sexualidade de forma identificável. A abordagem foi realizada com sujeitos que se dispuseram a colaborar com a pesquisa através de pré-agendamentos. Foi elaborado um roteiro de questões e as opiniões foram gravadas e transcritas e posteriormente analisadas.

Para realizar esta abordagem, foi utilizado como método de investigação pesquisas qualitativas, que conforme Amaral (2013), permitem que os sujeitos entrevistados sejam atores ativos na construção do conhecimento. Assim, as pesquisas qualitativas são importantes instrumentos investigativos e bem apropriadas para a compreensão da homofobia, pois permite abordar experiências particulares que revelam este fenômeno.

Flick (2009) referindo-se à pesquisa qualitativa afirmar que:

[...] a pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo. Os métodos devem ser adequados àquela questão e devem ser abertos o suficiente para permitir um entendimento de um processo ou relação.

No mesmo sentido, Amaral (2013), compreende que:

Esse tipo de método possibilita que os pesquisadores possam aprender sobre as visões individuais e coletivas, imaginações, esperanças, expectativas, críticas do presente e projeções do futuro em que a possibilidade de ação coletiva se sustente. Entrevistas semiestruturadas permitem ao pesquisador ter acesso a entendimentos mais nuançados de características mais abstratas, como a construção da identidade individual e coletiva.

Assim, estas entrevistas qualitativas funcionam como uma janela no mundo cotidiano de ativistas e militantes e elas geram representações que incorporam as vozes dos sujeitos minimizando (o máximo possível) a voz do pesquisador (BLEE e TAYLOR 2002).

A pesquisa aplicada teve como objetivos, identificar e compreender aspectos no que diz respeito à homofobia dentro e fora da universidade; perceber quais as dificuldades encontradas neste percurso de luta e empoderamento dos sujeitos envolvidos, verificar na cidade de Foz do Iguaçu, se há representação de conservadorismo e reprodução de padrões e hierarquias heteronormativas; e analisar a história de luta e enfrentamento na construção de uma universidade e uma comunidade externa consciente, descolonizada e aberta à diversidade e à diferentes sujeitos que transitam além do sistema de sexualidade hegemônico, heteronormativo, excludente, patriarcal e machista.

A abordagem foi realizada no ano de 2015. Foram entrevistadas pessoas acima de 18 anos. As questões aplicadas buscaram resguardar a identidade dos sujeitos, mesmo que estes não manifestassem esta preocupação ou interesse. Para constituir o conteúdo de análise, foram realizadas questões como: a) Apresentação do sujeito com identificação de sua sexualidade e gênero; b) Se membro da comunidade interna da UNILA como vê a homofobia dentro do espaço acadêmico e se membro da comunidade externa, como vê a homofobia em Foz do Iguaçu; c) se já sofreu homofobia; d) quais os fatores que o indivíduo acredita serem os motivadores da homofobia; e) outras questões direcionadas ao indivíduo entrevistado de acordo com sua história de vida que possam contribuir na discussão.

Ao todo foram realizadas 30 entrevistas. Os entrevistados foram escolhidos por pertencerem à comunidade LGBTQ+, por ter algum tipo de trabalho ou vínculo com esta comunidade, além de pessoas da comunidade externa à UNILA não LGBTQ+. Considerou-se a importância de analisar o discurso dos sujeitos que possuem maior possibilidade de sofrer a homofobia, tais como militantes, desenvolvedores e/ou apoiadores de trabalhos com a causa LGBTQ+, trabalhadores da educação que se preocupam com o respeito à diversidade sexual e pessoas LGBTQ+ que assumiram ou não sua sexualidade. As entrevistas foram transcritas e encontram-se disponíveis no anexo I deste trabalho.

Os resultados apresentados constituem uma síntese da discussão sobre a violência contra a comunidade LGBTQ+ dentro e fora da Instituição no período pesquisado.

Por fim será apresentada uma discussão sobre a construção de uma Universidade Inclusiva, descolonizada e Diversa.

4.1 AS VOZES DOS OPRIMIDOS COMO INSTRUMENTO DE HUMANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

A universidade paulatinamente vem se constituindo em um espaço para a promoção e produção de conhecimento científico, e este conhecimento é tomado como verdadeiro nas sociedades modernas. Segundo Santos (2002), Ao longo dos séculos os espaços acadêmicos apropriaram-se da capacidade de, por meio de seu discurso, legitimar e deslegitimar inúmeras práticas e vivências sociais. Assim, pensar na universidade como espaço que propicie o processo de democratização e de discussão para a desconstrução de uma hegemonia heteronormativa, se faz importante e necessário.

Desta forma, no processo de democratização da universidade, em que se interpela questões e dilemas centrais para ela, exige-se que os sujeitos ativos deste processo invistam e proponham debates sobre as normas e valores produzidos e reproduzidos na/pela universidade bem como sobre a diversidade de atores sociais no seu interior que se relacionam e se contrapõe a esses valores e normas (AMARAL, 2013).

Pautando-se neste processo de democratização da universidade, a discussão e a resistência aos saberes hegemônicos eurocentrados, que possuem raízes no machismo e no patriarcalismo, deve ocorrer de forma contínua, possibilitando que o espaço acadêmico se torne um palco de transformação social de amplo alcance, constituindo movimentos que ultrapassem as fronteiras estabelecidas entre espaço acadêmico e sociedade.

A UNILA através de seus sujeitos, especialmente integrantes da comunidade LGBT+ que dela faz parte, apresenta movimentos que vão ao encontro deste processo de democratização da universidade. Grupos de resistência no decorrer dos últimos anos foram constituídos para discutir e combater o ódio homofóbico, transfóbico, lesbofóbico, bifóbico, entre outros. Alunos/as, servidores (sejam eles/elas, Taes ou Docentes) e a comunidade externa a UNILA em Foz do Iguaçu, se posicionam através de diferentes formas de militância no intuito de resistir, informar, propor ações e trabalhos que venham a conscientizar a comunidade, seja ela externa ou interna, sobre a importância de uma sociedade mais igualitária e menos preconceituosa.

Entre esses grupos, destaca-se o Maldita Geni, formado por alunas/os, Taes e docentes da UNILA. Segundo a definição dos próprios idealizadores do grupo, O "Maldita Geni" é um grupo de estudos e debates que reúne estudantes, professores e técnico-administrativos da UNILA, bem como participantes da comunidade

externa. Surgiu da organização independente dos estudantes a partir da necessidade de criação de um espaço de diálogo próprio na Universidade para as questões de gênero e diversidade sexual. Este grupo vem realizando ações ao longo do tempo para promover a luta contra qualquer tipo de discriminação.

Em 2015 surgiu o coletivo "Marti Vive!". Este coletivo nasceu com o objetivo de reunir companheiras latino-americanas e caribenhas da Universidade Federal da Integração Latino-americana para discutir pautas relacionadas à situação das mulheres dentro de uma sociedade patriarcal que faz delas vulneráveis diante de situações de violência e injustiça reafirmada por um sistema que propicia tais agressões. O Nome do grupo "Marti Vive" foi escolhido em homenagem a Martina Piazza Conde, estudante da UNILA assassinada em 2014 em um ato brutal de violência de gênero. Martina representou quando em vida e, ainda representa, um exemplo de luta contra o machismo e o sistema patriarcal, um mal que fere e mata a tantas mulheres, todos os dias, dentro e fora da universidade.

Também vale ressaltar o Fórum Permanente de Equidade de Gênero, que nasceu pela necessidade de discutir sobre às diferentes situações em que docentes, docentes e técnicas administrativas se encontram submetidas dentro do ambiente universitário. A partir deste Fórum, nasceu a Comissão Institucional para o Acompanhamento da Implantação da Política de Equidade de Gênero, no âmbito da Universidade.

A formação e manutenção destes grupos dentro do espaço acadêmico constituem um passo importante no processo de descolonização da universidade, pois possibilita, através de discussões sobre as temáticas que envolvem direitos humanos, especialmente de grupos estigmatizados, apresentar as injustiças do sistema imposto, tornando os sujeitos até então invisibilizados, atores de transformação social.

Neste mesmo sentido, obter registros da experiência da comunidade LGBTQ+ interna e externa da UNILA, especialmente sujeitos que vivenciaram situações de preconceito relacionadas à sua sexualidade não heteronormativa, possibilita compreender a homofobia e suas consequências, identificar o processo de construção desta violência e paulatinamente fornecer dados para sustentar o debate sobre o papel da Universidade no combate a homofobia.

A universidade organiza-se por um sistema mundo, reproduzindo modelos instituídos. Segundo Lugones (2014) a modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis. Desta forma, as lutas/militância da comunidade LGBTQ+, sejam elas individuais ou coletivas, são

importantes mecanismos de rompimento e quebra das estruturas estabelecidas, de modo a intervir no processo e proporcionar mudanças.

Devido a isso, a universidade não deve e não poderá ser vista só como um lugar de formação de futuros profissionais, mas como importante espaço de troca de saberes, resultando na democratização do conhecimento e de participação efetiva da comunidade na atuando, dentro e fora da universidade. Assim, ouvir as vozes que são oprimidas dentro e fora dela, se torna importante para a construção de um trabalho legitimado. A comunidade externa a UNILA, deve e pode interagir com a universidade e portanto, os saberes produzidos dentro dela, recebem a influência direta desta comunidade externa que não deve ficar invisível. O combate por tanto, a qualquer tipo de preconceito deve romper as fronteiras da universidade, quebrando muros e construindo com essa comunidade externa, estratégias de combate.

Assim, as entrevistas realizadas ao longo desta investigação, levantam informações sobre o preconceito derivado de orientação sexual que difere do padrão heteronormativo, sejam elas dentro e fora da universidade. Estas vozes ecoam ao longo deste capítulo e de certa forma ao longo de toda essa investigação, com o propósito de que através e por meio delas, estabeleçam-se mecanismos que corroborem na construção de uma sociedade que esteja calcada no combate as estruturas hegemônicas de poder e conseqüentemente ao machismo, racismo e patriarcalismo e, assim, todo tipo de preconceito.

Em meados de janeiro de 2014, foi entrevistado um militante que desde a década de noventa, milita em favor da causa LGBT na cidade de Foz do Iguaçu. O entrevistado, que também é técnico administrativo na UNILA, (entrevista 2), expõe um cenário de lutas e preconceito ao longo de sua militância, conforme relatado na entrevista:

Já passei por várias situações de agressões em Foz. Lembro-me de algumas como, por exemplo: atirarem pedras em mim e em um grupo de amigos que estavam comigo, ser agredido com uma faca, ser atacado por um casal (um rapaz e uma garota) e um outro rapaz que estava com eles me agredindo com um violão na rua da minha casa tudo por conta de ser gay. Nunca consegui entender isso, por que não existe justificativa para a violência e, foi exatamente neste momento, que comecei a me fortalecer ainda mais na minha militância. (Militante da causa LGBT+ de Foz do Iguaçu)

Situações como essas, segundo Amaral (2013), mostram que o foco de luta dessas pessoas, é contra a homofobia e o heterossexismo que perpassam a sociedade (em geral) e a universidade (em específico).

As experiências vivenciadas pelo entrevistado se repetem, sejam violências simbólicas, físicas ou verbais, praticamente em todos os entrevistados gays, lésbicas, bissexuais e transexuais neste trabalho, de modo que a homofobia se mostra como um processo presente na vida da comunidade LGBTQ+.

Na entrevista 27, uma transexual estudante da UNILA, revelou que o espaço acadêmico da universidade reproduz a transfobia e o preconceito. Suas palavras mostram que o machismo está impregnado em alguns setores da universidade:

Tenho passado por diferentes contextos de preconceito em razão da minha identidade de gênero. Comumente, sinto o desprezo por parte de alunos e alunas que repudiam minha forma de vida. Têm sido uma rotina, ter que ficar só durante os intervalos ou até mesmo em momentos de ócio. As pessoas parecem não querer se aproximar, com exceção daquelas que fogem do padrão heteronormativo.

Na entrevista 24, realizada com uma docente da UNILA, nota-se que há situações de homofobia relatadas por alunos aos docentes, como mencionado:

“Há casos seríssimos de homofobia dentro da UNILA contra gays, em que alunos comentam, a dificuldade que eles tem...”

Situações como estas, mostram o quanto a universidade precisa discutir e desconstruir o preconceito, promover debates acerca da diversidade sexual e identidade de gênero, permitindo assim a construção de um espaço inclusivo e diverso. Neste contexto, Junqueira (2010) afirma que não sem razão, o campo da educação tem sido apontado como um dos mais estratégicos para essa discussão. Não há dúvidas que os espaços de formação intelectual, de construção do conhecimento e de questionamentos sobre os sistemas estabelecidos, são essenciais para promover as mudanças que serão absorvidas no sistema mundo. Porém, para que estes espaços sejam transformadores, eles precisam ser constituídos por sujeitos transformados, ou seja, educadores desconstruídos capazes de fomentar o debate e a descolonização do ser, do saber e do poder.

Na entrevista 28, uma aluna transexual revela a transfobia sofrida por ela como segue:

Certa vez, ao entrar em sala, ouvi de determinado sujeito, em tom de gozação, a seguinte frase: lá vem o traveção. A violência verbal ou simbólica acontecia quase que cotidianamente no ambiente da universidade. Não sentia raiva pelo que diziam ou faziam. Todas as vezes em que isso acontecia, me questionava sobre a necessidade de se fazer algo para desconstruir tamanho preconceito.

Segundo Junqueira (2010), estes são discursos e estratégias que, de toda sorte, deixam transparecer um estado de negação em relação à sexualidade do outro, que neste caso, difere do padrão hegemônico heteronormativo. A “gozação” à diversidade sexual causa sofrimento e esta iniquidade é gerada pelo sexismo e pela homofobia.

Em outra situação, na entrevista 27, vê-se relatos carregados de preconceito e permeados pelo obscurantismo religioso:

Represento uma parcela considerável de uma comunidade evangélica na cidade de Foz do Iguaçu, e não tenho absolutamente preconceito nenhum com relação a “opção sexual” dos indivíduos. No entanto, fui ensinado desde sempre e minhas convicções religiosas sempre me levam na direção a entender que relações entre pessoas do mesmo sexo, são uma afronta aos princípios morais e éticos. São na verdade, seres que precisam encontrar o amor de Jesus e se submeterem ao evangelho. Existe a possibilidade de se curarem da sua vida equivocada e encontrarem o caminho da salvação. Cabe ressaltar que em nosso país a questão do “homossexualismo” é legal. Existem lugares no mundo onde isso é pior. Os homossexuais podem ser livres aqui.

Nota-se no discurso do representante da comunidade evangélica que há uma negação do preconceito, porém este está explícito na fala. Diante de fatos como estes, Junqueira (2010) diz:

A homofobia não é negada diretamente, mas de maneira, digamos, mais implícita (aliás, como as denegações tendem quase sempre a ser). Não raro, a negação implícita se dá por meio de afirmações que parecem justificáveis: Por que eu deveria me arriscar a mudar a realidade? Em outros países é pior do que aqui. De fato, podemos pouco diante das armas que alvejam travestis nas nossas avenidas ou dos que enforcam jovens gays ou apedrejam lésbicas no Oriente. Em nome de casos extremos, negam-se responsabilidades, significados, implicações, possibilidades de ação aqui e agora.

O trecho da entrevista com o representante da comunidade evangélica, ainda levanta a discussão sobre uma das justificativas mais utilizadas em defesa do preconceito: a fundamentação religiosa. Vários relatos mostram que a religiosidade tem forte influência para justificar o preconceito. Os trechos a seguir, extraídos das entrevistas 15 e 20, mostram como a religiosidade influencia no processo da geração da homofobia:

Acredito que a principal fundamentação desta cultura de preconceito é a religião. A homofobia é tão internalizada que até mesmo nós gays muitas vezes nos auto condenamos por ser gays. Durante minha infância e adolescência eu escondi minha homossexualidade.

Eu tinha medo, eu não me aceitava, eu me julgava. Eu era homofóbico comigo, me odiava por ser gay. Minha base de condenação era a igreja, o fato de ser julgado por Deus (Entrevistado 15).

Muitos utilizam deus pra justificar que é errado, que é abominável. Mas é uma reprodução, essas pessoas nem sequer tem argumentos para defender o que falam (Entrevistado 15).

Eu acho que é a religião que cria os preconceitos. Em nome de Deus se promove a discriminação e a segregação. E como Deus é incontestável, este preconceito é validado e repassado de geração para geração, tornando-se algo naturalizado (Entrevistado 20).

A constatação de uma sociedade carregada de preconceitos, moldada aos padrões patriarcais e machistas, é constatada sequencialmente na fala a seguir de outro entrevistado (Entrevista 27):

Veja bem, entender eu até entendo que existam gays, essa coisa de lésbicas, de travestis e toda essa coisa do diferente na sociedade. O que eu não entendo e, não aceito, são os gays que querem ser iguais as pessoas “normais”, ou seja, aquelas que se casam para ter seus filhos e formar uma família nos padrões como deve ser. Por exemplo: tenho uma loja e esses dias entraram duas mulheres de mãos dadas. Confesso que não me senti a vontade em atendê-las, mas acabei atendendo. Precisamos saber que fomos criados para isso, para formar uma família, ter filhos e ser felizes. Se andarmos no caminho correto, seremos prósperos e abençoados. Desculpe, mas não dá para entender como pode dois homens ou duas mulheres formarem uma família. Isso não tá certo. Homem tem que ser homem e mulher foi feita para estar ao lado do marido, ajudando em casa e cuidando dos filhos. Isso não significa ser anti-moderno, mas é ter a consciência de que homem e mulher tem seus papéis e precisam ser respeitados dentro do padrão em que vivemos.

Ao analisar o texto acima, entende-se o que Bragatto (2014) destaca quando diz que a racionalidade tornou-se um importante fator de exclusão dos seres humanos fora do padrão cultural dominante, que, em última análise, encarnou a figura do europeu, branco, do sexo masculino, cristão, conservador, heterossexual e proprietário.

Em entrevista realizada com uma pessoa que atua como coordenadora e docente em uma escola de Foz (entrevista 29) extrai-se a seguinte fala:

Aqui a gente não fala e muito menos discute as questões de diversidade sexual ou homofobia. Sei da importância disso, mas sinceramente não me sinto a vontade para tocar nesse assunto com meus alunos. Sei que temos alunos gays e lésbicas na nossa escola, mas entre os professores faz-se de conta que tudo está

normal e ninguém fala sobre o assunto, até porque acho que se há um professor ou professora que fale sobre esse assunto, ele pode se sentir meio encabulado, podem achar que seja gay ou lésbica. Já entre os alunos é aquela coisa né, as vezes fazem piadinhas, “brincadeiras” de mal gosto, ficam tirando sarro dos amigos que são gays, mas nada exagerado ao ponto que a gente precise tomar uma atitude mais drástica com esses alunos e alunas que se portam dessa maneira. Nunca tivemos formação aqui na escola sobre esses temas. Nunca se discutiu diversidade sexual ou algo do gênero.

Nota-se uma vez mais o preconceito e a agressão simbólica que se manifesta e está intrínseca em muitas das escolas brasileiras. Como afirma LOURO (2010) Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa” cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com os sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade.

Importante a reflexão acerca destas questões que não podem passar despercebidas no contexto escolar e acadêmico. Faz-se necessário uma reflexão aprofundada sobre o papel do docente quanto à formação integral dos mesmos, onde se discuta e sejam reflitam questões que não lhes permita invisibilizar os sujeitos que frequentemente sofrem o desprezo por sua condição homoafetiva. Faz-se importante, criar condições para que docentes possam ter acesso a formação que discuta gênero, sexualidade e, conseqüentemente, as diferentes identidades de gênero, para a formação de uma consciência cada vez mais cidadã.

Os temas em espaços acadêmicos sobre sexualidade, homofobia, transfobia, lesbofobia, machismo, racismo e identidade de gênero entre outras, está bastante aquém do que se deseja em nossa sociedade. No entanto, vê-se por outro lado, iniciativas como a prática pedagógica de uma docente de uma universidade de Foz do Iguaçu, cuja entrevista transcreve-se abaixo (entrevista 3):

O projeto da integração Latino-americana. Para mim é um projeto de vida. Estar numa sala de aula e estar com dez nacionalidades é algo maravilhoso e encantador. No entanto, temos grandes desafios em nosso trabalho. Um exemplo disso são as mulheres inseridas neste contexto. Primeiro é importante pensar que as mulheres são vistas como conquistadoras de espaços. Isso é uma questão ocidental colonial, patriarcal. Nós não somos conquistadoras de espaços, nos estamos criando paradoxos. A gente vive de paradoxos. Foz é uma cidade violenta. Há um caso de um professor que assediou quase 30 mulheres numa turma específica da universidade. A luta contra o machismo é diária e constante. Vemos

diferentes intersecções em Foz sobretudo com relação a todo tipo de preconceito. Qualquer coisa que esteja relacionada ao feminino, sofrerá a tentativa de inferiorização. Uma pessoa afeminada por exemplo (por estar relacionada à mulher), sofrerá preconceito e será inferiorizada. A mulher é inferiorizada, o afeminado é inferiorizado, a transexual é inferiorizada porque são associadas ao feminino. E o feminino na sociedade machista tem que ser submisso, inferior, humilhado, estar hierarquicamente abaixo do macho, do alfa. Por isso lutamos, para construir uma universidade e, conseqüentemente, uma sociedade que aos poucos deixe o machismo e toda estrutura patriarcal. Para isso precisamos discutir também as estruturas que norteiam a universidade. Não existe por exemplo na universidade e especificamente nos cursos onde atuo, qualquer discussão nos currículos sobre a questão de gênero e sexualidade, gênero e feminismos. Precisamos oportunizar isso de forma urgente.

Diante da fala apresentada e da análise dos PPCs de curso analisados no segundo capítulo desta investigação, nota-se efetivamente que não se configuram discussões acerca destes temas. Como descolonizar estruturas se os documentos institucionais norteadores não permeiam tais discussões? Como escreve Junqueira (2012), Dificilmente, lograremos avanços significativos se falarmos em direitos humanos ou discutir sexualidade de maneira vaga e imprecisa.

Assim, os discursos e as práticas tenderão a reverberar e a alentar as mobilizações conservadoras que, desde os anos 1970 nos Estados Unidos e na Europa, vêm preconizando uma política sexual voltada a conter as “ameaças à família” e à normalidade heterossexual (WEEKS, 1999).

Tais ameaças são perceptíveis nos discursos que impregnam também nossa sociedade brasileira e, conseqüentemente, latino-americana. Um exemplo disso é o que foi relatado na entrevista (entrevista 4) que segue:

Dentro da UNILA , com relação às pessoas homoafetivas nunca , sinceramente, vi algum tipo de discriminação, pelo menos no grupo com o qual me relaciono. Claro que isso, essa realidade é bem diferente por exemplo das redes sociais da UNILA, onde se notam discursos homofóbicos, machistas, sexistas, xenófobos entre outros. Entendo e sei da importância de que precisamos desconstruir tais discursos, porque os mesmos podem gerar violência e todo tipo de preconceito. No entanto, como estrangeiro me sinto desconfortável no que diz respeito a militar sobre o tema da homofobia, especialmente porque, do país de onde venho, ainda temos que nos esconder, viver no armário porque somos um país extremamente conservador e hipócrita. Meu companheiro, por exemplo, teve que se casar e ter um filho para disfarçar sua sexualidade diante da sua família e da sociedade paraguaia. Temos medo de ser quem realmente somos lá. As escolas não discutem as questões de gênero. Tentam invisibilizar tais discussões. A igreja exerce um

papel de poder muito forte na sociedade paraguaia, ditando regras e normas para a população. Como consequência disso, a sociedade paraguaia é muito religiosa e conservadora.

Situações como estas, levam Junqueira (2012) a escrever que muitos bem-pensantes preferem considerar a homossexualidade “uma escolha privada a ser respeitada e vivida com discrição no silêncio doméstico”. Isso equivale a dizer que, para ser “tolerada”, ela não deve adquirir visibilidade pública, ser objeto de reconhecimento social, gerar direitos ou merecer a atenção do Estado. Nesse caso, estamos diante de um exemplo nítido de “homofobia liberal” (BORRILLO, 2001).

A norma, estabelece que indivíduos homoafetivos devem permanecer invisíveis, escondidos, devem estar submetidos às regras para que sejam “tolerados” e “aceitos”.

Casos assim, como o relatado anteriormente, faz parte do cotidiano de muitas pessoas homoafetivas. Em outra entrevista (entrevista 30), relata-se o seguinte:

Eu, como transexual, tenho vivido uma historia de amor e ódio com as pessoas. Amor por um lado por ter amigos que entendem minha identidade de gênero , me aceitam e respeitam e ódio pelo fato das inúmeras agressões já sofridas ao longo da minha vida, sejam elas simbólicas, verbais e inclusive físicas. Certa vez, fui abordada por um grupo três rapazes quando voltava de uma festa de aniversário na casa de uma amiga. Eles, que estavam do outro lado da rua, primeiro começaram a me insultar com palavras do tipo traveção, escória da humanidade, imundiça entre outras que não em atrevo contar aqui. Em seguida, um deles atravessa a rua e vem em minha direção, para em seguida me desferir um tapa na cara. Logo depois se juntam a ele os outros dois que me seguram para que o primeiro, comece a me bater com socos e chutes por todo o corpo. Em outra situação, não menos violenta, fui abordada por um rapaz e uma moça que ao me virem cruzando a rua, vieram em minha direção com um pedaço de madeira nas mãos e começaram a me bater sem que eu tivesse tempo se quer para argumentar o que estava acontecendo. Apanhamos e somos agredidas sem saber o porque.

A violência gratuita sofrida pela comunidade LGBT apesar de relatada é pouco ouvida. Junqueira (2012) afirma que o Brasil mantém um dos mais altos índices de assassinatos de matriz homofóbica sem que isso suscite clamor público de idênticas proporções. Observa-se ainda segundo dados do Relatório de Violência Homofóbica no Brasil da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos de 2013 (BRASIL, 2016) que:

Para compreender a especificidade e o grau da violência homofóbica, faz-se imprescindível conhecer os tipos bárbaros de

agressões infringidas contra a população LGBT. De acordo com a pesquisa apresentada neste relatório, 22,4% das vítimas sofreram facadas; 21,9% foram alvejadas a tiros; 8,6% foram espancadas; 6,2% foram estranguladas; 5,2% foram apedrejadas; 4,4% sofreram pauladas; 2,6% foram asfixiadas; 1,6 foram carbonizadas e 0,5% foram afogadas. Algumas vítimas sofreram mais de um tipo desses ataques. Esses dados apontam de modo eloquente para a gravidade e o ódio com que os crimes de caráter homofóbico costumam ser cometidos no Brasil.

Os dados apresentados corroboram com algumas das entrevistas cujos dados revelam agressões como pauladas (entrevista 1) e tapa na cara, socos e chutes (entrevista 30).

Relatos de agressões verbais ou simbólicas, foram constantes nos discursos apresentados. Vale destacar que esta violência gratuita é uma tentativa de afirmação da superioridade do agressor frente ao agredido como relatado na (entrevista 21) a seguir:

Todo episódio de homofobia é marcante. É um ato contra sua existência e isso dói. As situações de homofobia mais marcantes são àquelas que vêm de pessoas próximas, como família ou colegas. Em uma briga com minha irmã, ela me disse que eu era incapaz de ser mulher, que era um desgosto para meus pais e uma vergonha para minha família. Ela me pediu perdão quando as coisas esfriaram, mas as palavras marcaram como facas afiadas.

Observa-se no discurso apresentado pela entrevistada, uma reprodução das hegemonias coloniais comumente vivenciadas pela comunidade LGBT+, em que suas vivências precisam ser invisibilizadas para agradar o outro e quando visível, são julgadas pela suas sexualidades e identidades de gênero. A sexualidade torna-se um crime forjado pelo sistema de poder, em que o ser diferente ao padrão heteronormativo torna o indivíduo condenado por ser diferente. Apesar de no Brasil a homossexualidade não ser um crime estabelecido em lei, ela o é no imaginário das pessoas.

Indagados sobre os fatores que levam ao preconceito e a homofobia, os entrevistados apresentaram diferentes fatores que os homofóbicos utilizam para sustentar suas concepções, como segue:

Eu vejo que é algo histórico, construído para sustentar um modelo social de poder. Acredito que a homofobia é um dos pilares que estrutura a sociedade. Através dela se legitima a heterossexualidade como única forma correta e se estimula a violência às diferentes vivências sexuais. Dessa forma os fatores que levam ao preconceito são contínuos, ou seja, eles se realimentam por meio da educação e das relações sociais, de modo que a discriminação sexual se perpetua. (entrevista 21)

Acho que tem a ver com a cultura, com as crenças da pessoa. É algo que a pessoa aprende e repassa. O preconceituoso ele não tem argumento pra justificar seu preconceito, então ele diz que não é natural (a homossexualidade), que é errado e pronto (entrevista 22). As pessoas associam os LGBTs à promiscuidade, à perversão e à propagação de doenças sexualmente transmissíveis. Além disso há a aceitação de que somente a heterossexualidade é normal e de que a sexualidade é destinada ao ato sexual que é puramente destinado à procriação. Eu acho que com estes fatores, se constroem argumentos para condenar os LGBTs e para discriminá-los. (entrevista 23)

As pessoas veem a sexualidade como um tabu e por isso se incomodam com ela. Há uma intolerância ao diferente, ao que foge a norma socialmente aceita. Acredito que enquanto não houver esclarecimento da diversidade sexual à grande massa, de modo a naturalizá-la socialmente, a homofobia permanecerá existindo. (entrevista 19)

O preconceito é cultural e está enraizado. As pessoas são educadas para serem preconceituosas. Qualquer coisa que foge a regra é motivo para preconceito. (entrevista 18)

Eu acho que é a religiosidade das pessoas. Minha família sempre foi muito católica e nós aprendemos que ser gay é pecado. A igreja até aceita os gays, mas considera a prática de atos sexuais entre homens pecado. Então para as pessoas religiosas, que é a maioria das pessoas, ser gay é errado e por isso não aceitam. (entrevista 20)

É difícil identificar um fator único. Eu vejo como uma soma de fatores: a falta de apresentação da diversidade sexual na escola; a religião que prega como única forma de relacionamento a heterossexualidade; a falta de representatividade na mídia (desenhos, novelas e filmes raramente apresentam a diversidade sexual, e quando apresentam muitas vezes é de forma caricata e reduzida, reproduzindo o preconceito); o machismo, que exalta o masculino, o macho, o detentor do poder em detrimento do feminino, que é associado ao servir, ao cuidar e ao auxiliar. Acho que há ainda muitos outros fatores que são construções sociais ao longo da nossa história. (entrevista 16)

Acredito que é a ignorância. Quando falo em ignorância me refiro ao preconceito, à falta de conhecimento e à falta de interesse em buscar o conhecimento. O senso comum diz que é errado e pronto. Não há justificativa. Não há fundamentação (entrevista 15).

As pessoas acreditam que ser gay é uma escolha e por isso associam esta escolha a safadeza, ao querer fugir aos padrões, a romper com as normas sociais. Dessa forma eu vejo que elas acham que ao escolhermos ser assim, somos rebeldes, e como rebeldes

somos marginalizados. Já ouvi pessoas dizerem que sofremos porque queremos, que se parássemos com a safadeza deixaríamos de sofrer preconceito. Eu não posso falar sobre violência por identidade de gênero mas acredito que fundamenta-se da mesma forma (entrevista 14).

Observa-se nos relatos destacados que a homofobia é uma construção social, e que suas fundamentações têm como base as diferentes colonialidades e padrões fundamentados no machismo e no patriarcado. Da mesma forma nota-se que as agressões vêm sempre estruturadas pela inferiorização dos indivíduos pertencente à comunidade LGBTQ+. Como diz Quijano, é a tentativa de encobrir o outro.

Em linhas gerais os entrevistados pontuam que a homofobia se origina: a) pela falta de conhecimento; b) pela ignorância; c) por associar a comunidade LGBTQ+ a manifestações pecaminosas e/ou de rompimento a normas socialmente aceitas (promiscuidade, perversão, entre outros); d) pela sexualidade ser um tabu; e) pela convicção de que somente a heterossexualidade é normal; f) por fundamentação religiosa e g) por considerarem errado. A maioria acredita que as proposições apresentadas são causadoras da homofobia, porém consideram que os argumentos são infundados e não possuem embasamento.

Estes apontamentos compactuam com o sistema patriarcal, em que se constrói a sexualidade humana pautada na representatividade da família tradicional hegemônica, branca, cristã e heterossexual.

Assim, verifica-se que a homofobia neste contexto pode ser combatida a partir da compreensão deste sistema, da desconstrução do pensamento colonizador, e este debate precisa ser conduzido dentro da Universidade, passando pela contemplação de PPCs, missão institucional, documentos norteadores, entre outros.

No contexto do debate sobre a inclusão da diversidade sexual e a temática da homofobia dentro da UNILA, uma das entrevistas realizadas com uma docente desta universidade, nos relata o seguinte pensamento:

É preciso pensar alguns pontos específicos. Primeiramente não podemos esquecer que a UNILA é um projeto que nasce no governo do Partido dos Trabalhadores. É um projeto de Estado, porque a universidade compõe este estado. Por si só, isto é um limite. Logo em seguida ela faz uma articulação com o Mercosul e com a ITAIPU que provê outros limites. Junto com isso vêm as demandas dos grupos da universidade (professores, TAES e estudantes). A UNILA tem um potencial porque difere das outras universidades por pensar a diversidade a partir da integração entre os povos através dos estrangeiros. Assim a diversidade acontece no cotidiano. Porém isso

de certa forma, potencializa a intolerância, a dificuldade de lidar com a diversidade de modo geral. (entrevista 24).

A entrevistada a seguir, relata que a UNILA repete em seus cursos, as carreiras das universidades tradicionais, ou seja, pouco existe de oferta quanto a cursos que desconstruam o pensamento normativo, eurocentrado e hegemônico. Em dado momento ela nos diz que:

Um projeto de integração latino americana tem que incluir a todos. Tem que des-hierarquizar os saberes, tem que pensar no saber compartilhado, que o saber não está só na universidade mas em todos os setores, não tem como você pensar um projeto de América Latina se você não incluir todos os grupos que tradicionalmente foram retirados do saber e do poder da América Latina: mulheres, gays, pobres, indígenas, comunidades agrárias, comunidades das oralidades, enfim, todos que não compuseram este estado de poder da América Latina tradicionalmente. Porém, pra você chegar a isto é preciso percorrer um longo caminho que as Universidades em geral não tem clareza sobre isto. A integração Latino Americana tem sido feita muito entre os estados, entre as instituições, mas a integração de fato entre os povos ultrapassa o ser e o saber da universidade. (entrevista 24)

Observa-se neste contexto que é necessária uma construção da quebra do pensamento hegemônico e colonizador, é preciso mudar as práticas para que de fato haja transformação. A construção do saber deve-se estruturar também a partir da realidade/vivência da comunidade que precisa ser entendida como importante para a construção de saberes transformadores.

Na entrevista com a docente, ainda é possível destacar sobre como a comunidade LGBTQ+, em sua visão, é excluída na representação da Universidade:

As alteridades passam por todos os grupos, sobretudo os grupos que estão tradicionalmente rejeitados dentro de uma sociedade heteronormativa, como por exemplo, os gays, os negros, as travestis, enfim, a comunidade LGBTQ+ que muitas vezes nem sequer está simbolicamente representada dentro da Universidade. (entrevista 24)

Observa-se que a UNILA também traz em sua formação naturalizações de preconceito não estando livre destas colonialidades. Ela vêm paulatinamente mostrando-se um espaço para a perpetuação deste mito da modernidade, trazendo atrelado a ela, os preconceitos, a homofobia, o machismo, o patriarcalismo, o racismo, a xenofobia e o sexismo. Discussões a respeito dessa realidade da UNILA são fundamentais para gerar políticas de inclusão e respeito à diversidade sexual. Na

entrevista 24, observa-se que este cenário vai além da universidade, e que dentro dela se repetem estes preconceitos como se observa no relato:

Por outro lado, primeiramente não tem como fazer uma análise das misoginias, das lesbofobias, da transfobia, enfim, de uma sociedade altamente hierarquizada tanto racialmente como do ponto de vista da heterossexualidade, sem levar em conta que isto não é só uma questão de Foz do Iguaçu. Pensando especificamente na América Latina, a colonialidade se montou desde a chegada dos Europeus, reforçando o racismo, a homofobia, a xenofobia, todas as desigualdades que hierarquizam os grupos. Isto é um fenômeno histórico maior que Foz do Iguaçu. Mas num exercício de localizar esta questão, Foz do Iguaçu é uma cidade fronteiriça com diferenças extremamente cristalizado em grupos sociais. A UNILA não é diferente, é uma universidade formada no sul do país, com a maioria dos professores brancos, totalmente hierarquizada, em todos os sentidos, não temos políticas de cotas dentro da universidade, não há políticas afirmativas específicas que minorem os problemas. Não pode ser normal ter 90% de professores brancos. Ai já começa as questões que estamos falando. Há cursos formados majoritariamente por homens. A questão da homofobia também se caracteriza na misoginia, porque os professores quase sempre são homofóbicos, eles deixam bem claro sua posição de machos e heterossexuais, na produção simbólica dentro desta universidade, quem fala, quem detêm o poder, quem detêm o saber, há um preconceito aos alunos que apresentam qualquer traço que não seja o da heterossexualidade, eles vão semeando esta produção de saber, de poder, de produção simbólica por toda a universidade. Não há nenhuma política específica que tenta trabalhar a questão da homofobia, até há trabalhos de extensão, mas políticas específicas não há. (entrevista 24)

Diante do exposto acima, vê-se a necessidade e urgência de construir uma universidade que inclua a todos e a todas através de um pensamento contra hegemônico de poder. Neste contexto Mignolo (2008) afirma que o pensamento descolonial propõe uma forma de conceber que implica desprender-se e abrir-se as possibilidades encobertas e desprestigiadas pela racionalidade como sendo tradicionais, bárbaras e também primitivas.

Muitos alunos, alunas e servidores da UNILA, ao optarem por esta universidade, seja para estudarem ou para trabalharem e, conseqüentemente, viver em Foz do Iguaçu, o fizeram por acreditarem que a mesma seria um lugar de desconstrução de preconceitos, um espaço que lhes permita ser quem são, onde as estruturas de poder de uma universidade tradicional não fossem presentes. No entanto algumas pessoas relatam que:

Vejo a cidade de Foz, apesar de se apresentar como lugar multicultural, sinto uma dificuldade de ser gay em Foz. Vemos um

preconceito generalizado e muitas vezes encoberto nela. Há uma forte influência da comunidade árabe aqui, região de fronteira e de muita presença militar, o que a meu ver, faz com que as pessoas que são LGBTs, se sintam intimidadas a assumir sua sexualidade no contexto social. (entrevista 1)

Foz do Iguaçu há um histórico de violência muito grande a comunidade LGBT. Várias travestis foram assassinadas, outras tantas eram presas sem motivo aparente, outras agredidas fisicamente e ficando com algumas dificuldades motoras em razão das agressões sofridas. Vários gays sofriam todo tipo de agressões como sequestro, roubo, espancamento e chantagens. Foi nesse momento que resolvemos intensificar nossa luta em Foz. (entrevista 2)

Foz é uma cidade violenta. Há um caso de um professor que assediou quase 30 mulheres... Vemos diferentes intersecções em Foz do Iguaçu, sobre todo tipo de preconceito. (entrevista 3)

Vejo uma grande falha no que diz respeito a UNILA e os saberes e discussões que aqui são produzidos. Por exemplo, vejo que discussões que são extremamente importantes como a paridade, os direitos das mulheres, feminismo, direitos LGBTs são discussões muito acadêmicas. Não saem muitas vezes dos portões da UNILA, não se compartilha com a comunidade de fora. Muito menos a região da fronteira, o que seria Ciudad de Leste o Puerto Iguazú na Argentina. São criadas espécies de muralhas que não deixam que estas discussões saiam da universidade. Isso tudo é importante salientar porque vejo que a cidade de Foz do Iguaçu é uma cidade muito conservadora, preconceituosa e fechada. Antes de vir para a UNILA, como estrangeiro que sou, eu transitava na tríplice fronteira, não prestava muita atenção a essa questão. Temas que percebo que são ainda tabu na sociedade de Foz e que muitas vezes você precisa ter certo cuidado para falar deles, são aqueles relacionados as mulheres, os direitos igualitários com relação as pessoas homoafetivas, o racismo entre outros. Esses temas são pouco discutidos na sociedade de Foz e conseqüentemente na tríplice fronteira. (entrevista 4)

As entrevistas realizadas com uma mãe cujos filhos são LGBTs, com uma militante de Foz do Iguaçu e um servidor Técnico Administrativo da UNILA relatam uma cidade que literalmente se encontra no armário e uma universidade que vem resistindo em abrir essas portas e lutar contra essas hegemonias:

Tenho acompanhado alguns casos de homofobia aqui em Foz do Iguaçu. Desde pessoas que foram ao banheiro e tiveram a mesma invadida pelo segurança porque este acreditou que a pessoa havia entrado no banheiro errado por ter uma aparência menos feminina do que é estabelecido pelo padrão. Mulheres serem revistadas por homens em eventos sociais e as mesmas terem que levantar camisa para provar que são mulheres. Situações de escolas

que chamam os pais para exporem a sexualidade da filha e pedem que os pais tomem uma atitude frente a isso. Onde a escola não trabalha o agressor e sim a vítima para que ela se enquadre nos padrões estabelecidos. Ai você pega uma cidade como Foz e percebe que são excluídos dos debates , do plano municipal de educação a discussão sobre gênero e sexualidade. (entrevista 6)

A homofobia, lesbofobia, transfobia e as tantas fobias com relação as diferentes sexualidades e identidades de gênero, nada mais são do que uma das maiores doenças da humanidade. Julgar e agredir o outro em razão da orientação sexual , é inconcebível e inaceitável. Foz é uma cidade atípica, com pessoas de todos os lugares. Quando decidimos vir para cá, meu marido e eu, decidimos fazê-lo pela possibilidade de crescer financeiramente, mas sobretudo que fosse um local de tranquilidade para nossos filhos, que desde pequenos já sabíamos de suas orientações. Pensamos que Foz por ter essa característica de heterogeneidade, seria um local menos preconceituoso. Nos enganamos redondamente. É uma cidade que quer invisibilizar e não quer dialogar com esses grupos. Não existem políticas aqui de inclusão como por exemplo as que existem em outras cidades brasileiras sobre combate a homofobia, inclusive com punição para quem as pratica. Eu como mãe, lutarei até o fim e com todas as minhas forças para que meus filhos não se tornem estatísticas da violência homofóbica aqui ou onde quer que seja. (entrevista 10)

Achei que Foz do Iguaçu era uma cidade mais aberta às questões relativas de sexualidade e identidade de gênero. Uma baita decepção. Além de ser uma cidade conservadora, Foz não oferece espaços para a comunidade LGBT+. Não temos como em tantas outras cidades do Brasil do mesmo porte, locais de convívio. Isso faz com que, em minha opinião, estejamos fragmentados, cada um no seu canto, e assim não conseguimos fazer redes de amizades para posteriormente e como consequência talvez, lutar por nossos direitos. Vejo que em Foz existe uma homofobia as vezes muito silenciosa, velada. O que acaba sendo pior, pois quando você sabe quem é o homofóbico, você sabe contra quem e como lutar. (entrevista 11)

O debate em torno da quebra de paradigmas, de empoderamento dos indivíduos, de acercamento às discussões que incluam a todos, precisa ser intenso e sempre. Nota-se nas entrevistas que muitas vezes a universidade continua sendo a detentora do saber, colocando a margem o saber popular e assim não interage com a sociedade e conseqüentemente com os indivíduos que nela estão inseridos.

Apesar de o espaço universitário ser essencial na transformação da sociedade, a discussão deve ultrapassá-lo e alcançar de fato a população, de modo a promover mudanças significativas. Experiências como estas de promoção da mudança,

vemos no relato de um representante de uma denominação religiosa na cidade de Foz do Iguaçu que tem buscado o diálogo e a inclusão de quem quer seja, independente da orientação sexual dos indivíduos, tentando aproximar os membros desta agremiação, ao debate sobre sexualidade e inclusão. Vemos isso no texto abaixo:

A igreja anglicana tem um princípio de identidade que é defender a unidade na diversidade. A questão do diálogo sempre foi intrínseca na nossa igreja. Você reconhece o anglicano pela capacidade de diálogo com os diferentes pontos de vista, com diferentes realidades e grupos humanos. Assim a igreja anglicana promove através de vários eventos ecumênicos, a discussão da sexualidade. Isso já tem mais de 50 anos. No Brasil a discussão começa a partir de uns 30 anos atrás. Este ano no Brasil a igreja celebra os 30 anos de ordenação das mulheres sacerdotes, bispas. Neste contexto, a sociedade está fazendo discussões acerca de questões de gênero e sexualidade por exemplo, nós, a igreja, não podemos nos furtar a essa discussão também. Não pode ficar alheia ao que está acontecendo no mundo. (entrevista 7)

A igreja anglicana em razão da sua abertura sempre ao diálogo, nunca viu a ciência como inimiga. Tem tentando ao longo da história dialogar com a ciência, e é ela, a ciência que tem trazido para dentro da igreja essas discussões, como por exemplo as questões sobre sexualidades, não só a questão da homossexualidade, mas todas as outras diferentes sexualidades que são banidas da “heteronormalidade”. Quando a ciência firma que a homoafetividade não é doença, e registra isso com sua força, então toda essa comunidade, os LGBTs+ começam a ter o amparo científico para poder emergir de um lugar onde sempre esteve. Ele sempre esteve entre nós, eles só não tinham visibilidade. Começa a ter visibilidade porque agora começa a lhes dar seus direitos porque antes não tinha legitimidade a sua experiência de orientação sexual. Agora ela tem. Não mais sobre ela o tabu da enfermidade. (entrevista 7)

Apesar da tentativa de alguns segmentos, como o apresentado na entrevista de incluir, debater, ouvir a sociedade e toda a diversidade nela presente, nota-se ainda em pleno século XXI que este debate não têm alcançado a todos e todas.

São inúmeras as denominações religiosas que ainda resistem a este diálogo. Disseminam discursos carregados de preconceito e opressão, reforçando e legitimando efetivamente estes preconceitos que são levados para fora das igrejas aos mais diferentes espaços. Busca-se fortalecer o discurso de ódio, na tentativa constante de silenciar e invisibilizar aquele que é definido como diferente, como estranho, e que, Junqueira (2010) afirma que é através desse silenciamento que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, famílias não heterossexuais, são simplesmente excluídos do espaço público, do currículo, dos livros didáticos e das reflexões sobre direitos humanos. Nisto, vemos que também há a tentativa nestes espaços educacionais

de tornar invisíveis esses sujeitos fortalecendo ainda mais a ideia do outro como anormal. De acordo a isso, o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (2016) diz:

A homofobia possui várias formas, que abrange muito mais do que as violências tipificadas pelo código penal. Ela não se reduz à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, pois também é uma manifestação que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido à sua diferença, esse outro é excluído de sua humanidade, dignidade e personalidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises mostram que a UNILA é uma universidade que nasce sob a perspectiva de um padrão de poder, atrelada ao Estado Nacional e, portanto, com características de uma universidade tradicional, hegemônica, colonial e, desta forma, dentro do mesmo sistema mundo de reprodução de saber e de poder. No entanto, observa-se que a partir da organização de grupos que contestam este pensamento colonizador, cria-se um movimento de resistência, que através de ações pontuais despertam na comunidade acadêmica as discussões contra o machismo, as diferentes hierarquizações, o patriarcado, o racismo, a violência contra a mulher e o preconceito com relação as orientações sexuais e identidades de gênero. Estas ações permitem um debate responsável e que aos poucos vai amadurecendo em torno da temática da diversidade sexual. Conforme Correa (2006) embora o debate sobre direitos sexuais tenha um escopo global, as reflexões aqui desenvolvidas buscam dialogar, colocar o debate sobretudo, dentro de um contexto latino-americano.

No Brasil, grande parte de nossas universidades se constroem de forma tradicional, tornando-se quase sempre machista, eurocêntrica, por vezes cristã e heterossexual. Uma universidade que está para o poder e para ser excludente. Uma universidade que mergulhada nestes moldes tradicionais, sem se preocupar com demandas que respeitem a diversidade e em especial aos que não se encaixam nos padrões heteronormativos, torna-se quase sempre, reprodutora de um sistema mundo/moderno/capitalista/colonial/patriarcal tendo nelas, um terreno fértil para a construção do preconceito e conseqüentemente das diferentes colonialidades e hierarquias. A UNILA segue, portanto, atrelada aos moldes das universidades tradicionais, onde a primazia é o conteúdo em detrimento do indivíduo. Quando criada, a UNILA foi pensada com o propósito da integração dos povos, onde a diversidade exerce um papel

fundamental. Porém verifica-se na sua solidificação que ao reproduzir certas colonialidades, deixa de ser uma universidade que integre efetivamente a todos e todas, com poucas ou quase nenhuma política voltada a banir de sua estrutura educacional, o racismo, a xenofobia, a homofobia, o machismo e o patriarcalismo. Vê-se a falta de propostas reais de discussão dessas temáticas em seus documentos norteadores institucionais e a falta de interesse das lideranças em colocar em evidência o debate sobre os direitos humanos para todos e todas.

Apesar deste quadro, a UNILA é uma universidade jovem que está se moldando. Neste processo em que se dá a solidificação da identidade da UNILA, há que exaltar o grito dos oprimidos, para se exigir a representatividade destes grupos nas instâncias acadêmicas e administrativas. A resistência a este modelo de sistema mundo/moderno/colonial/patriarcal presente na instituição, tem se constituído para garantir direitos igualitários e paritários.

Não é uma tarefa fácil, e nem de alcance imediato, promover a conscientização e garantir direitos de todos os sujeitos. Porém, para haver esta garantia é necessário esforço e mobilização, pois a sociedade estruturada no modelo de opressão está conformada com este sistema e o reproduz naturalmente.

Meneses (2015) refere-se ao fato de que na época colonial o Estado (colocado neste contexto como sinônimo também de Igreja, pois esta ditava normas e exercia poder sobre o Estado) buscava legitimar ações dotadas de preconceito ao invisibilizar determinados grupos, na tentativa inclusive de influenciar a construção do pensamento acadêmico. No entanto, estes não conseguiram acabar com a diversidade sexual, e esta chega até os séculos republicanos. Desta forma, deve-se admitir que o legado para a posteridade, seriam pesados preconceitos que acabam desencadeando fortes lutas a favor da diversidade sexual nos séculos XX e XXI. Estas lutas são verdadeiras ameaças ao poder estabelecido, pois representam uma força consciente do conceito da liberdade, do respeito, transgredindo as normas ditadas que determinam o seu valor baseado na classe social, sexualidade, cor, gênero e religião.

A UNILA tem, ao longo de sua história, dado passos que muitas vezes fletam com o sistema machista/patriarcal. Atitudes assim, fazem com que os que querem uma universidade que se situe fora deste sistema mundo global/capitalista e eurocentrado, permaneçam na luta construindo os ideais de liberdade e respeito, conscientizando, em especial, a população acadêmica para que pouco a pouco reconheça que este processo colonizador precisa ser desconstituído. É o posicionamento em favor de uma comunidade acadêmica livre de preconceitos e inclusiva. O processo

iniciado por estes indivíduos tem se apresentado como importante mecanismo de transformação.

Assim, espera-se que com as ações até então desempenhadas pelos grupos de resistência, com as lutas individuais e coletivas, com o desenvolvimento deste trabalho e de outros que venham a ser criados com foco nos direitos das comunidades LGBTQ+, que a UNILA venha no futuro ser uma universidade em que haja respeito, igualdade de direitos, representatividade de toda diversidade humana com equilíbrio na ocupação de cargos e vagas. Que se supere o período em que homossexuais são taxados como anormais e que a Universidade é comparada aos moldes de uma tradicional família brasileira, onde o macho/alfa é o provedor, mandatário e os demais membros submissos e oprimidos. Que a universidade avance no sentido de criar políticas públicas de inclusão e que se supere o período em que para desenvolver uma ação, como por exemplo o respeito ao nome social de transexuais, seja necessária a força de lei.

Finalmente, desconstruir este padrão estabelecido, da binaridade homem-mulher, de normas excludentes sobre os projetos políticos e pedagógicos que impõe padrões hegemônicos de uma sociedade meritocrata, patriarcal e autoritária, é um processo lento, contínuo, e requer muito esforço.

Para a mudança ocorrer é necessária a visibilidade da violência. Ao ouvir as vozes dos oprimidos vê-se como a violência ocorre, como podemos discuti-la e de que modo podemos contribuir na construção do conhecimento. A homofobia se confirma na maioria dos relatos e ela está atrelada ao principal pilar que sustenta a sociedade conservadora: o machismo. Portanto, lutar contra a homofobia é também lutar contra o machismo e vice-versa.

Com este propósito espera-se que este trabalho ofereça bases para que alunos, técnicos e professores da UNILA compreendam que esta universidade no seu papel integracionista, deve ir contra a lógica moderna, contra os desmandos de um poder que não quer a igualdade, que não se preocupa com uma formação não sexista e não xenófoba. Que a comunidade interna e externa da UNILA se atentem para o papel da inclusão e do respeito de todos sem distinção e preconceito.

REFERÊNCIAS

AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. (org.). **Universidade para indígenas: A experiência do Paraná**. Coleção Estudos Afirmativos, v.8, FLACSO/LPP, 2016.

AMARAL, W. R. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Curitiba: UFP, 2010. 586 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2010.

AMARAL, J. G. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. **Revista Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, p.229-262, 2013.

BALDI, C. A.. Para uma sociologia das ausências da descolonização dos direitos humanos: notas iniciais sobre os aportes afros. **Hendu–Revista Latino-Americana de Direitos Humanos**, Belém, v.6.1, p.47-68, 2015.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Brasileira de Ciência Política**, n.11, Brasília,p.89-117, 2013.

BLEE, K. M.; TAYLOR, V. Semi-Structured Interviewing in Social Movement Research In: KLANDERMAS, B.; STAGGENBORG, S. (Orgs.). **Methods of Social Movement Research**. Minneapolis: University of Minnesota Press, p.92-117, 2002.

BORRILLO, D. A Homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (org.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres, EdUnB, 2009.

BORRILLO, D. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BRAGATO, F. F. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica**, v. 19, n. 1, Itajaí, p. 201-230, 2014.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012** (Lei de Cotas: dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio).

BRASIL. **Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010** (Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências).

BRASIL. **Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012** (Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências).

BRASIL. **Informe sobre a violência homofóbica no Brasil: 2012**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. 2013

BRASIL. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. 2016

CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professores(as) em gênero, orientação sexual e relações étnico-sociais**. Cepesc:, Brasília, p.13-183, 2009.

CORRÊA, S. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 26, , Porto Alegre, p.101-121, 2006.

CRUZ, R., ZILLER, J.; NONATO, B. Mapa do Invisível: Hierarquias sociais e universidade. In: MAYORGA, C. (Org.). **Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre a democratização da universidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 71-91, 2010.

DINIS, N.F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação e Sociedade**, Campinas,v.29, n.103, p.477-492, 2008.

DINIZ, N.F.: Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, n. 39, Curitiba, p. 39-50, 2011.

DUSSEL, E. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Perspectivas latinoamericanas, CLACSO, p.24-32, 2005.

FERRARI, J. S. Homofobia: Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/psicologia/homofobia.htm>>. Acesso em 24 de junho de 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p.115-147, 2008.

GROSGOUEL, R. **La Descolonización de la Economía Política**. Bogotá: Universidad Libre, 2010.

HAAS, C. M. Projetos pedagógicos nas instituições de educação superior: aspectos legais na gestão acadêmica. **Rev. Bras. de Polít. e Adm. da Educação**, v.26, n.1, Goiânia, p.151-171, 2010.

IMEA. Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **A UNILA em Construção: um projeto universitário para a América Latina**. Instituto Mercosul de Estudos Avançados – Foz do Iguaçu: IMEA, 2009.

JUNQUEIRA, R.D. O reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento da homophobia no contexto escolar. In: GENTLE, I. M.; ZENAIDE, M. N. T.; GUIMARÃES, M. G. **Gênero, Diversidade Sexual e Educação: Conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa: . F&A Gráfica e Editora, p.217-233, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. **A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas!** Estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, Assis, p 123-139, 2010.

JUNQUEIRA, R. D. Aqui não temos gays nem lésbicas: estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n.4, Natal, 2012.

LEMOS, G. T. **Os Saberes dos povos camponeses tratados nas práticas curriculares de escolas localizadas no território rural de Caruaru-PE**. 183p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, G. (org.). **O corpo educado**. Pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora LTDA, p. 7-34, 2010.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v.22, n.3, Florianópolis, p. 935-952, 2014.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO- GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO: Siglo del Hombre Editores, p. 127-167, 2007.

MENESES, G. G. L. UNILA: reflexões sobre a evolução e as perspectivas da Universidade Federal da Integração Latino Americana. In: ROSA, R. M.; ÁVILA, F. D. (Orgs.). **América Latina no Labirinto Global: Economia, Política e Segurança**. Curitiba: Edit. CRV, p. 279-305, 2012.

MENESES, G. G. L., La Identidad de America Latina en la larga duración: ni occidental, ni ibérica, solo diversa. In: CRUZ, C. A. S., CORAZZA, G. e ARAÚJO, S. N. A. de (orgs.). **América Latina: Olhares e Perspectivas**. Florianópolis : Editora Insular, p.17-42, 2015.

MIGNOLO, W. D. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

MIGNOLO, W. D. Novas reflexões sobre a “ideia da américa latina”: a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, Salvador, p. 239-252, 2008.

MIGNOLO, W. D. **The idea of Latin America**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008.

MIGNOLO, W. D. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

NASCIMENTO, A. **O negro revoltado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2. ed., 1982.

PONTES, S.; TAVARES, M. A Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA): um estudo da inclusão da diversidade epistemológica numa perspectiva não hegemônica. In: Congreso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología, Innovación y Educación. Buenos Aires, **Anais**, Artículo 870, 16p., 2014.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 201-246. 2000.

QUIJANO, A. “Bem viver”: Entre o “desenvolvimento” e a “descolonialidade” do poder. **Revista Faculdade de Direito UFG**, v. 37, n. 1, Goiânia, p. 46 - 57, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SEGATO, R. **Las estructuras elementales de la violencia**. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.

SEGATO, R. L. Ejes argumentales de la perspectiva de la Colonialidad del Poder. **Revista Casa de las Américas**, n. 272, Havana, p. 17-39, 2013.

SILVA, J. F.; TORRES, D. X.; LEMOS, G. T. Educação do Campo: a luta dos Movimentos Sociais Campesinos por uma Educação Escolar Específica e Diferenciada. **Revista Pedagógica**, n. 28, v. 01, p. 407-436, Chapecó, 2012.

SILVA, J. F. da. Sentidos de avaliação da educação e no ensino e no currículo na educação básica através dos estudos pós-coloniais latino-americanos. **Espaço do Currículo**, v.8, n.1, João Pessoa, p.49-64, 2015.

UNILA. **Resolução Consun nº 11/2016 de 19 de agosto de 2016** (Regulamenta a utilização de nome social por discentes, servidores e demais usuários nos espaços da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA). Disponível em: <www.UNILA.edu.br>. Acesso em: 15/04/2017

UNILA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017 (PDI)**. Disponível em: <www.UNILA.edu.br>. Acesso em: 15/04/2017

UNILA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Antropologia – diversidade cultural Latino Americana**. 2013. Disponível em: <https://www.UNILA.edu.br/cursos/antropologia#field_hosp_alimen_hotsite-tab>. Acesso em: 20/08/2016.

UNILA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. 2014. Disponível em: <https://www.UNILA.edu.br/cursos/arquiteturaeurbanismo#field_hosp_alimen_hotsite-tab>. Acesso em: 18/09/2016.

UNILA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Bacharelado em Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade**. 2013. Disponível em: <https://www.UNILA.edu.br/cursos/ciencias-biologicas-ecologia-e-biodiversidade#field_hosp_alimen_hotsite-tab>. Acesso em: 18/09/2016.

UNILA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em História – América Latina.** 2013. Disponível em: <https://www.UNILA.edu.br/cursos/historia-america-latina#field_hosp_alimen_hotsite-tab>. Acesso em: 18/09/2016.

UNILA. **Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais e Integração.** 2013. Disponível em: <https://www.UNILA.edu.br/cursos/relacoes-internacionais#field_hosp_alimen_hotsite-tab>. Acesso em: 18/09/2016.

WALLERSTEIN, I. **Análisis de sistemas-mundo.** Una introducción. México: Ed. Siglo XXI, 2005.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica editora Ltda, p. 35-82, 1999.

ANEXO I - ENTREVISTAS

Entrevista 1 – (ex-aluno da UNILA)

Entrevistador: Boa noite, vamos iniciar a entrevista com uma breve apresentação, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Estudei na UNILA no ano de 2012 antropologia! Sou Homossexual assumido.

Entrevistador: O que significou para você estar/estudar na UNILA?

Entrevistado: Um choque grande e enriquecedor o contato com pessoas de diferentes lugares da américa latina. Cada um apresenta características diferenciadas e isso promove a riqueza de diversidade dentro da universidade.

Entrevistador: Como você sente a questão da integração da comunidade LGBTQ+ dentro da UNILA?

Entrevistado: Como a UNILA tem pessoas de lugares diferentes acaba sendo um embate diário a questão da integração da população LGBTQ+ dentro da UNILA por ter pessoas advindas de diferentes lugares da A. L.

Entrevistador: Como você se via sendo homossexual dentro desta universidade

Entrevistado: Tive a oportunidade de no momento em que entrei, conhecer o professor Gerson Ledezma que me convidou para participar de um grupo chamado UNILA diversidade e ali foi onde muitas pessoas, inclusive eu, pude viver e ir me empoderando cada dia mais com relação a minha sexualidade e minha militância. Houve neste momento inclusive uma acadêmica que durante o processo deste grupo, se assume transexual. O grupo nos ajudava a desconstruir preconceitos e lutar por uma universidade mais igualitária. Neste momento é onde surge a UNILA Diversidade onde inclusive uma aluna se descobre transexual durante o processo desta ação.

Entrevistador: E como morador de Foz como você vê a cidade de Foz sobre a questão da abertura para a diversidade , em especial à comunidade LGBTQ?

Entrevistado: Vejo a cidade de Foz , apesar de se apresentar como lugar multicultural, um lugar fechado. Sinto uma dificuldade de ser gay em Foz. Vemos um preconceito generalizado e muitas vezes encoberto nela. Há uma forte influência da comunidade árabe aqui, região de fronteira e de muita presença militar, o que, a meu ver, faz com que as pessoas que são LGBTQs, se sintam intimidadas em assumir sua sexualidade no contexto social.

Quando a gente fala em homofobia, vemos que é uma questão que precisa ser discutida em todos os âmbitos. Como você sente essa relação entre homofobia e sociedade?

A sociedade acaba reproduzindo muitos preconceitos. Assim como o machismo, racismo e todas estão conectadas de uma forma ou outra, tanto que vemos o grau de preconceito

que cada um sofre. Se pegarmos por exemplo, uma travesti, negra , nordestina, ela tem vários estigmas de preconceito que vai sofrer. É algo que tem q ser discutido e juntando esses vieses de graus de preconceito que acabam se englobando e que no final todos tem a mesma origem.

Entrevista 2 – Tae na UNILA – 35 anos

Entrevistador: Olá, por gentileza, faça uma breve apresentação, sobre você, sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Sou XXXX, e sou gay.

Entrevistador: Você é natural de Foz do Iguaçu ou a quanto tempo reside aqui?

Entrevistado: Não sou natural daqui, mas vivo em Foz do Iguaçu a 24 anos.

Entrevistador: Como é ser gay em uma sociedade como a nossa e em especial como Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Desde muito jovem, assumi minha condição de vida. Com dezoito anos meu pai me expulsa de casa em razão da minha orientação sexual. Neste momento resolvi assumir minha sexualidade e a partir daí, não só minha família, mas muitas outras pessoas se afastaram de mim. Venho de família extremamente católica, e eles tinham a percepção em função da religião, de que eu estava condenado por causa da minha orientação. Meu pai vivia dizendo que preferia ter um filho morto a ter um filho gay. Com vinte anos, começo a trabalhar em uma ONG em Foz do Iguaçu chamada AIDS que buscava dar apoio e cuidar de pessoas com AIDS e outras tantas vulneráveis (usuários de drogas, prostitutas e a população LGBT). Mas não tinham pessoas para trabalhar no processo, foi quando me apresentei e comecei a trabalhar nisso. Foi aí o pontapé inicial de todo trabalho com a comunidade LGBT em Foz do Iguaçu. Em meados de 2000 iniciamos um trabalho de divulgação, impresso, sendo este o primeiro material direcionado em Foz para a comunidade LGBT que visava em especial a questão da prevenção de doenças transmissíveis em especial o HIV/AIDS. O material tratava da homossexualidade como algo natural (não era uma doença) e que nós homossexuais existimos e vivemos em sociedade como qualquer outra pessoa. Foi um material de muito impacto naquele momento em Foz do Iguaçu. Queríamos mostrar que isso tudo era uma questão de direitos humanos, de direitos sociais e de cidadania.

Entrevistador: Como você vê a questão do preconceito e violência em Foz?

Entrevistado: Já passei por várias situações de agressões em Foz. Lembro-me de algumas como, por exemplo: atirarem pedras em mim e em um grupo de amigos que estavam comigo, ser agredido com uma faca, ser atacado por um casal (um rapaz e uma garota) e um outro rapaz que estava com eles me agredindo com um violão na rua da minha casa tudo por conta de ser gay. Nunca consegui entender isso, por que não existe justificativa para a violência e, foi exatamente neste momento que comecei a me fortalecer ainda mais na minha militância. Comecei a me empoderar, viajar para fazer cursos em Curitiba e Brasília para me instrumentalizar e ajudar nesse trabalho. Em 2004 lançamos um novo material impresso sobre a questão de família e a comunidade LGBT. Em seguida lançamos o passaporte do cidadão, através da pressão aos vereadores da cidade na época, conseguimos a aprovação de uma lei em 2002, que punia os estabelecimentos que praticassem a discriminação ao público homossexual. Iniciamos um

trabalho com as travestis nos pontos de prostituição para dar suporte e apoio contra a violência a comunidade trans da cidade. Foz do Iguaçu há um histórico de violência muito grande a comunidade LGBT. Várias travestis foram assassinadas, outras tantas eram presas sem motivo aparente, outras agredidas fisicamente e ficando com algumas dificuldades motoras em razão das agressões sofridas. Vários gays sofriam todo tipo de agressões como sequestro, roubo, espancamento e chantagens. Foi nesse momento que resolvemos intensificar nossa luta em Foz.

Entrevista 3 – Docente da UNILA.

Entrevistador: Boa tarde, poderia se apresentar por favor?

Entrevistada: Sou XXXX e trabalho como docente na UNILA a quase dois anos.

Entrevistador: O que te trouxe para a UNILA

Entrevistada: O projeto da integração Latino-americana. Para mim é um projeto de vida. Estar numa sala de aula e estar com dez nacionalidades é algo maravilhoso e encantador.

Entrevistador: Qual a relação que você faria entre UNILA e a questão da paridade?

Entrevistada: Considero a paridade a redistribuição do poder. Questionar poder e questionar essas estruturas onde foi colocado a esfera privada para mulheres e escravos... Por tanto desconstruir poder é desconstruir a relação do público e privado. Desconstruir poder é questionar milênios. Esperança de que construamos uma universidade que configure as novas identidades, a nova filosofia política...

Entrevistador: Como se dá a distribuição das mulheres dentro da UNILA, especialmente no tocante as servidoras que aqui trabalham? Existe uma questão igualitária? Assim, como você vê a questão das mulheres em relação ao empoderamento destas? UNILA é uma universidade caracterizada pelo racismo, machismo e o patriarcalismo? Como você vê essas questões dentro na UNILA e no contexto de Foz?

Entrevistada: Primeiro, é importante pensar que, as mulheres são vistas como conquistadoras de espaços. Isso é uma questão ocidental colonial, patriarcal. Nós não somos conquistadoras de espaços, nos estamos criando paradoxos. A gente vive de paradoxos. Foz é uma cidade violenta. Há um caso de um professor que assediou quase 30 mulheres dessa turma. Vemos diferentes intersecções em Foz sobre todo tipo de preconceito. Qualquer coisa que esteja relacionada ao feminino, sofrerá a tentativa de inferiorização. Uma pessoa afeminada por exemplo (por estar relacionada à mulher), sofrerá preconceito e será inferiorizada. A mulher é inferiorizada, o afeminado é inferiorizado, a transexual é inferiorizada porque são associadas ao feminino. E o feminino na sociedade machista ele tem que ser submisso, inferior. Hierarquicamente abaixo do macho, do alfa. Não existe na UNILA qualquer discussão nos currículos sobre a questão de gênero e sexualidade, gênero e feminismos. Neste contexto nasce o Fórum de equidade de gênero para discutir questões de alunas que estavam preocupadas com o assédio e de professoras que discutem a questão de gênero.

Vejo a UNILA como uma bolha (ela não é Foz). Estamos num paradigma muito atrasado. É muito mais difícil para a mulher que é negra, lésbica e pobre. Quanto mais intersecções tivermos, mais difícil é esse processo de luta contra essas estruturas coloniais e patriarcais.

Entrevista 4 - Aluno do programa de pós-graduação da UNILA

Entrevistador: Poderia se apresentar por favor e, se se sentir a vontade, diga qual sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Entrevistado: Sou aluno de um dos programas de pós-graduação da UNILA

Entrevistador: Porque escolheu a UNILA:

Entrevistado: Participei da primeira turma. No início não tínhamos ideia do que era a UNILA. Queríamos estudar em uma universidade federal. Tinha o interesse de conhecer esse projeto latino-americano dentro da UNILA (que se mostrava efetivamente um lindo projeto de construção do pensamento latino-americano)

Muitos dos assuntos discutidos academicamente na UNILA precisam romper as fronteiras da universidade, como por exemplo a questão do empoderamento feminino, a questão igualitária de direitos dos LGBTs, etc. Ela precisa romper suas fronteiras. Romper a muralha... discutir a questão da xenofobia (um amigo sofreu isso de forma bem específica).

Entrevistador: Como você vê a UNILA e sua relação com a comunidade de Foz do Iguaçu no tocante aos temas sobre diversidade e sexualidade que são tratados dentro da universidade.

Entrevistado: Vejo uma grande falha no que diz respeito a UNILA e os saberes e discussões que aqui são produzidos. Por exemplo, vejo que discussões que são extremamente importantes como a paridade, os direitos das mulheres, feminismo, direitos LGBTs são discussões muito acadêmicas. Não saem muitas vezes dos portões da UNILA, não se compartilha com a comunidade de fora. Muito menos a região da fronteira, o que seria Ciudad de Leste o Puerto Iguazú na Argentina. São criadas espécies de muralhas que não deixam que estas discussões saiam da universidade. Isso tudo é importante salientar porque vejo que a cidade de Foz do Iguaçu é uma cidade muito conservadora, preconceituosa e fechada. Antes de vir para a UNILA, como estrangeiro que sou, e transitava na tríplice fronteira, não prestava muita atenção a essa questão. Temas que percebo que são ainda tabu na sociedade de Foz e que muitas vezes você precisa ter certo cuidado para falar deles, são aqueles relacionados as mulheres, os direitos igualitários com relação as pessoas homoafetivas, o racismo entre outros. Esses temas são pouco discutidos na sociedade de Foz e conseqüentemente na tríplice fronteira.

Entrevistador: Você acredita que a UNILA tenha traços dessa universidade tradicional brasileira, que muitas vezes reproduz uma hegemonia e estruturas de poder conservadora, homofóbica e preconceituosa?

Entrevistado: Dentro da UNILA, com relação as pessoas homoafetivas nunca, sinceramente, vi algum tipo de discriminação, pelo menos no grupo onde transito. Claro que isso, essa realidade é bem diferente por exemplo das redes sociais da UNILA, onde se notam discursos homofóbicos, machistas, sexistas, xenófobos entre outros. Entendo e sei da importância de que precisamos desconstruir tais discursos, porque os mesmos podem gerar violência e todo tipo de preconceito. No entanto, como estrangeiro me sinto

desconfortável no que diz respeito a militar sobre o tema da homofobia, especialmente porque do país onde venho, ainda temos que nos esconder, viver no armário porque somos um país extremamente conservador e hipócrita. Meu companheiro por exemplo, teve que se casar e teve um filho para disfarçar frente a sua família e a sociedade paraguaia. Temos medo de ser quem realmente somos lá. As escolas não discutem as questões de gênero. Tentam invisibilizar tais discussões. A igreja exerce um papel de poder muito forte na sociedade paraguaia, ditando regras e normas para a sociedade. Como consequência disso, a sociedade paraguaia é muito religiosa e conservadora.

Entrevista 5 – Aluno de graduação da UNILA

Entrevistador: Boa tarde, vamos iniciar a entrevista com uma breve apresentação, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Meu nome é XXXX e sou aluno de graduação da UNILA. Sou homossexual.

Entrevistador: O que te trouxe pra UNILA

Entrevistado: Tentei sair daquela cidade do interior do Mato Grosso do Sul, especialmente por questões da minha sexualidade. Queria ir para uma universidade e me identifiquei com a UNILA porque apresentava um projeto muito bacana que era o projeto latino-americano e de integração. Eu já vim com a ideia de discutir a questão LGBT de diversidade sexual. Iniciamos na época um projeto de extensão chamado **UNILA Diversidade que a principio era a discussão das causas LGBT+.**

Sendo assim, o professor da universidade que nos acompanhava, professor Gerson Ledezma, nos propôs que também incluíssemos na discussão questões sobre xenofobia, racismo, entre outros. No entanto esses temas não eram tão evidente, porque a UNILA estava dando os primeiros passos. Era um pouco velado. Você percebia um comentário ou outro, mas nada abertamente. Mas a UNILA sempre me parecia um ambiente muito aberto.

Entrevistador: Você sofreu algum tipo de homofobia na UNILA

Entrevistado: Eu não nunca sofri. Bom ai iniciamos o projeto na UNILA. Começamos essas questões até que um dia algo aconteceu. Começaram a colocar adesivos, cartazes na porta do quarto de um amigo nosso com frases do tipo: “Chega de contaminação” que era uma referência na época a contaminação por febre aftoso que estava acontecendo no Paraguay. Não sabíamos exatamente quem era, mas existia. Ele recebia trotes por fone com ofensas homofóbicas inclusive. Iniciamos um campanha , colocando cartazes naquela época na moradia 2, que era onde estávamos e os ataques homofóbicos começaram a diminuir. Existe é claro até hoje muitos casos, ainda que velados, mas existem.

Entrevistador: Você acompanhou além deste , algum outro caso de violência em razão de orientação sexual ou identidade de gênero?

Entrevistado: Sim, soube e acompanhei vários. Houve um caso por exemplo onde um acadêmico de outra universidade também de Foz, agrediu verbalmente com palavras de baixíssimo calão um amigo nosso , estudante da UNILA que tinha acabado de sair do PTI, chamando-o de bicha escrota e muitas outras expressões que não me atrevo a repetir aqui.

Entrevistador: E hoje, como você sente essa questão da homofobia dentro da UNILA e na sociedade de Foz de maneira geral?

Entrevistado: Veja, como meu convívio em Foz se resume a UNILA, eu não tenho problema nenhum, mas na UNILA eu sei de alguns casos isolados que acontecem, casos de homofobia, além de casos de machismo e de racismo.

Entrevistador: O projeto da UNILA Diversidade teve continuidade?

Entrevistado: Na verdade não. Algumas ações funcionaram bastante bem, outras não.

Entrevistador: O que é homofobia para você e se na sua opinião, acredita que seja importante a discussão de temas como a homofobia dentro da Universidade? Como você sente a relação homofobia e sociedade?

Entrevistado: Vemos que atualmente é como se houvesse saído da caverna um monstro conservador. Isso é bom e ruim por um lado, porque assim você sabe exatamente com quem está lidando e o que precisa combater.

Entrevista 6 – Aluna de graduação da UNILA e militante LGBT+

Entrevistador: Poderia se apresentar por favor?

Entrevistada: Meu nome é XXXXXXXX, um nome um pouco grande. Tenho 27 anos, advogada. Estou envolvida com a militância LGBT+ faz uns 5 ou 6 anos. Atualmente sou aluna de curso de graduação na UNILA.

Entrevistador: Porque você escolheu a UNILA para estudar?

Entrevistada: Primeiramente sobre o curso. Também por ser uma universidade federal. Também porque queria seguir na área acadêmica, fazer um mestrado, trabalhar inclusive com pesquisa.

Entrevistador: Primeiro lugar entrando no tema da homofobia, qual é tua definição sobre homofobia?

Entrevistada: É o medo do diferente. Agora você joga isso no contexto de orientação sexual e identidade de gênero. Para mim é mais essa ideia de violar os direitos dos outros por não concordar com ele.

Entrevistador: Você que trabalha como militante da causa, pode nos dizer se acredita que estamos num contexto de uma sociedade igualmente homofóbica?

Entrevistada: Muito! Estamos sim. Existem diversos pontos. Não é muitas vezes uma exclusão direta. Não significa que você sairá às ruas de Foz e será espancado cotidianamente, mas você corre sim o risco de ser espancado. Isso vai depender por onde você anda, qual o seu comportamento, se você é homem ou mulher. O que eu vejo mais frequentemente é uma repressão clara, de você passar e ser rechaçado com um olhar amedrontador que dependendo da situação gera grande insegurança, até o fechamento de portas.

Entrevistador: Você tem acompanhado alguns casos de homofobia?

Entrevistada: Tenho sim. Desde pessoas que foram ao banheiro e tiveram a mesma invadida pela segurança porque este acreditou que a pessoa havia entrado no banheiro errado por ter uma aparência menos feminina do que é estabelecido pelo padrão. Mulheres serem revistas por homens em eventos sociais e as mesmas terem que levantar camisa para provar que são mulheres. Situações de escolas que chamam os pais para exporem a sexualidade da filha e pedem que os pais tomem uma atitude frente a isso. Onde a escola não trabalha o agressor e sim a vítima para que ela se enquadre nos padrões estabelecidos. Ai você pega uma cidade como Foz e percebe que são excluídos dos debates, do plano municipal de educação a discussão sobre gênero e sexualidade.

Entrevistador: Sobre os movimentos de defesa da causa LGBT+ em Foz que você atua, qual o posicionamento destes grupos em relação aos diferentes tipos de agressões homofóbicas em Foz?

Entrevistada: Depende. Aqui em Foz a gente ainda tem muita dificuldade de estabelecer um diálogo aberto sobre as questões de gênero. No entanto algumas ações são

realizadas. Estamos tentando colocar em pauta a implementação do dia municipal de combate a homofobia junto ao dia nacional, também a instauração do Conselho Municipal de Direitos Humanos. Tentando criar uma cultura de debate não só de gênero, mas de direitos humanos como um todo que não temos hoje.

Entrevista 7 – Reverendo (Igreja Anglicana)

Entrevistador: Poderia se apresentar por favor?

Entrevistado: Boa tarde. Meu nome é XXXXX. Sou anglicano desde meu nascimento. Me tornei sacerdote aos 23 anos e sou sacerdote a 33 anos. Estou em Foz a 2 anos e meio.

Entrevistador: Como é a igreja anglicana em Foz, em número de membros?

Entrevistado: Então, falo isso sem nenhum receio. Somos uma comunidade pequena.

Entrevistador: Sabe-se que a igreja anglicana pensa e trata a inclusão de todos e todas de forma a não discriminar quem quer que seja. Qual a visão da igreja neste processo de inclusão? Como ela vê a inclusão? Parece-me que a igreja inclusive celebra as uniões homoafetivas, é isso? Gostaria que pudesse nos falar a este respeito.

Entrevistado: A igreja anglicana tem um princípio de identidade que é defender a unidade na diversidade. Esse é um princípio desde o fundamento da igreja do século XVI, quando ela se separa da liderança política de Roma. Uma vez separada de Roma, o Rei Henrique VIII promove essa separação, propondo-a no parlamento e com a aprovação de boa parte da liderança da Inglaterra. A questão do diálogo sempre foi intrínseca na nossa igreja. Você reconhece o anglicano pela capacidade de diálogo com os diferentes pontos de vista, com diferentes realidades e grupos humanos. Assim a igreja anglicana ela promove através de vários eventos ecumênicos, a discussão da sexualidade. Isso já tem mais de 50 anos. No Brasil é discussão começa a partir de uns 30 anos atrás. Este no Brasil a igreja celebra os 30 anos de ordenação das mulheres sacerdotes, ser bispas. Neste contexto, a sociedade está fazendo discussões acerca de questões de gênero e sexualidade, por exemplo, nós, a igreja, não podemos nos furtar a essa discussão também. Não pode ficar alheia ao que está acontecendo no mundo.

Entrevistador: Como você vê a sociedade em Foz ? Sente que é uma sociedade conservadora?

Entrevistado: Acho que a sociedade iguaçuense é uma cidade ainda em construção. Por exemplo, a cidade está se tornando um parque universitário só agora. Temos uma cultura em processo de formação. Temos cerca de 70 grupos étnicos em Foz. Há uma cultura mais de elite que são os que aqui vêm para enriquecer em Foz. Há por outro lado em Foz uma massa em Foz um pouco mais intelectualizada que conseguem devido a isso dialogar com esses temas da homofobia, da homossexualidade e de tudo o que se refere a políticas de minorias.

Entrevistador: Reverendo, atualmente vemos uma discussão, observa-se nas igrejas chamadas neopentecostais , um embate com relação a toda essa temática, enviam propostas passando ate mesmo pelo Congresso nacional citando questões como a cura gay... Como a igreja anglicana vê isso e qual seu posicionamento como representante anglicano frente a estas temáticas todas, lida com tudo isso frente a contemporaneidade? Digo isso porque enquanto a gente vê alguns segmentos religiosos indo na contramão desses assuntos, promovendo muitas vezes um verdadeiro discurso de ódio a

comunidade LGBT+, temos a igreja anglicana na vanguarda desses assuntos para inclusive inserir essa comunidade no seu contexto pastoral?

Entrevistado: A temática é bem ampla. Temos que considerar algumas questões importantes. Se vemos a questão do divórcio por exemplo , antes não se aceitava. A sociedade foi discutindo, discutindo até que chegamos ao ponto da aprovação pelo judiciário inclusive. A igreja anglicana em razão da sua abertura sempre ao diálogo, nunca viu a ciência como inimiga. Tem tentando ao longo da história dialogar com a ciência, e é ela, a ciência que tem trazido para dentro da igreja essas discussões, como por exemplo as questões sobre sexualidades, não só a questão da homossexualidade, mas todas as outras diferentes sexualidades que são banidas da “heteronormalidade”. Quando a ciência firma que a homoafetividade não é doença, e registra isso com sua força, então toda essa comunidade, os LGBTs+ começam a ter o amparo científico para poder emergir de um lugar onde sempre esteve. Ele sempre esteve entre nós, eles só não tinham visibilidade. Começa a ter visibilidade porque agora começa a lhes dar seus direitos porque antes não tinha legitimidade a sua experiência de orientação sexual. Agora ela tem. Não mais sobre ela o tabu da enfermidade.

Entrevista 8- Aluna de graduação de uma faculdade particular em Foz do Iguaçu

Entrevistador:: Boa tarde, vamos iniciar a entrevista com uma breve apresentação, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Meu nome é XXX e sou bissexual

Entrevistador: Você é natural de Foz do Iguaçu ou a quanto tempo reside aqui?

Entrevistada: Sou natural daqui

Entrevistador: para você o que é homofobia

Entrevistado: Todo e qualquer tipo de violência contra a comunidade LGBT

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia em Foz do Iguaçu?

Entrevistada: Acredito que a homofobia em Foz é algo que está naturalizado. Eu por exemplo, não tenho coragem até hoje de me assumir e expor minha sexualidade. Vivo no armário. Veja só, tenho 28 anos e não pretendo sair deste armário por medo a rejeição da minha família e de pessoas do meu convívio que são mais conservadoras. Poucos sabem da minha orientação, dois ou três pessoas somente. Foz é uma cidade extremamente conservadora, ao mesmo tempo que consegue ser altamente balizada por princípios religiosos. Vejo aqui, a religião como algo que interfere e muito na vida das pessoas e como consequência, as pessoas se tornam cada dia mais conservadoras.

Entrevistador: Em sua opinião o que leva ao preconceito por orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistada: O desconhecimento total e a ignorância. Tem gente que acredita que ser gay é modinha ou puramente sem-vergonhice.

Entrevista 9- Representante político da juventude em Foz do Iguaçu

Entrevistador: Boa tarde, vamos iniciar a entrevista com uma breve apresentação, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Bom dia , me chamo XXXXXXX, tenho 22 anos e não me considero nada. Não costumo me rotular, amo pessoas.

Entrevistador: Você é natural de Foz do Iguaçu ou a quanto tempo reside aqui?

Entrevistado: Sou de São Paulo, capital.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Um verdadeira idiotice ver que ainda precisamos discutir isso em pleno século XXI. A homofobia não deveria existir aqui e em nenhum lugar desse planeta. Foz é uma cidade extremamente conservadora e, portanto, é sim homofóbica. É algo que precisa ser debatido e desconstruído dia após dia.

Entrevistador: Você assume publicamente sua sexualidade?

Entrevistado: Como disse, eu amo pessoas. Não estampo na testa quem amo ou deixo de amar, simplesmente amo e isso é algo íntimo meu. Em São Paulo eu sou alguém “assumido”, ou seja, fora do armário. Aqui em Foz, tenho receio de que todos saibam que sou livre para amar por causa desse preconceito que existe.

Entrevistador: Em sua opinião o que leva ao preconceito por orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistado: A pura ignorância. As pessoas precisam deixar de hipocrisia e não se preocuparem com o que outras pessoas fazem.

Entrevistador: Já presenciou ou soube de alguma agressão homofóbica, seja ela simbólica, verbal, ou física?

Entrevistado: Já sim. Talvez por isso mesmo eu não saia do armário. Um amigo uma vez, voltando para casa de madrugada com o namorado dele. Caminhavam lado a lado (nem sequer estavam de mãos dadas). Passava por ali um garoto que conhecia um deles, morava próximo da casa do meu amigo e sabia que ele era gay. Começou a insultá-lo, eles começaram a discutir e o garoto veio com ignorância querendo bater no meu amigo, chamando-o de viadinho de merda.

Entrevista 10: Mãe que tem um filho gay e uma filha lésbica.

Entrevistador: Boa tarde, vamos iniciar a entrevista com uma breve apresentação, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Boa tarde sou XXXXXXX, tenho 52 anos e sou heterossexual.

Entrevistador: Você é natural de Foz do Iguaçu ou a quanto tempo reside aqui?

Entrevistada: Sou Rio Grande do Sul. O meu filho que hoje tem 23 nasceu também no RS e minha filha com 20 nasceu em Curitiba.

Entrevistador: Para você o que é a homofobia e como você vê essa questão em Foz do Iguaçu?

Entrevistada: A homofobia nada mais é do que uma das maiores doenças da humanidade. Julgar e agredir o outro em razão da orientação sexual que tem, é inconcebível e inaceitável. Foz é uma cidade atípica, com pessoas de todos os lugares. Quando decidimos vir para cá, meu marido e eu, decidimos fazê-lo pela possibilidade de crescer financeiramente, mas, sobretudo que fosse um local de tranquilidade para nossos filhos, que desde pequenos já sabíamos de suas orientações. Pensamos que Foz por ter essa característica de heterogeneidade, seria um local menos preconceituoso. Enganamos-nos redondamente. É uma cidade que quer invisibilizar e não quer dialogar com esses grupos. Não existem políticas aqui de inclusão como, por exemplo, as que existem em outras cidades brasileiras sobre combate a homofobia, inclusive com punição para quem as pratica. Eu como mãe, lutarei até o fim e com todas as minhas forças para que meus filhos não se tornem estatísticas da violência homofóbica aqui ou onde quer que seja.

Entrevistador: Já presenciou ou soube de alguma agressão homofóbica, seja ela simbólica, verbal, ou física?

Entrevistada: Já sim. Uma vez no shopping da cidade, caminhávamos meu marido e eu, quando vimos uma cena e fiquei perplexa. Um casal de dois rapazes estava pelos corredores de mãos dadas e foram abordados por um senhor que se aproximou e grosseiramente lhes disse que ali não era lugar para aquilo. Que eram depravados e amaldiçoados. Não aguentamos e intervimos na situação. Em defesa dos rapazes que não estavam absolutamente quebrando regra alguma.

Entrevistador: Como mãe, o que acha que preciso ser feito para que tenhamos uma sociedade menos preconceituosa e mais inclusiva?

Entrevistada: Entender em primeiro lugar que todos tem direito ao amor seja da forma que for. Entender que o respeito precisa prevalecer sobre qualquer circunstancia. Respeitar o outro é respeitar as diferenças que ao ser está atrelada. É necessário que as pessoas saiam do armário, inclusive nós pais, para ajudar a tantos outros e outras que ainda estão escondidos por medo a esta sociedade hipócrita e preconceituosa.

Entrevista 11: Técnico administrativo na UNILA

Entrevistador: Boa tarde, vamos iniciar a entrevista com uma breve apresentação, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Sou homossexual

Entrevistador: Você é natural de Foz do Iguaçu ou a quanto tempo reside aqui?

Entrevistado: Sou natural de Santa Catarina, morando em Foz a quase 2 anos.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Muito triste. Achei que Foz do Iguaçu era uma cidade mais aberta as questões relativas de sexualidade e identidade de gênero. Uma baita decepção. Além de ser uma cidade conservadora, Foz não oferece espaços para a comunidade LGBTQ+. Não temos como em tantas outras cidades do Brasil do mesmo porte, locais de convívio. Isso faz com que, em minha opinião, estejamos fragmentados, cada um no seu canto, e assim não conseguimos fazer redes de amizade para posteriormente e como consequência talvez, lutar por nossos direitos. Vejo que em Foz existe uma homofobia as vezes muito silenciosa, velada. O que acaba sendo pior, pois quando você sabe quem é o homofóbico, você sabe contra quem e como lutar.

Entrevistador: Já presenciou ou soube de alguma agressão homofóbica, seja ela simbólica, verba, ou física?

Entrevistado: Comigo isso nunca aconteceu até porque aqui, poucos sabem da minha sexualidade. Talvez por não ser do “time dos que não pinta”, acabo me preservando mais contra esse tipo de violência.

Entrevistador: Como servidor em uma universidade, você sabe de algumas ações que já foram desenvolvidas ou que atualmente estão em andamento que tenham como foco o combate ao preconceito?

Entrevistado: Sim. Já ouvi falar do Grupo Maldita Geni e do Fórum Permanente de Equidade de Gênero. Excelentes iniciativas de combate ao preconceito e as violências que as mulheres quase que diariamente sofrem. São só esses que tenho conhecimento.

Entrevista 12: Servidora técnica da UNILA

Entrevistador: Boa noite, vamos iniciar a entrevista com uma breve apresentação, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: sou Lésbica

Entrevistador: Você é natural de Foz do Iguaçu ou a quanto tempo reside aqui?

Entrevistado: Sou natural do Rio de Janeiro e moro aqui a aproximadamente 5 anos.

Entrevistador: Para você o que é a homofobia e como você vê essa questão em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Olha, eu acho Foz do Iguaçu uma cidade muito preconceituosa ainda. Já melhorou muito desde que eu cheguei aqui. No entanto, Foz parece querer a todo tempo, fazer com que gays, lésbicas e transexuais sejam invisíveis. É como se nós não existíssemos. Não existem políticas de proteção e combate a homofobia aqui. Isso colabora para que os homofóbicos encontrem aqui um terreno fértil para destilar seu ódio e preconceito.

Entrevistador: Já presenciou ou soube de alguma agressão homofóbica, seja ela simbólica, verbal, ou física?

Entrevistado: Já sim. São comuns as agressões verbais. Alguns dizem que isso é falta de vergonha.

Entrevistador: E na UNILA, você tem conhecimento de casos de homofobia?

Entrevistado: Olha na UNILA a gente escuta falar algumas coisas, mas comigo nunca aconteceu.

Entrevista 13: Aluno da UNILA

Entrevistador: Boa tarde, vamos iniciar a entrevista com uma breve apresentação, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Sou Heterossexual.

Entrevistador: Você é natural de Foz do Iguaçu ou a quanto tempo reside aqui?

Entrevistado: Sim, sou natural de Foz.

Entrevistador: Para você o que é a homofobia e como você vê essa questão em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Homofobia é o medo ao desconhecido. O que é uma idiotice. É preciso lutar contra nossos medos para nos superar. Só passando a conhecer o que desconhecemos, é que seremos plenamente realizados como pessoas.

Vejo Foz do Iguaçu como uma cidade que não dá espaço aos gays. É uma cidade que não parece evoluir como sociedade. Precisamos entender que o mundo é para todos, é um espaço onde todos entram. Foz as vezes não parece ser assim. Existe uma seletividade e isso se dá pelas hierarquizações que aqui existem. O preto, o pobre e o gay estão fora dessa sociedade. São marginalizados e excluídos. Eu até hoje nunca sofri nenhum tipo de preconceito por ser hétero. Porque o outro deve sofrer por ser gay? Não, absolutamente eu não consigo entender isso.

Entrevistador: Já presenciou ou soube de alguma agressão homofóbica, seja ela simbólica, verbal, ou física?

Entrevistado: Já sim. Algumas vezes. Principalmente as piadinhas que são geradoras de preconceito. Tenho amigos que já nem me chamam para sair porque sou de chamar atenção deles quando soltam uma piada homofóbica, ou sobre a cor da pele ou até mesmo sobre as mulheres.

Entrevistador: E na UNILA, como você avalia essa questão do preconceito homofóbico? Acredita que ele exista?

Entrevistado: Na UNILA? Claro que ele existe. Temos vários professores machistas e homofóbicos. Tiram sarro dos estrangeiros e ficam fazendo piadas machistas, ou sobre os gays. Alguns dos alunos entram na onda porque parecem querer reafirmar sua masculinidade, do macho, do alfa, sabe. Isso me dá nojo e pena, pois vejo o quanto precisamos trabalhar para desconstruir esses preconceitos!

Entrevista 14- Integrante da comunidade externa

Entrevistador: Boa tarde, vamos iniciar a entrevista com uma breve apresentação, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Boa tarde, meu nome é Rodrigo, tenho 25 anos e me considero homossexual.

Entrevistador: Você é natural de Foz do Iguaçu ou a quanto tempo reside aqui?

Entrevistado: Sou natural de Londrina e estou aqui em Foz faz 3 anos.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Foz do Iguaçu é uma cidade interiorana, que apesar de ter muitas culturas convivendo, o que a diferencia de muitas outras cidades, ainda é uma cidade conservadora na questão da sexualidade. Quando externamos para a tríplice fronteira acredito que o fator conservador é ainda mais forte. E por ser conservadora há homofobia. Eu não me sinto a vontade de andar com meu namorado de mãos dadas nesta região. Não me sinto seguro porque sinto que há um preconceito velado. A gente houve piadas homofóbicas vez ou outra. Eu não sou afeminado e por isso as pessoas de modo geral não me identificam como gay a não ser que eu me exponha. Por essa razão eu pessoalmente nunca sofri violência homofóbica.

Entrevistador: Você assume publicamente sua sexualidade?

Entrevistado: Aqui em Foz do Iguaçu eu só me exponho aos grupos de amigos e conhecidos. No dia a dia, quando meu namorado e eu vamos ao mercado, quando saímos em restaurantes, padarias, parques, etc, muitas vezes fomos questionados por atendentes se éramos irmãos e confirmávamos por ter medo de expor nossa relação.

Entrevistador: Na sua opinião, o que leva ao preconceito por orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistado: As pessoas acreditam que ser gay é uma escolha e por isso associam esta escolha a safadeza, ao querer fugir aos padrões, a romper com as normas sociais. Dessa forma eu vejo que elas acham que ao escolhemos ser assim, somos rebeldes, e como rebeldes somos marginalizados. Já ouvi pessoas dizerem que sofreremos porque queremos, que se parássemos com a safadeza deixaríamos de sofrer preconceito. Eu não posso falar sobre violência por identidade de gênero, mas acredito que se fundamenta da mesma forma.

Entrevista 15- TAE na UNILA

Entrevistador: Boa tarde, primeiramente gostaria que você fizesse uma breve apresentação, falando sobre sua sexualidade e sobre sua identidade de gênero?

Entrevistado: Oi, meu nome é XXXXXX, tenho 34 anos, sou gay, casado, e TAE na UNILA. Sou do gênero masculino e cisgenero.

Entrevistador: Porque optou pela UNILA?

Entrevistado: A UNILA é uma universidade nova, e como tal, é um campo aberto para a inovação, sem vícios e sem engessamento. Estas características me chamaram a atenção no momento de fazer o concurso, pois se tratava de um desafio trabalhar na construção da identidade da Universidade. Eu considero a UNILA uma instituição que possibilita um trabalho à frente, como por exemplo, por ter paridade no conselho, de modo que ocorre uma efetiva participação de todos os seguimentos nas decisões e nos encaminhamentos.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia?

Entrevistado: A homofobia é uma realidade. Acredito que há vários fatores históricos sócios culturais que motivam esta violência. No Brasil, crescemos recebendo a informação de que a homossexualidade é errada, de que ser gay é motivo de deboche, de piada, e de vergonha. Acredito que a principal fundamentação desta cultura de preconceito é a religião. A homofobia é tão internalizada que até mesmo nós gays muitas vezes nos autocondenamos por ser gays. Durante minha infância e adolescência eu escondi minha homossexualidade. Eu tinha medo, eu não me aceitava, eu me julgava. Eu era homofóbico comigo, me odiava por ser gay. Minha base de condenação era a igreja, o fato de ser julgado por deus. Muitas vezes eu questionava a deus do porque havia me feito assim. Foi um processo doloroso, principalmente porque sendo criança e adolescente eu não pude contar com ninguém.

Foi um processo de construção de identidade e formação de conhecimento sem nenhum auxílio. Quando por fim eu me aceitei, eu precisei me afastar da religião para me libertar. A meu ver, não há como ter liberdade sexual dentro de um sistema que te oprime e te exclui.

Entrevistador: Você já sofreu violência homofóbica?

Entrevistado: Já sofri violência verbal, simbólica e quase sofri violência física. Durante a escola fui cobrado por não ter namorada. Fui chamado de bicha e gay no sentido pejorativo. Uma vez um garoto queria me bater no final da aula por ser gay, sem nenhuma outra motivação. Eu não apanhei porque corri. E durante dias meus pais tiveram que me buscar na porta da escola. Depois de adulto, vez o outra escuto piadinhas de mal gosto, ou parentes fazendo comentários em redes sociais com fundamentações religiosas com o intuito de atingir a homossexualidade de forma a considera-la pecaminosa. Estas coisas me entristecem.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia na UNILA?

Entrevistado: Logo que cheguei na UNILA, nos primeiros dias, os colegas de trabalho me chamaram para almoçar. Eu fui. No almoço me perguntaram se eu era casado e eu disse que sim. Então perguntaram qual o nome da minha esposa e eu disse que não era esposa. Eles riram, e perguntaram como assim, então é o que? E eu sério respondi que era meu marido, companheiro. Percebi que ficaram sem graça, mas a partir daí, sempre me trataram com respeito e também ao meu companheiro. Até hoje não presenciei atos homofóbicos no meu dia-a-dia de trabalho aqui na UNILA.

Entrevistador: Em sua opinião, quais os fatores que levam ao preconceito relacionado à orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistado: Acredito que é a ignorância. Quando falo em ignorância me refiro ao preconceito, à falta de conhecimento e à falta de interesse em buscar o conhecimento. O senso comum diz que é errado e pronto. Não há justificativa. Não há fundamentação. Muitos utilizam deus pra justificar que é errado, que é abominável. Mas é uma reprodução, essas pessoas nem sequer tem argumentos para defender o que falam. Além disso, há também a maldade. Há pessoas ruins e estas se utilizam do preconceito para externar o ódio e praticar a violência.

Entrevista 16 – Pessoa da comunidade externa

Entrevistador: Boa tarde, como vai? Você poderia se apresentar e falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistada: Boa tarde, meu nome é XXXXXX e tenho 42 anos. Eu atualmente tenho um relacionamento com uma mulher, mas na questão de sexualidade, eu prefiro não me enquadrar em uma caixinha, porque acredito que a sexualidade é mais que isso.

Entrevistador: Como você vê a sexualidade?

Entrevistada: Eu vejo como um contínuo, algo sem barreiras e sem limites. Até acredito que algumas pessoas sentem-se confortáveis em classificar-se como gays, heteros, homos, bi, mas essa classificação não pode valer para todos pois fere o direito a liberdade, à vivência da sexualidade em sua plenitude.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia em Foz do Iguaçu?

Entrevistada: Eu vejo esta cidade como toda cidade do interior. As pessoas toleram, mas não aceitam sexualidades diversas à heterossexualidade. Qualquer coisa que foge ao padrão pode até ser tolerado desde que não seja visto. Eu já sofri homofobia em Foz do Iguaçu. Nunca fui agredida fisicamente, mas verbalmente sim. Já fui amaldiçoada por Deus, já fui intimada por um homem pra me ensinar a gostar de macho e já fui condenada ao inferno. Este tipo de preconceito ocorre na rua, quando expressamos nosso amor, quando andamos abraçadas, de mãos dadas e quando trocamos um selinho. A sociedade vê o afeto entre pessoas do mesmo sexo como um afronta e a reação é na maioria das vezes caras feias, olhares tortos, e de vez em quando as agressões verbais.

Entrevistador: Em sua opinião, que fatores levam ao preconceito por orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistada: É difícil identificar um fator único. Eu vejo como uma soma de fatores: a falta de apresentação da diversidade sexual na escola; a religião que prega como única forma de relacionamento a heterossexualidade; a falta de representatividade na mídia (desenhos, novelas e filmes raramente apresentam a diversidade sexual, e quando apresentam muitas vezes é de forma caricata e reduzida, reproduzindo o preconceito); o machismo, que exalta o masculino, o macho, o detentor do poder em detrimento do feminino, que é associado ao servir, ao cuidar e ao auxiliar. Acho que há ainda muitos outros fatores que são construções sociais ao longo da nossa história.

Entrevista 17 – Aluno da UNILA

Entrevistador: Olá, por gentileza, faça uma breve apresentação, sobre você, sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Olá, me chamo XXXXXXXX, tenho 20 anos, sou homossexual do gênero masculino.

Entrevistador: Como você vê a homofobia dentro da UNILA?

Entrevistado: Nos grupos de alunos a gente houve piadinhas. Já vi chacota de colegas chamando alguns caras de viadinho, bichinha, mas num tom de provocação.

Entrevistador: Você já sofreu homofobia?

Entrevistado: Sim. No início a galera não sabia (que era gay). Depois que o pessoal foi sabendo alguns se afastaram de mim. As pessoas associam que quem anda com gay também é gay e por terem medo de serem consideradas gays acabam se afastando.

Entrevistador: Mas como você vê a identidade gay? Você tem vergonha?

Entrevistado: Não, mas já tive. Por isso entendo o comportamento de muitas pessoas que se afastam. Eu demorei pra me aceitar. Hoje eu me aceito.

Entrevistador: Você é assumido quanto à sua identidade sexual?

Entrevistado: Mais ou menos. Aqui na universidade todos os que convivem comigo já sabem. Eu contei para alguns amigos que passaram a tratar com naturalidade e logo a galera já sabia. Mas minha família ainda não sabe. Eu vim pra cá estudar e não tive coragem de me assumir em casa.

Entrevistador: na sua opinião o que leva ao preconceito relacionado à orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistado: Eu acho que é a religiosidade das pessoas. Minha família sempre foi muito católica e nós aprendemos que ser gay é pecado. A igreja até aceita os gays, mas considera a prática de atos sexuais entre homens pecado. Então para as pessoas religiosas, que é a maioria das pessoas, ser gay é errado e por isso não aceitam.

Entrevista 18 – Pessoa da comunidade externa

Entrevistador: Boa tarde, você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Meu nome é XXXXXXX, tenho 39 anos, trabalho em um hotel aqui de Foz, na parte administrativa e sou homossexual.

Entrevistador: Fale um pouco de sua experiência de vida:

Entrevistado: Então, com 22 anos eu me casei com uma mulher. Depois do casamento, logo no primeiro ano nós nos mudamos de Ribeirão Preto pra São Paulo. Lá ficamos casados por 3 anos, e depois nos separamos. O motivo para a separação foi de que eu não gostava mais dela, mas de verdade, o motivo é que eu não suportava mais viver uma mentira. Eu evitava ter relações sexuais com minha mulher. Ela era infeliz e eu também. Ela achava que eu não a amava, mas eu nunca tive coragem de dizer a verdade pra ela. Depois que me separei eu me mudei para Curitiba. Só depois de alguns anos tive coragem de me assumir e viver minha sexualidade.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Fazem 4 anos que me mudei para cá. Foz é uma cidade preconceituosa. Eu falo isso porque tive a oportunidade de conhecer, por meio de aplicativos, pessoas que não são do meio, ou seja que não são assumidas. Há muitos enrustidos em Foz, e estas pessoas são enrustidas por terem medo de sofrerem preconceito. Eu vejo que quando a própria comunidade gay tem medo de se expor é porque há preconceito nos meios sociais que vivem, como a família e amigos. Se estivessem seguros não teriam problema em assumir-se.

Entrevistador: Você já sofreu homofobia?

Entrevistado: Sim. Uma vez em Curitiba eu conheci um cara e ele me convidou para jantar. Fomos em um restaurante e enquanto estávamos aguardando mesa, ele me abraçou e me deu um beijo no rosto. Imediatamente o recepcionista veio até nós e pediu para não manifestarmos nosso afeto em público porque aquele era um local de família. Ficamos muito constrangidos com a abordagem e sem reação e fomos embora.

Entrevistador: Em sua opinião quais fatores levam ao preconceito relacionado à orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistado: A homofobia é cultural e está enraizada. As pessoas são educadas para serem preconceituosas. Qualquer coisa que foge a regra é motivo para preconceito.

Entrevistador: A que regra você se refere?

Entrevistado: A regra de que casamento é só entre homem e mulher, de que relação só serve para procriação e de que homem é homem porque nasceu com pênis e de que mulher é mulher porque nasceu com vagina. Não há tolerância para a diversidade.

Entrevista 19 – TAE na UNILA

Entrevistador: Olá! Você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistada: Eu gostaria de sigilo quanto ao meu nome. Eu sou lésbica, gênero feminino e sou servidora técnica da UNILA.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia na UNILA?

Entrevistada: A homofobia está atrelada ao machismo. Na UNILA, como em qualquer unidade de trabalho há hierarquias de poder, e nestas hierarquias a homofobia e o machismo se tornam mais evidente. Meu chefe é homem, heterossexual e machista. Ele expressa claramente sua posição de superioridade através da inferiorização de seus subordinados do sexo feminino. Nossa unidade tem diversidade, e o que fica claro é um tratamento diferenciado pela chefia imediata. Quando as oportunidades surgem (como possibilidade de viagens para aperfeiçoamento, cursos, ou cargos com função gratificada) há uma clara preferência para servidores do sexo masculino. Eu sinto um tratamento diferenciado perante os colegas de trabalho, pois não raramente, percebe-se que eles se incomodam em ver uma mulher forte, determinada e lésbica tomando posições. Há um estigma de que a mulher deve ser meiga, sensível e submissa.

Entrevistador: Você já sofreu homofobia?

Entrevistada: Quem nunca? No trabalho, como falei, a coisa é velada. Mas já fui chamada em outras situações de sapatão, de machona, de mal comida, entre tantas outras ofensas para me diminuir. Mas como não costumo ficar quieta frente a violência há um certo pudor das pessoas que me conhecem em me afrontar.

Entrevistador: Na sua opinião, quais os fatores que levam ao preconceito relacionado à orientação sexual e a identidade de gênero?

Entrevistada: As pessoas veem a sexualidade como um tabu e por isso se incomodam com ela. Há uma intolerância ao diferente, ao que foge a norma socialmente aceita. Acredito que enquanto não houver esclarecimento da diversidade sexual à grande massa, de modo a naturalizá-la socialmente, a homofobia permanecerá existindo.

Entrevista 20 – Pessoa da comunidade externa

Entrevistador: bom dia! Você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistado: Bom dia, meu nome é XXXXX, tenho 36 anos, sou homem e gay.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Eu vejo que o preconceito á comunidade LGBT é diferenciado. Atos de violência, são comuns com travestis, transexuais e gays afeminados, porque tem sua identidade facilmente revelada. Já os gays masculinos, ou seja, que se passam por heterossexuais, sofrem menos.

Entrevistador: Você já sofreu homofobia?

Entrevistado: Eu sofri preconceito da minha família que não me aceita até hoje. Tive que sair de casa quando me assumi. Meu pai não fala comigo até hoje, já minha mãe tem contato, mas mudou muito depois que me assumi.

Entrevistador: Na sua opinião, quais os fatores que levam ao preconceito relacionado à orientação sexual e a identidade de gênero?

Entrevistado: Eu acho que é a religião que cria os preconceitos. Em nome de Deus se promove a discriminação e a segregação. E como Deus é incontestável, este preconceito é validado e repassado de geração para geração, tornando-se algo naturalizado.

Entrevista 21 – Pessoa da comunidade externa

Entrevistador: bom dia! Você poderia se apresentar, falar sobre sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistada: Bom dia, sou mulher sapatão, sou XXXXX e tenho 33 anos.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia em Foz do Iguaçu?

Entrevistada: A homofobia é presente em nossa vida, no nosso cotidiano, porque ela é socialmente aceita e estabelecida. Não aceitar o homossexual é legitimado na nossa sociedade porque tem fundamentações religiosas. Na rotina, sofro violência contra meu corpo e contra minha existência. O assédio é algo comum na vida de uma militante.

Entrevistador: Há algum episódio marcante de homofobia em sua vida?

Entrevistada: Todo episódio de homofobia é marcante. É um ato contra sua existência e isso dói. As situações de homofobia mais marcantes são àquelas que vêm de pessoas próximas, como família ou colegas. Em uma briga com minha irmã, ela me disse que eu era incapaz de ser mulher, que era um desgosto para meus pais e uma vergonha para minha família. Ela me pediu perdão quando as coisas esfriaram, mas as palavras marcaram como facas afiadas.

Entrevistador: Na sua opinião, quais fatores levam ao preconceito por orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistada: Eu vejo que é algo histórico, construído para sustentar um modelo social de poder. Acredito que a homofobia é um dos pilares que estrutura a sociedade. Através dela se legitima a heterossexualidade como única forma correta e se estimula a violência as diferentes vivências sexuais. Dessa forma os fatores que levam ao preconceito são contínuos, ou seja, eles se realimentam por meio da educação e das relações sociais, de modo que a discriminação sexual se perpetua.

Entrevista 22 – Aluno da UNILA

Entrevistador: Oi, poderia fazer uma breve apresentação sobre você?

Entrevistado: Oi, claro. Meu nome é XXXXX. Cheguei na UNILA este ano. Sou de Palmas, e tenho 19 anos. Tem como não me identificar no trabalho?

Entrevistador: Sim, claro, vamos deixar registrado e seu nome será ocultado.

Entrevistador: Como você vê a homofobia na UNILA e em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Eu sofri homofobia logo que cheguei na UNILA. Eu dividi um quarto com paraguaio e começamos a fazer amizade. Nos primeiros dias ele se mostrou muito receptivo, estávamos trocando ideias e saímos juntos, enfim, tava rolando uma amizade. Até que um dia eu estava sozinho no quarto e deixei o computador ligado na cama e fui tomar banho. Só que eu tinha esquecido o computador ligado e aberto em um site pornô gay e, ele chegou, e viu. Quando sai do banho ele estava estranho e disse que não dava pra dividirmos mais o quarto, que eu teria que sair. Eu perguntei o porquê e ele disse que não dividia espaço com gays. Eu procurei outro quarto e consegui sair.

Eu acho que a homofobia acontece muitas vezes desta forma, individualmente, e como a gente não tem espaço para compartilhar nossas experiências, as pessoas pensam que a homofobia não existe, ou que não é frequente. Por isso eu quis participar deste seu trabalho, para dar visibilidade a homofobia para então poder combatê-la pois sozinhos somos frágeis.

Entrevistador: Na sua opinião, quais fatores levam ao preconceito?

Entrevistado: Acho que tem a ver com a cultura, com as crenças da pessoa. É algo que a pessoa aprende e repassa. O preconceituoso ele não tem argumento pra justificar seu preconceito, então ele diz que não é natural (a homossexualidade), que é errado e pronto.

Entrevista 23 – Aluno da UNILA

Entrevistador: Bom dia! Como você se define quanto a sua sexualidade/identidade de gênero?

Entrevistado: Eu sou bissexual e sou homem.

Entrevistador: Porque você optou pela UNILA?

Entrevistado: Pela proximidade, eu sou de Cascavel e tenho parentes e Foz do Iguaçu, o que facilita eu estudar aqui.

Entrevistador: Como você vê a questão da homofobia na UNILA e em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: As pessoas fingem que não tem LGBTs, e coíbem as relações de afeto como o beijo entre LGBTs em público, para mantê-las no anonimato. Ou seja, é uma aceitação do indivíduo mas não de seu afeto. Na UNILA não é diferente. Há uma padrão a ser respeitado. E fugir ao padrão é transgredir a regra.

Entrevistador: Você já sofreu homofobia?

Entrevistado: Não. Não tenho minha sexualidade exposta. Somente pessoas íntimas conhecem minha bissexualidade. Me abri para alguns amigos que confio. Prefiro ocultar por segurança, por medo de sofrer. Não me sinto preparado para expor porque sei que as pessoas não conseguem entender a bissexualidade. Namorei por muito tempo mulheres e as pessoas não notam minha bissexualidade, porque as relações que tive com homens sempre foram as escondidas.

Entrevistador: Na sua opinião, quais os fatores que levam ao preconceito relacionado à orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistado: As pessoas associam os LGBTs à promiscuidade, à perversão e à propagação de doenças sexualmente transmissíveis. Além disso há a aceitação de que somente a heterossexualidade é normal e de que a sexualidade é destinada ao ato sexual que é puramente destinado à procriação. Eu acho que com estes fatores, se constroem argumentos para condenar os LGBTs e para discriminá-los.

Entrevista 24 – Docente na UNILA

Entrevistador: você pode se apresentar por favor?

Entrevistada: Sou xxxxx, professora da UNILA.

Entrevistador: Quando você optou pela UNILA, o que te motivou?

Entrevistada: Soube do projeto da UNILA, desde então havia um interesse em compor este projeto. Sempre pensei que por se tratar de uma Universidade no Paraná que não a UFPR parecia muito interessante se incorporar neste projeto.

Entrevistador: A UNILA aparece como vanguarda em muitas questões, como você vê a questão da Paridade na UNILA.

Entrevistada: É preciso pensar alguns pontos específicos. Primeiramente não podemos esquecer que a UNILA é um projeto que nasce no governo PT. É um projeto de Estado, porque a universidade compõe este Estado. Por si só, isto é um limite. Logo em seguida ela faz uma articulação com o Mercosul e com a ITAIPU que provê outros limites. Junto com isso vêm as demandas dos grupos da universidade (professores, TAES e estudantes). A UNILA tem um potencial porque difere das outras universidades por pensar a diversidade a partir da integração entre os povos através dos estrangeiros. Assim a diversidade acontece no cotidiano. Porém isso potencializa a intolerância, a dificuldade de lidar com a diversidade. Uma questão é o projeto, outra questão é a instituição e outra é a diversidade no mundo cotidiano. Estas são as questões que são necessárias delimitar antes de chegar na paridade. A comissão de implantação da UNILA é muito eficaz. Aponta a questão da interculturalidade, da integração. Os cursos, quase todos, repetem as carreiras das universidades tradicionais. Esta é uma questão. A questão da paridade ultrapassa os grupos que estão aí porque Um projeto de integração latino americana tem que incluir a todos. Tem que des-hierarquizar os saberes, tem que pensar no saber compartilhado, que o saber não está só na universidade, mas em todos os setores, não tem como você pensar um projeto de américa latina se você não incluir todos os grupos que tradicionalmente foram retirados do saber e do poder da américa latina: mulheres, gays, pobres, indígenas, comunidades agrárias, comunidades das oralidades, enfim, todos que não compuseram este estado de poder da américa latina tradicionalmente. Porém, pra você chegar a isto é preciso percorrer um longo caminho que as Universidades em geral não tem clareza sobre isto. A integração Latino Americana tem sido feita muito entre os estados, entre as instituições, mas a integração de fato entre os povos ultrapassa o ser da universidade, e aí discutir paridade é inclusive entender que é preciso mudar todas as práticas, inclusive a prática do docente com o aluno. A paridade não é só uma questão dos grupos estarem representados, mas é sobre tudo o compartilhamento do saber com todos. Agora, continuamos com as mesmas práticas que trazemos dos nossos saberes acadêmicos. Então minha concepção da paridade vai muito além da representação acadêmica. Paridade é um projeto de saber compartilhado.

Entrevistador: Sobre a universidade de inclusão, o que te leva a optar a trabalhar gênero?

Entrevistada: Começo por outro lugar fora da universidade. Primeiramente eu tenho uma mãe tipicamente lãnsã, ou seja, uma mulher guerreira, do mundo público e não doméstica. Minha mãe sempre me mostrou outro arquétipo que não a da mulher submissa. Quando eu tinha 16 anos, eu já entrei para o movimento de mulheres. Fiz parte inclusive no paraná do movimento popular de mulheres que na verdade fez minha formação. Eu comecei com militância antes de entrar na Universidade. Quando entrei para a Universidade para estudar, desde o primeiro dia eu soube que trabalharia com a questão das mulheres, do gênero. Desde então nunca parei de trabalhar com gênero.

Na UNILA pensamos num projeto audacioso em pensar numa grade curricular decolonial, que o foco não seja a Europa, mas sim a América Latina dialogando com todas as histórias e memórias em relação a Europa. Uma concepção curricular que dá espaço para a questão das alteridades, para os grupos das mulheres, para os negros, imigrantes, temos a África, temos a Ásia, temos a questão indígena, que é novo, uma grade que atualiza a historiografia brasileira, ou seja, fizemos um curso novo. Na avaliação do MEC isto foi salientado pelos avaliadores do MEC como um curso extremamente original na sua composição curricular. Neste curso, eu como proponente sugeri uma disciplina de gênero e história na América Latina, desde então nós estamos trabalhando nesta perspectiva, que não é possível construir a história da América Latina que não passe pelo grupo das mulheres, porque tradicionalmente as mulheres ficaram fora das instituições e dos espaços de poder. Estamos criando na UNILA um fórum de equidade de gênero, em que vamos pensar políticas dentro da universidade para diminuir esta não representação das mulheres dentro da universidade, como uma política pública que as universidades tem trabalhado.

Qual o problema ainda: que o gênero está muito focado na biologia mulher, acho que temos que avançar, que temos que pensar que as questões das alteridades passam por todos os grupos, sobretudo os grupos que estão tradicionalmente rechaçados dentro de uma sociedade heteronormativa, como por exemplo, os gays, os negros, as travestis, enfim, a comunidade LGBTQ+ que muitas vezes nem sequer está simbolicamente representada dentro da Universidade.

Entrevistador: Como é ser professora em uma cidade como Foz do Iguaçu, dentro de uma universidade com esta proposta diferenciada de desconstrução, trazendo a tona toda esta questão destas minorias, tendo como foco a comunidade LGBTQ+?

Entrevistada: Primeiramente não tem como fazer uma análise das misoginias, das lesbofobias, da transfobia, enfim, de uma sociedade altamente hierarquizada tanto racialmente como do ponto de vista da heterossexualidade, sem levar em conta que isto não é só uma questão de Foz do Iguaçu. Pensando especificamente na América Latina, a colonialidade se montou desde a chegada dos Europeus, reforçando o racismo, a homofobia, a xenofobia, todas as desigualdades que hierarquizam os grupos. Isto é um fenômeno histórico maior que Foz do Iguaçu. Mas num exercício de localizar esta questão, Foz do Iguaçu é uma cidade fronteiriça com diferenças extremamente cristalizadas em grupos sociais. A UNILA não é diferente, é uma universidade formada no sul do país, com a maioria dos professores brancos, totalmente hierarquizada, em todos os sentidos, não temos políticas de cotas dentro da universidade, não há políticas afirmativas específicas

que minorem os problemas. Não pode ser normal ter 90% de professores brancos. Ai já começa as questões que estamos falando. Há cursos formados majoritariamente por homens. A questão da homofobia também se caracteriza na misoginia, porque os professores quase sempre são homofóbicos, eles deixam bem claro sua posição de machos e heterossexuais, na produção simbólica dentro desta universidade, quem fala, quem detém o poder, quem detém o saber, há um preconceito aos alunos que apresentam qualquer traço que não seja o da heterossexualidade, eles vão semeando esta produção de saber, de poder, de produção simbólica por toda a universidade. Há casos seríssimos de homofobia dentro da UNILA contra gays, em que alunos comentam, a dificuldade que eles têm, não há nenhuma política específica que tenta trabalhar a questão da homofobia, até há trabalhos de extensão, mas políticas específicas não há.

Entrevistador: Você já sofreu algum tipo de agressão preconceituosa, pela condição de mulher dentro da Universidade?

Entrevistada: Como sou docente já estou em uma hierarquia colonial de superioridade em relação aos demais grupos, então muitas das questões de preconceito eu sinto de outra forma, eu não sinto verbalmente, mas simbolicamente.

Entrevista 25 - Pessoa da comunidade externa

Entrevistador: Boa tarde, você poderia se apresentar por favor?

Entrevistado: Boa tarde, eu sou XXXXX e tenho 35 anos.

Entrevistador: Como você define sua sexualidade e gênero?

Entrevistado: Eu sou uma gay afeminada como dá pra perceber. Quanto ao gênero eu não me importo em ser chamada de ele ou ela, eu acho que é uma grande bobagem a gente ter que ser definida em um gênero, quando na verdade a gente pode transitar neste universo. Claro que isso não quer dizer que não me importo com a luta, que é outra vertente do processo. Eu vejo que o que falta é a igualdade de gênero. Se houvesse essa igualdade ninguém se sentiria desrespeitado por ser identificado como um ou outro, porque todos teriam igual importância. Agora, enquanto o gênero masculino se sobrepõe frente ao feminino, haverá essa barreira que impede as pessoas de serem livres, porque ser feminino ou identificar-se com o feminino pode ser encarado como uma fraqueza, como inferior.

Entrevistador: Você já sofreu homofobia em sua vida?

Entrevistado: Sim. O mundo me assumiu desde cedo. Eu era uma criança afeminada e nunca pude ser enrustida porque isso era impossível para mim. Então na escola eu sempre fui motivo de piada, eu apenhei de grupos de meninos que se juntaram pra me xingar, tirar sarro, aí eu revidava e aí apanhava. Foi um processo doloroso em que eu podia ter me entregado e desistido. Confesso que até pensei nisso algumas vezes. Mas pra mim era uma questão de sobrevivência. Você imagina, uma bicha pobre, negra, moradora da periferia, de uma família sem pai, onde praticamente fui criada sozinha porque minha mãe nem parava em casa. E tudo isso numa cidade de porte médio, mas com cabeça provinciana.

Entrevistador: Eu percebo que você é uma pessoa forte, militante, você sempre foi assim?

Entrevistado: Não, mas me tornei uma pessoa forte muito cedo porque era uma questão de sobrevivência. Quando eu estava na escola, na época passava uma novela, acho que era Explode Coração, que tinha uma personagem chamada Sarita, que era uma bicha empoderada. Na época me apelidaram de Sarita na escola. Eu não assumi isso como algo ruim, mas me empoderei. Em pouco tempo eu era a líder da sala. Eu enfrentava, eu articulava, eu me fazia forte para manter-me ali. Isso não me afastou das agressões, mas elas diminuíram na medida que eu enfrentava. O engraçado é que enfrentar um homofóbico sozinho é fácil, porque eles se retraem, não são tão fortes como querem demonstrar. O problema mesmo era quando se juntavam em bando, por que aí não tinha jeito. Mas estou te contando isso pra dizer que minha militância sempre foi individual. Eu nunca participei de nenhum grupo, porque nunca me sobrou tempo para isso. Eu me faço forte para garantir minha segurança, pra ser respeitada. Mas muitas vezes choro, e choro muito nos bastidores quando estou sozinha. Não é fácil ser afeminada, ser exposta todo o

tempo. A visibilidade é importante porque mostra que existimos, no entanto também nos torna alvo da homofobia.

Entrevistador: Como você vê a homofobia em Foz do Iguaçu?

Entrevistado: Como em toda cidade média ou pequena. As pessoas se dedicam muito a cuidar da vida dos outros e isso é um problema. Sempre tem um vizinho de olho na hora que você sai ou chega, com quem você sai e como você sai. E você sabe que quando alguém cuida da sua vida nunca é pensando no seu bem né? Eu sou conhecida no bairro, porque as pessoas que cuidam focam também. Tem lugares que eu nem frequento porque sei que lá não sou bem vinda. Não que vão me expulsar ou me xingar, mas percebe-se o desprezo e lidar com o desprezo é muito difícil. Por outro lado, acho que o fato de ser assumida e empoderada faz com que muitos me respeitem. Então acho que Foz tem os dois lados. Eu tenho medo de andar por lugares que não conheço ou que não sou conhecida porque por ser uma cidade fronteira, a gente nunca sabe né.

Entrevistador: Você acredita que é possível acabar com a homofobia? O que você acredita que gera a homofobia?

Entrevistado: Eu acredito que a longo prazo sim. Acho que pode levar décadas, talvez até centenas de anos para ocorrer uma transformação onde a homofobia fique no passado. O que gera a homofobia é muito latente, tá intrínseco na sociedade em que vivemos. Quanto mais estigmas você acumular, maior a chance de sofrer homofobia. As pessoas excluem de acordo com os valores que atribuem. Tipo, o preto tem um valor, o branco tem outro, o rico tem um valor, o pobre tem outro, o hetero tem um valor, o gay tem outro e assim por diante. Então ser preto, ser gay, ser afeminado, ser pobre, ou seja, ter a junção dessas características te coloca num patamar de miséria, quanto ao seu valor social. E mudar isso é muito difícil porque somos criados para competir, e na competição somos educados a inferiorizar o outro para nos sobressair. Tá errado, mas está impregnado em todos nós. Reconhecer isso é o primeiro passo para a mudança, e acho que neste momento temos que lutar para este reconhecimento. A partir daí as coisas irão fluir.

Entrevista 26 – Servidor (a) técnico (a) UNILA

Entrevistador: Boa noite, eu gostaria de agradecer em primeiro lugar sua atitude de me procurar pra fazer esta entrevista porque vozes como a sua são muito importantes no desenvolvimento deste trabalho. Como você me pediu para não ser identificado (a) eu gostaria que me falasse um pouco da sua experiência de vida, sobre como você vê a homofobia na UNILA e se já sofreu homofobia em algum momento de sua vida.

Entrevistado (a): Boa noite! Eu que agradeço a oportunidade. Eu soube de seu trabalho aqui dentro da UNILA e resolvi te procurar para de uma forma ou outra poder contribuir ou mesmo poder me abrir. Bom, eu sou técnico (a) e não sou assumido (a). Eu nunca vivi uma vida de mentiras, mas sempre de omissão. Eu nunca inventei namorado (a), e sempre fui solteiro (a). Eu sou católica (a) e eu acredito que vivo uma vida em pecado, porque tenho relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Só que infelizmente eu não consigo mudar isso, e eu passei a aceitar essa minha condição de vida, porque Deus me criou assim .

Entrevistador: Mas se você se aceita como é, porque não permite que as outras pessoas te aceitem?

Entrevistado (a): Veja bem, eu sofri muito no processo de auto-aceitação. Ai eu penso, se pra eu que sou foi difícil me aceitar, imagine para quem não é e não entende?

Entrevistador: Você já sofreu homofobia?

Entrevistado (a): como eu não sou assumido (a), eu nunca sofri diretamente. No entanto ouço piadas homofóbicas no trabalho e me faço indiferente. Eu não compartilho e não dou risada, mas não tenho coragem de combater. Eu sei que a homofobia existe e acho que ao se expor estamos correndo risco de sofrer violência.

Entrevistador: Você consegue ser plenamente feliz ocultando sua sexualidade?

Entrevistado (a): Não. Eu vivo sobre pressão. Quando me envolvo com alguém, tenho medo de alguém me ver e descobrir, ou de ser chantageado. Também vem a culpa depois. Eu me sinto mal por realizar meus desejos, por ter prazer.

Entrevistador: Você já pensou em se assumir?

Entrevistado (a): Nunca. Isso iria contra meus princípios, eu causaria uma vergonha para meus pais, acho que meus amigos não me aceitariam e eu teria vergonha de ir a igreja, de ir ao trabalho. Eu vejo as pessoas que se assumem e admiro isso, mas para mim isso seria impossível. Minha família e minha comunidade, não compreenderiam.

Entrevistador: Quando você vê pessoas assumidas, como eu, fazendo trabalhos de desconstrução de preconceitos, militantes da causa atuando na luta por direitos, o que você pensa?

Entrevistado (a): Eu acho importante estes trabalhos porque ajuda as pessoas. Eu respeito as escolhas das pessoas e admiro a coragem de se expor e também a força em enfrentar a sociedade sendo diferente. Eu não imponho o que eu penso para a sociedade,

e este é o princípio do respeito. Eu quis participar do seu trabalho porque acho que as pessoas como eu que não querem ou não podem se expor também precisam ser contempladas. Nós sofremos no silêncio porque não escolhemos ser assim, mas não podemos mudar isto.

Entrevistador: Para finalizar, você acha que a igreja pode mudar a visão sobre a homossexualidade?

Entrevistado (a): Sobre o sexo em si, acho que não. Falo isso porque para a igreja, o sexo tem a finalidade de procriação. Então fazer sexo por prazer e somente por isso é um pecado e isso não vai mudar.

Entrevista 27 – Pessoa da comunidade externa, liderança religiosa

Entrevistador: Boa tarde, você poderia se apresentar por favor?

Entrevistada: Boa tarde, meu nome é XXXXXX e coordenador jovem de uma igreja evangélica pentecostal de Foz do Iguaçu

Entrevistador: Como você define sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistada: Bom primeiro que não acreditamos nessa questão. Para nós, identidade de gênero/ou ideologia de gênero são a mesma coisa. Mas sou Hétero.

Entrevistador: O que você acha da homofobia? Qual sua opinião?

Entrevistado: Olha isso de homofobia na verdade não existe da forma como falam. Hoje em dia você não pode falar absolutamente nada que já é homofóbico. As pessoas perderam o senso de serem críticos. Preciso salientar que eu Represento uma parcela considerável de uma comunidade evangélica na cidade de Foz do Iguaçu, e não tenho absolutamente preconceito nenhum com relação a “opção sexual” dos indivíduos. No entanto, fui ensinado desde sempre e minhas convicções religiosas sempre me levam na direção a entender que relações entre pessoas do mesmo sexo, são uma afronta aos princípios morais e éticos. São na verdade, seres que precisam encontrar o amor de Jesus e se submeterem ao evangelho. Existe a possibilidade de se curarem da sua vida equivocada e encontrarem o caminho da salvação. Cabe ressaltar que em nosso país a questão do “homossexualismo” é legal. Existem lugares no mundo onde isso é pior. Os homossexuais podem ser livres aqui”.

Outra coisa que acho importante frisar, é assim: entender eu até entendo que existam gays, essa coisa de lésbicas, de travestis e toda essa coisa do diferente na sociedade. O que eu não entendo e, não aceito, são os gays que querem ser iguais as pessoas “normais”, ou seja, aquelas que se casam para ter seus filhos e formar uma família nos padrões como deve ser. Por exemplo: tenho uma loja e esses dias entraram duas mulheres de mãos dadas. Confesso que não me senti a vontade em atendê-las, mas acabei atendendo. Precisamos saber que fomos criados para isso, para formar uma família, ter filhos e ser felizes. Se andarmos no caminho correto, seremos prósperos e abençoados. Desculpe, mas não dá para entender como pode dois homens ou duas mulheres formarem uma família. Isso não tá certo. Homem tem que ser homem e mulher foi feita para estar ao lado do marido, ajudando em casa e cuidando dos filhos. Isso não significa ser anti-moderno, mas é ter a consciência de que homem e mulher tem seus papéis e precisam ser respeitados dentro do padrão em que vivemos”.

Entrevista 28 - Aluna da UNILA

Entrevistador: Boa tarde, você poderia se apresentar por favor?

Entrevistada: Boa tarde, meu nome é XXXXXX e sou aluna da UNILA.

Entrevistador: Como você define sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistada: sou uma pessoa transexual.

Entrevistador: Você já sofreu transfobia em sua vida?

Entrevistada: Sim, não 1, mas sim dezenas de vezes. Desde o momento em que me reconheci uma pessoa trans, naquele exato momento, ao contar para a primeira pessoa que era um amigo de sala, fui agredida verbalmente por ele.

No entanto, ao longo da minha vida tenho passado por diferentes contextos de preconceito em razão da minha identidade de gênero. Comumente, sinto o desprezo por parte de alunos e alunas que repudiam minha forma de vida. Têm sido uma rotina, ter que ficar só durante os intervalos ou até mesmo em momentos de ócio. “As pessoas parecem não querer se aproximar, com exceção daquelas que fogem do padrão heteronormativo”. Me lembro de algumas situações ao entrar no ônibus para ir à universidade, que era olhada de forma diferente pelas pessoas. Você sabe quando te olham diferente, quando cochicham sobre você. Comecei a me sentir mal com aquela situação que já era rotineira, até o dia em que quase fui jogada para fora do ônibus por um rapaz que não queria dividir o mesmo espaço com um “traveco”. Decido a partir daquele momento caminhar cerca de 17 km para chegar até a universidade porque tinha medo que algo me acontecesse novamente.

Entrevistador: Na sua opinião, quais os fatores que levam ao preconceito relacionado à orientação sexual e identidade de gênero?

Entrevistada: Olha, na verdade eu não entendo até hoje porque as pessoas são preconceituosas. Tento buscar definições e entender certas situações, mas sinceramente não consigo. Queria muito que me aceitassem, que entendessem minha condição de vida. Sou uma pessoa como qualquer outra, que o único que busca é viver e ser feliz.

Entrevista 29 – Coordenadora de uma escola de ensino médio de Foz do Iguaçu

Entrevistador: Boa tarde, você poderia se apresentar por favor?

Entrevistada: Bom dia! Meu nome é XXXXXX e sou coordenadora em uma escola de ensino médio.

Entrevistador: Como você define sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistada: sou heterossexual.

Entrevistador: Como você define a homofobia? Conhece pessoas que já sofreram com isso?

Entrevistada: Homofobia para mim é uma atitude de violência contra pessoas LGBTs.

Entrevistador: Como a escola que você trabalha, trata a questão da homofobia? Existem discussões a este respeito?

Entrevistada: Aqui a gente não fala e muito menos discute a questões de diversidade sexual ou homofobia. Sei da importância disso, mas sinceramente não me sinto a vontade para tocar nesse assunto com os professores ou até mesmo meus alunos. Sei que temos alunos gays e lésbicas na nossa escola, mas entre os professores faz-se de conta que tudo está normal e ninguém fala sobre o assunto, até porque acho que se há um professor ou professora que fale sobre esse assunto, ele pode se sentir meio encabulado, podem achar que seja gay ou lésbica. Já entre os alunos é aquela coisa né, as vezes fazem piadinhas, “brincadeiras” de mal gosto, ficam tirando sarro dos amigos que são gays, mas nada exagerado ao ponto que a gente precise tomar uma atitude mais drástica com esses alunos e alunas que se portam dessa maneira. Nunca tivemos formação aqui na escola sobre esses temas. Nunca se discutiu diversidade sexual ou algo do gênero”.

Entrevista 30 – pessoa da comunidade externa, transexual

Entrevistador: Boa tarde, você poderia se apresentar por favor?

Entrevistada: Boa tarde, meu nome é XXXXXX e tenho 29 anos.

Entrevistador: Como você define sua sexualidade e identidade de gênero?

Entrevistada: Totalmente transexual meu amor.

Entrevistador: Você já sofreu transfobia em sua vida?

Entrevistada: Claro, absurdamente sim!

Entrevistador: Poderia nos contar um pouco mais sobre experiência de vida?

Entrevistada: Eu, como transexual, tenho vivido uma história de amor e ódio com as pessoas. Amor por um lado por ter amigos que entendem minha identidade de gênero, me aceitam e respeitam e ódio pelo fato das inúmeras agressões já sofridas ao longo da minha vida, sejam elas simbólicas, verbais e inclusive físicas. Certa vez, fui abordada por um grupo três rapazes quando voltava de uma festa de aniversário na casa de uma amiga. Eles, que estavam do outro lado da rua, primeiro começaram a me insultar com palavras do tipo traveção, escória da humanidade, imundiça entre outras que não me atrevo contar aqui. Em seguida, um deles atravessa a rua e vem em minha direção, para em seguida me desferir um tapa na cara. Logo depois se juntam a ele os outros dois que me seguram para que o primeiro, comece a me bater com socos e chutes por todo o corpo. Em outra situação, não menos violenta, fui abordada por um rapaz e uma moça que ao me virem cruzando a rua, vieram em minha direção com um pedaço de madeira nas mãos e começaram a me bater sem que eu tivesse tempo se quer para argumentar o que estava acontecendo. Apanhamos e somos agredidas sem saber porque estamos apanhando.